



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 128

IV Sessão Legislativa

Horta, segunda-feira, 20 de novembro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Lubélio Mendonça*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 15 horas.

Feita a chamada dos Deputados, a sessão iniciou-se com a análise da Proposta de [Decreto Legislativo Regional n.º. 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”](#) e Proposta de [Decreto Legislativo Regional n.º. 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”](#).

Aberto o debate com a intervenção do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*), usaram seguidamente da palavra os/as Srs./as Deputados/as:

Pedro Neves (PAN), Vasco Cordeiro (PS), Paulo Estevão (PPM), José Pacheco (CH), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Nuno Barata (IL), João Bruto da Costa (PSD), José San Bento (PS), Andreia Cardoso Ana Luis (PS), para interpelações no âmbito do debate, **Célia Pereira (PS), António Lima (BE), José Pacheco (CH), Alexandra Manes (BE), Vitória Pereira (PSD), Carlos Furtado (Indep.), Nídia Inácio (PSD), Berto Messias (PS)**,

Sabrina Furtado (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), Sandra Dias Faria (PS),
bem como o **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima).**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo muito boa tarde.

Vamos iniciar o nosso período legislativo com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís.

Andreia Martins Cardoso da Cardoso.

Carlos Emanuel Rego da Silva.

Célia Otelinda Borges Pereira.

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.

Maria Isabel Góis Teixeira.

Joana Pombo Sousa Tavares.

João Vasco Pereira da Costa.

José Manuel Gregório de Ávila.

José António Vieira da Silva Contente.

José Gabriel Freitas Eduardo.

José Carlos Gomes San Bento de Sousa

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos.

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade Carvalho.

Mário José Dinis Tomé.

Marta Ávila Matos.

Patrícia Maria Melo Miranda.

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca.

Sandra Micaela Costa Dias Faria.

Tiago Alexandre dos Santos Lopes.

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco.

Vasco Ilídio Alves Cordeiro.

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes.

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte.

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental.

António Vasco Vieira de Neto Viveiros.

Carlos Eduardo da Cunha Freitas.

Délia Maria Melo.

Elisa Lima Sousa.

Flávio da Silva Soares.

Jaime Luis Melo Vieira.

João Bruto da Costa.

José Joaquim Ferreira Machado.

Luis Carlos Correia Garcia.

Marco José Freitas da Costa.

Maria **Salomé Dias de Matos.**

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio.

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**.

Paulo Duarte **Gomes**.

Ricardo Beato Gomes **Vieira**.

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**.

Vitória Alexandra Correia **Pereira**.

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**.

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**.

António Manuel Raposo **Lima**.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**.

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**.

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**.

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Barata Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**.

Presidente: Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente, Srs. Membros do Governo, este Período Legislativo de novembro é reservado ao debate e votação das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º. 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e, em simultâneo, o debate e votação do Decreto Legislativo Regional n.º. 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”. Estas matérias são orientadas pelos Artigos 163º a 165º do nosso Regimento. Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e já estão espelhados nos nossos painéis de controlo de tempo.

Os tempos para o debate na generalidade são os seguintes:

O Governo e o Partido Socialista dispõem de 235 minutos; o Grupo Parlamentar do PSD 190 minutos; o Grupo Parlamentar do CDS-PP; os Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda e do PPM, cada um, 24 minutos; as Representações Parlamentares do CHEGA, Iniciativa Liberal e PAN dispõem, cada um, de 15 minutos e o Sr. Deputado Independente de 8 minutos.

Desejo a todos um bom trabalho durante esta semana particularmente importante para a vida pública e política da nossa Região.

Vamos começar pela apresentação dos documentos.

Dou a palavra ao Governo Regional para apresentação dos documentos.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Senhor Presidente, Excelência, Exmas./os Sras. e Srs. Deputados, Exmas./os Sras. e Srs. Vice-Presidente do Governo e Secretários Regionais, Açorianos:

A presente sessão plenária do Parlamento dos Açores que agora e aqui se inicia, é para debate e votação das propostas do Governo dos Açores para o Plano e Orçamento para o ano financeiro e económico de 2024.

Estes documentos previsionais são relativos ao último ano da atual legislatura que termina exatamente em 2024.

É nosso entendimento que a proposta deste Orçamento é boa para os Açores. É boa para os açorianos, para cada pessoa, para as nossas famílias, para as nossas empresas, para as nossas instituições em geral, designadamente IPSS, Santas Casas da Misericórdia, para as cooperativas, para as autarquias - municípios e freguesias.

A proposta de Orçamento é previsível e de continuidade em evolução.

Deputado Paulo Estevão (PPM) e Deputada Catarina

Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Cumpre o Programa do Governo. Cumpre as Orientações de Médio Prazo, documentos essenciais à Legislatura aprovados aqui neste Parlamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, e ainda assim, este Orçamento para 2024 está melhor do que os seus anteriores. E está melhor porque já beneficia dos resultados das políticas públicas regionais que criámos e implementamos e estão em concretização e que merecem e justificam consistência e duração. O que só se consegue com continuidade em evolução para, assim, valorizar a coesão social e o progresso económico dos Açores.

Aqui estamos, nos Açores, distantes das perversas e destruidoras guerras na Europa, no Médio Oriente e no mundo, sem a instabilidade socioprofissional vivida no continente mas, ainda assim, inexoravelmente também afetados pelas

consequências daquelas, vivendo por causa delas, crise geradora de pobreza e de grandes incertezas, sejam de ordem global ou nacional, de caráter financeiro, económico, social e político.

Como já aqui disse, as crises têm-se sucedido em curtíssimo tempo e acumulam-se, alargando o espectro das suas nefastas

consequências para o equilíbrio socioeconómico, para a previsibilidade financeira, para o progresso e desenvolvimento dos territórios e dos povos.

Não temos qualquer dúvida de que contrariar essa tendência, é um imperativo estratégico para vencer o desafio do futuro. Contra a instabilidade de valores e de objetivos estratégicos, devemos, em meu entender, ser pela sua consistência. Consistência a favor da nossa capacidade de gerar valor acrescentado, incrementando o nosso capital de natureza.

Já tive a oportunidade de aqui partilhar com todos: devemos confirmar que o tempo é a sua duração, como bem ensinou Henri Bergson, pois, na verdade, o que tem valor é a consistência, que dá garantia ao que é estratégico e estrutural.

Na verdade, as propostas de Plano e Orçamento para 2024 aqui agora apresentadas pelo Governo expressam o mandato que os açorianos quiseram que fosse de mudança, em resultado das eleições regionais de 2020.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes documentos que vamos apreciar refletem o nosso compromisso com o desenvolvimento dos Açores e com uma mudança de cultura na relação do Governo e da Administração com os cidadãos e as empresas, assente – esta relação diferente - na valorização da iniciativa privada, na promoção de um desenvolvimento sustentável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta estratégia assenta na dignificação do trabalho, na proteção das liberdades individuais, na promoção da família, na proteção dos mais frágeis, no crescimento económico e na disciplina das contas públicas, numa ética de responsabilidade social e política e na promoção de uma nova cidadania para uma sociedade cada vez mais inclusiva e mais coesa também nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na abertura do debate na generalidade da proposta de Plano e Orçamento para 2024, quero reafirmar a minha postura pessoal e a postura deste Governo: estamos disponíveis para aceitar mais propostas, para procurar ainda mais consensos, como sempre, aliás, estivemos e estamos no quadro parlamentar desta Legislatura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Pela primeira vez na Região, e na nossa democracia autonómica, estas propostas de Plano e Orçamento também refletem conteúdos de um pioneiro e histórico Acordo de Parceria com os parceiros sociais.

Deputados Paulo Gomes e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Acordo de Parceria firmado na Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social dos Açores, que veio concretizar um consenso alargado, resultado do diálogo, da negociação e da mediação social. Mas também, há que dizer, refletem a assertividade do rumo

iniciado neste mandato (reclamo atenção para estes dados) que regista 28 meses de crescimento económico consecutivo nos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: 30 meses consecutivos de crescimento do índice de consumo privado. Regista o maior número de população empregada e o menor número de desempregados inscritos.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não é obra e graça que tenha caído do céu. É fruto do nosso trabalho.

Nestas opções estratégicas é boa notícia a sua consistência.

A consistência que nos leva a manter, na Região, a baixa dos impostos que introduzimos logo no início do mandato, com a opção do diferencial fiscal para menos 30% das taxas nacionais do IVA, do IRS e do IRC. Isto é, taxas nacionais dos impostos mais baixas para os trabalhadores, para as famílias, para as empresas e para os consumidores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: A consistência que nos leva a manter medidas emblemáticas, comprovadamente potenciadoras de mobilidade dos açorianos nas nossas ilhas e

com essa mobilidade, crescimento económico e do sentir da açorianidade, como foi e é o caso da Tarifa Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Medida emblemática como foi e é o caso do fim dos rateios dos apoios aos nossos agricultores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Como foi e é a continuidade e expansão do programa dos Novos Idosos a todas as ilhas dos Açores, com mais 175 vagas, já aprovadas pela Comissão Europeia, em sede de reprogramação do PRR.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A consistência que nos leva, uma vez mais, a propor um orçamento equilibrado, sem recurso a endividamento líquido adicional, mantendo o rumo e o propósito de inversão da tendência de crescimento da dívida em função do PIB e de preservação da equidade intergeracional.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Contas mais transparentes e sólidas. Com avaliação objetiva, isenta e imparcial, feita tanto pelo Tribunal de Contas que pronunciando-se sobre a Conta da Região de 2022, emitiu um parecer favorável...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... bem como a avaliação crítica da agência internacional de notação Fitch, que subiu o nível do ‘rating’ da Região.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eis como os dados objetivos confirmam a assertividade do nosso rumo.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Este Plano e Orçamento para 2024 permite a concretização de rendimento, sustentabilidade e crescimento para as pessoas, para as empresas e instituições nos Açores, em cada uma das nossas ilhas. Os Açores não são uma abstração, são a realidade de cada uma das nossas nove ilhas.

A proposta de Plano atinge o valor de 739 milhões 718 mil e 137 euros.

O Orçamento encerra o montante de dois mil milhões de euros.

De receitas próprias, envolve o montante de 978 milhões e 600 mil euros, que são superiores às nossas despesas de funcionamento, estas de 964 milhões e 100 mil euros.

O Orador: Registam-se, face ao ano corrente, um aumento de 15% no investimento e um aumento de 8% nas despesas de funcionamento. Mais para o investimento e menos para o funcionamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Estamos convencidos da assertividade deste rumo, nos seus benefícios e na confiança do nosso povo nele.

Estou aqui para dar a cara por este rumo de governação e de políticas de desenvolvimento. Sou líder desta Coligação (PSD/CDS-PP/PPM). Sou o líder deste Governo e desta governação.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Quem trabalhou para entrar neste rumo, está disponível para continuar a trabalhar e a servir o nosso povo. Precisa e recomenda tempo para dar consistência aos bons resultados. O tempo do fazer e do desfazer, fez e faz andar para trás no nosso desenvolvimento. Fazer, continuar a fazer e não desistir dos bons resultados é que dá progresso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não temos dúvidas – repito – não temos dúvidas de que assim é que servimos melhor os Açores, no seu presente e no seu futuro. Continuar. Regressar ao passado é um erro. Nós não queremos errar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É por isso que estes documentos orçamentais que apresentamos e submetemos a discussão e sufrágio, estão ancorados no diálogo, na responsabilidade, na consistência e na estabilidade.

Estes documentos confirmam a nossa prioridade com a justiça social e com as famílias, daí que prevejam, entre outras medidas – e tantas são as outras:

- O aumento de 10% do Complemento Açoriano ao abono de família para crianças e jovens;
- O aumento de 5% do Complemento Regional de Pensão, conhecido como ‘cheque pequenino’, que atingirá assim o valor, no primeiro escalão, de 100 euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Açorianos: para este “cheque pequenino”, nós estimamos abranger 32.600 pensionistas e reformados, beneficiários do ‘cheque pequenino’ – é para vós que trabalhamos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: O aumento de 5% do COMPAMID, estimando-se que atinja o valor de 609 euros, abrangendo mais de 22 mil pessoas, para um total de apoio de 7 milhões de euros.

É para vós que trabalhamos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O aumento, em 15 %, da comparticipação diária atribuída aos doentes deslocados e seus acompanhantes, que atingirá o valor, no 1º escalão, de 57 euros – é convosco que somos solidários;

- O aumento, em 15 %, do complemento especial para doentes oncológicos que atingirá o valor de 35 euros – é merecido;

- O aumento, em 16 %, no Apoio Social Escolar, onde estão agora previstos 15 milhões de euros, com a estimativa para abranger cerca de 19 mil alunos;

Ainda, o reforço, em dobro, do montante global do apoio a atribuir às famílias com crédito à habitação – sim, merecem o nosso apoio a dobrar - sendo que acrescentamos prioridade ao aumento do parque de habitação pública regional, aliás, abandonado durante a última década.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: No âmbito do PRR, somaremos às 301 construções e 527 habitações previstas, cerca de mais 145 lotes infraestruturados, para posterior cedência a famílias de classe média mediante concurso público. Mais habitação.

No ambiente laboral, prevemos:

- O aumento da Remuneração Complementar Regional aos quadros da Administração Pública Regional em 5%, sendo que o número de beneficiários aumentará e passará dos 8.450 registados em 2019, para 10.260 em 2024.

Mais abrangência, melhor justiça, melhor remuneração.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Igualmente, comprometemo-nos com a regularização extraordinária de 536 contratos celebrados pelos serviços e estabelecimentos de saúde da Região no contexto da pandemia – fim à precariedade, afirmação na estabilidade de quadro do Serviço Regional de Saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais ainda há mais.

Para todas as carreiras da Administração Pública Regional Autónoma, prevemos a valorização destas carreiras gerais, assegurando, em evolução, uma posição remuneratória mais justa e em tempo realista de progresso nas respetivas carreiras, passando de 10 para 6, o número de pontos necessários no período de avaliação, e eliminando ainda as quotas do sistema de avaliação. Sim, é uma boa notícia para os trabalhadores da nossa Administração Pública.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Com um Orçamento bom e melhor ainda do que os seus antecessores em matéria de velocidade cruzeiro da execução dos meios de financiamento comunitário, não podemos adiar. É fazer, porque fazer bem e melhor vale a pena.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O Plano ainda prevê, designadamente:

- Reforço na Economia Agrícola de 57,1 ME para 65,1 ME;
- Reforço da Economia do Mar dos atuais 33,8 ME para 43,2 ME;
- Reforço da Promoção Turística dos atuais 9,5 ME para 14,1 ME;
- Reforço pela Estratégia da sustentabilidade ambiental e da descarbonização produtiva;
- Reforço da promoção da participação da juventude e pela sua literacia sobre a vida pública, democrática e autónoma – os jovens são a prioridade do futuro;

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Reforço da estratégia de recurso à inovação e tecnologia, essencial para obras de manutenção e conservação de infraestruturas nos Açores, e em todas as ilhas, tão abandonadas que estiveram estes últimos anos;

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Reforço da Cooperação com o Poder Local, tanto municípios como freguesias, através do pagamento das receitas do denominado IVA turístico, como através da criação do Fundo Freguesias com uma dotação de 4 ME. Aos autarcas, a nossa confiança e solidariedade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Na realidade, Sras. e Srs. Deputados, como recentemente vimos citado, bem disse Albert Camus:

“A verdadeira generosidade para com o futuro, consiste em dar tudo ao presente”.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem, Sr. Presidente!

O Orador: Estamos a fazê-lo.

Estamos convencidos da assertividade deste rumo, nos seus benefícios e na confiança do nosso povo nele.

Com os açorianos, e pelos açorianos e para os açorianos.

Disse.

(Aplausos de pé dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional.

Estão apresentados os documentos.

Segue-se uma ronda, conforme combinado na Conferência de Líderes, pelos grupos e representações parlamentares que assim entendam usar da palavra.

Neste momento, tenho já vários inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Entramos no plenário mais importante desta Legislatura.

Será debatido e votado, nesta Sessão Legislativa, e até às eleições, o último Orçamento Regional em plenário com a composição da Assembleia como a conhecemos. Mas será mesmo o último?

Veremos durante este debate as vontades expressas de todas as bancadas e do que será sugerido a seguir se este orçamento não vingar.

Temos um Orçamento Regional para o ano 2024 que está injetado com esteroides anabolizantes para combater a quimera da pré-campanha, com promessas das almas aventureiras de um eldorado encontrado e distribuído equitativamente para todos os sectores e espectros da sociedade. Vem até com bolo, apitos e fogo de artifício, com palavras de ordem que retumbam nas paredes da onnipotência universal, em ser o maior e melhor Orçamento de sempre deste sistema solar. Será um Orçamento eterno e sublime, guardado no mesmo cofre onde se encontra a compreensão da origem do Universo, a teoria da relatividade e o processo espirituoso das agendas mobilizadoras nos Açores. Dizem até, que há físicos teóricos a afirmar a pés juntos que, no mesmo cofre, encontra-se a execução orçamental do ano 2022 deste Governo e a frase escrita num papiro lacrado, com a citação de que “será executado até ao final do ano Sr. Deputado”. Mas a realidade não é tão romântica, nem a opinião de vários partidos desta Assembleia sobre o Orçamento que é apresentado. Mesmo com a promessa velada de que será executado quase integralmente, o histórico da execução do último ano que está fechado, o de 2022, demonstra o contrário, faltando 265 milhões em investimento na Região. Contudo, não estou aqui para caluniar o trabalho realizado, porque nem tudo foi mau, nem inadequado relativamente às contas públicas. Falar mal da saúde da conta de Região, seria

entrar numa armadilha, logo após a avaliação da agência internacional Fitch na subida do rating sobre o balanço operacional ou o parecer favorável, mas com muitas reservas, do Tribunal de Contas. Uma dessas reservas são as operações realizadas pelo Governo Regional para refinanciamento de dívida, que ultrapassaram em quase 133 milhões de euros a autorização concedida por esta Assembleia.

Destaca-se também, que os totais de receita e de despesa estão afetados pela falta de registos contabilísticos nos montantes de 510 milhões de euros e de quase 363 milhões de euros, respetivamente, pondo em causa o princípio orçamental da universalidade. Mas o maior problema não passa pelas contas públicas, nem da execução pretendida. Reside, sim, na troca de protagonismo desta história.

A estrela principal deveria ser o Orçamento para 2024, mas há 3 meses foi vilipendiado pelo Governo e remetido a um papel de figurante. E tudo começou em setembro, na *rentrée* política aquando da auscultação dos líderes parlamentares pelo Sr. Presidente do Governo, relativamente ao Orçamento. Numa estratégia política com a vontade, pelo menos aparente, de eleições antecipadas, o PSD começou a ostracizar os, até então, parceiros de incidência e todos os que ousassem votar contra o Orçamento, afirmando que seria de uma grande irresponsabilidade em remeter a Região para uma gestão duodecimal e que aparecia o *Diabo* nos Açores.

Perder-se-ia a oportunidade de executar o PRR, os apoios sociais, de reforçar medidas para a habitação, de ajudar os funcionários públicos. Em suma, do Orçamento com o maior pendor social até agora. O mote foi lançado de uma forma bastante desconcertante e provocadora, não deixando de se vitimizarem como fez o PS na República quando conseguiu a maioria absoluta há dois anos. Mas não saía da minha cabeça o apregoado pelo Sr. Presidente do Governo, e cito: “confiança e a estabilidade é uma conquista constante de trabalho e

diálogo”. Ficámos logo apresentados pela forma que se pretende estabilidade para a Região. Se esse era o diálogo que a coligação necessitava ter com os partidos para a última sessão legislativa, conseguiu. Mas não foi um diálogo assente em humildade democrática, mas sim de arrogância e incitamento à rebelião. Quase fez lembrar os últimos anos do PS a governar a Região, mas esquecendo-se de um pequeno pormenor, um pequeno detalhe: ao invés de ter uma maioria absoluta, tem uma minoria parlamentar.

O Orçamento de 2024, que deixou de ser o protagonista, tentou sujeitar-se novamente ao papel principal, trabalhando arduamente em outubro, mostrando comprometimento para ir ao encontro das expectativas da sociedade açoriana. Foi quando, há três semanas, o Orçamento deixou sequer de existir no palco parlamentar. O PSD, na vigésima quinta hora, afirmou que se não fosse aprovado, o Governo não se demitiria. Esqueceu-se do papel de vítima dos últimos 2 meses, de uma Região em duodécimos sem Orçamento ou de qualquer tipo de oportunidade de investimento durante mais de 8 meses.

Passou de vítima a opressor, como de uma pessoa com transtorno de personalidade *borderline*, onde as mudanças rápidas de humor passam por comportamentos passivo-agressivos.

O Governo demonstrou, com essa decisão, que o Orçamento não era importante nem a vida dos açorianos era determinante.

O que seria crucial não passava pelo pendor social, mas sim pela manutenção do poder a todo o custo.

Foi quando António Costa se demitiu que os dados foram lançados novamente. Usando as palavras de um grande ilustre açoriano sobre o ocorrido, que corroboro na íntegra, cito Dr. Mota Amaral:

“O Primeiro-ministro procedeu com grande dignidade, com grande sentido de responsabilidade, com elegância ao mostrar que não está agarrado ao poder e

agora, na fase seguinte, temos que ir para eleições, não há dúvida nenhuma que é a saída para a crise.

O que será que diria Dr. Mota Amaral, sobre um Governo nos Açores sem Orçamento aprovado?

Deputado Joaquim Machado (PSD): A diferença está entre “corrupção” e “ação”!

O Orador: Talvez nunca saberemos, mas sabemos a resposta do Dr. José Bolieiro ao que vai acontecer esta semana e cito:

“O momento é para servir os Açores e não para politiquices”.

Mas, Sr. Presidente do Governo, *politiquices* não é ficar agarrado ao poder para servir os interesses partidários ao invés de servir os Açores?

É com esta estabilidade e confiança que se inicia a semana mais importante do ano e a mais importante desta Legislatura.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Inicia hoje o Parlamento dos Açores o debate sobre as propostas de Plano de Investimentos e Orçamento anuais, apresentadas a esta Câmara pelo Governo Regional, e referentes ao ano 2024.

É um momento importante, momento que deveria dizer algo sobre o futuro, sobre a forma como nos preparamos, enquanto Povo e enquanto Região, para vencer os tantos e tão grandes desafios que temos à nossa frente; um momento que deveria estar impregnado de confiança no futuro, de confiança nos Açores e nos Açorianos, que deveria exsudar Esperança, e também Confiança, em tanta coisa que as nossas ilhas têm de bom, têm de promissor, têm de açoriano.

Um documento que deveria ser arrojado nas soluções, rigoroso na gestão e sincero, sim, sincero, quanto aos desafios, e também às dificuldades que temos à nossa frente.

Mas não é isso que acontece.

As propostas de Plano e Orçamento que chegaram a esta Câmara são bem o retrato do Governo Regional que as subscreve: onde é necessário rigor, oferecem-nos fantasia; onde é necessário verdade, oferecem-nos meias-verdades; onde é necessário ambição, ousadia e inovação, oferecem-nos mais do mesmo: na conversa, nos objetivos, nas medidas.

Com tantos e tão grandes desafios à nossa frente, este é o Governo que, visivelmente, assustado e amedrontado...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo)

... e isso transparece nos documentos e nos discursos – tenta, desesperadamente, construir a ficção do Governo que é esforçado, apesar das suas limitações, poupado mas incompreendido, pobrezinho e acossado pela quase selvagem oposição.

É um Governo que se vê a si próprio, e quer que os Açorianos o vejam, como beato, casto e puro no meio da horda oposicionista...

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Ó senhor, isso não lhe fica bem!

O Orador: ... quase como a transfiguração institucional da Casa Portuguesa de Amália Rodrigues: humilde, pobrezinho, *arrematadinho* e auto-proclamado como *honradinho*.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É um Governo que se apresenta aos Açorianos com a desculpa pretensamente virtuosa de *estar a fazer o que pode*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o que não pode!

O Orador: Na sua indolência, nem percebe que na atual conjuntura, o que lhe é exigido é que faça o que é necessário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que faça o que o senhor não fez!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos próximos dias de debate, será demonstrado, perante esta Câmara e perante os Açorianos, que o principal problema deste Plano e deste Orçamento é bem mais profundo, e bastante mais grave, do que apenas a inércia, a passividade e a estagnação.

Este Governo, e estes documentos, têm um grave problema de credibilidade e de confiança que os colocam, no atual contexto económico, financeiro e social que os Açores atravessam, bem mais da parte do problema do que parte da solução.

Deputado João Vasco Costa e Deputada Ana Luis (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas hoje, nesta intervenção de abertura, em nome do Partido Socialista, não pode deixar de ser denunciado, perante o Parlamento e perante os Açorianos que, no seu desespero, este Governo Regional e os partidos que ainda o sustentam,

transformaram estes documentos num instrumento de chantagem, de ameaça e de mentira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Politicamente acossado e politicamente isolados, o Governo Regional e os partidos que ainda o suportam, não se coibiram de embarcar numa espiral de chantagens, de ameaças e de faltas à verdade que dizem tudo sobre eles próprios, Governo e partidos, e o estado em que se encontram.

É caso para dizer, até quando?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Até à moção de censura!

O Orador: Até quando, senhores, abusarão da paciência dos Açorianos?

Sinceramente, esperavam que essa grosseira tentativa de condicionamento e de manipulação passasse incólume?!

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Que tristeza!

O Orador: Passasse sem ser notada?!

Passasse sem ser denunciada?!

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): É esta a arrogância!

O Orador: Será verdade, senhores do Governo e dos partidos que ainda vos suportam, que acreditaram mesmo que as toscas tentativas de manipulação dos funcionários públicos...

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... de manietar os pensionistas e de condicionamento da opinião pública em geral passaria sem ser exposta?! Denunciada?! Desmascarada?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Que apego é esse ao poder?!

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Que obsessão é essa com o poder, que vos leva a urdirem uma estratégia que mais não visa do que atropelar as competências deste Parlamento e o voto livre dos deputados desta Casa?

Deputado José San Bento (*PS*) : Muito bem!

O Orador: Que desespero é esse de estarem agarrados ao poder que vos leva a quererem manietar a perceção que os açorianos poderão ter dos que tenham uma apreciação negativa destes documentos?

O que vos prende, o que vos obriga, o que vos condiciona quando, no desespero da aprovação destes documentos, não hesitam em induzir em erro aqueles, poucos, que, porventura, ainda acreditem na vertigem de promessas que sai das vossas bocas?

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desmascarar essa estratégia iníqua, desmascarar a tentativa de chantagem, de ameaça e de mentira que envolvem as propostas de Plano e Orçamento para 2024 que este Governo Regional trouxe a este Parlamento, significa dizer aos funcionários públicos dos Açores que não, não é verdade que seja este Orçamento a eliminar as quotas no sistema de avaliação dos funcionários públicos dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que costuma **não dizer** a verdade!

O Orador: As quotas foram eliminadas por este Parlamento no seu Plenário de maio deste ano...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... através de uma iniciativa do Partido das Pessoas, Animais e Natureza, que teve os votos a favor de todos os deputados deste Parlamento, à exceção do Sr. Deputado

Independente.

Dessa aprovação resultou o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2023/A, de 17 de julho, e bastará lê-lo, para comprovar, também por aí, a tosca tentativa de enganar e manipular.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sim, é verdade que essa eliminação entra em vigor quando entrar em vigor o Orçamento de 2024.

Vozes das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Ahhhh, afinal...!

O Orador: Mas também é verdade que seja o Orçamento de 2024 aprovado agora, ou daqui a 6 meses, essa eliminação sempre retroagirá ao dia 1 de janeiro do próximo ano.

Por isso, dizer que se este Orçamento não for aprovado, os funcionários públicos não beneficiarão, em 2024, dos efeitos da abolição das quotas no seu sistema de avaliação, não é só descarada chantagem, não é só uma pérfida ameaça, é uma requintada mentira!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Desmascarar essa estratégia de pressão iníqua sobre o Parlamento, desmascarar a tentativa de chantagem, de ameaça e de mentira que envolvem as propostas de Plano e Orçamento para 2024, significa também dizer aos funcionários públicos dos Açores que não, não é verdade que só se este Orçamento fosse aprovado é que seria possível progredir na carreira com a acumulação de 6 pontos nas avaliações de desempenho. Não, não é verdade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade é!

O Orador: Atualmente, isso já é possível, já está previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que se conjuga com o nosso Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA), pelo que depende apenas da vontade do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Que horror!

O Orador: Sim, é verdade que a formulação agora proposta retira qualquer intervenção do membro do Governo Regional nesta matéria. Mas o fato é que os funcionários públicos dos Açores não estão dependentes deste Orçamento, para poderem progredir na carreira com a acumulação de seis pontos. Para ser assim, é preciso apenas que o Governo queira, não sendo necessária qualquer intervenção deste Parlamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Por isso, dizer que se este Orçamento não for aprovado, os funcionários públicos não podem, em 2024, progredir na carreira pela acumulação de seis pontos no seu sistema de avaliação, não é só descarada chantagem, não é só uma pérfida ameaça, é uma requintada mentira!

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): E os 10 pontos?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Desmascarar esta estratégia de pressão iníqua sobre o Parlamento, desmascarar a tentativa de chantagem, de ameaça e de mentira que envolvem as propostas de Plano e de Orçamento para 2024, significa dizer aos pensionistas e reformados que recebem o “cheque pequenino”, significa dizer aos idosos que recebem a ajuda para comprar medicamentos, o COMPAMID, significa dizer às famílias que recebem o complemento açoriano do abono de família, que não,

não é verdade que só com a aprovação deste Orçamento é que receberão o aumento dos mesmos, e também não é verdade que se este Orçamento não for aprovado, eles não vão receber esses apoios. Não, isso não é verdade!

Em primeiro lugar, porque nada obriga a que esses aumentos só possam ser previstos no Orçamento.

Nada impede que essas atualizações e aumentos possam ser feitos por legislação avulsa que não o decreto do Orçamento.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E a verba?! Onde é que fica a verba?!

(Risos do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: Em segundo, é o passado deste mesmo Governo Regional que o desmente e o desmascara.

Em 2021, o Orçamento Regional só foi aprovado em maio desse ano e só entrou em execução em junho. E não foi por isso que esses apoios não foram reforçados e que não foram pagos desde 1 de janeiro desse ano!

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Porque foi aprovado o orçamento!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Por isso, dizer que se este Orçamento não for aprovado, os Açorianos, em 2024, não podem receber mais dinheiro no “cheque pequenino”, não podem receber mais dinheiro na ajuda para comprar medicamentos, no COMPAMID, ou não podem receber mais dinheiro no complemento do abono

de família ou no apoio à deslocação de doentes, não é só descarada chantagem, não é só uma pérfida ameaça, é uma requintada mentira!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas tamanha é a aflição, o desespero e o desnorte...

Deputado Paulo Silveira (PSD): De quem?!

O Orador: ... que o Governo Regional, e os partidos que ainda o suportam, atropelam-se, contradizem-se e anulam os seus próprios argumentos.

É isso que também acontece com a estratégia de condicionar este Parlamento e os Açorianos na apreciação destas propostas de Plano e de Orçamento, afirmando que ou estes documentos são aprovados, ou então teremos o caos nos funcionários públicos, nos apoios sociais e em tantos outros domínios.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E é verdade!

O Orador: Isso não é credível e isso não é verdade!

E tanto não é credível nem é verdade, que logo se apressa o Governo Regional a dizer, em jeito de desculpa, e amedrontado, que, se este Orçamento não for aprovado, então apresenta um segundo.

No meio de tamanho desnorte, nem se apercebe que assim agindo, o Governo, não retira apenas credibilidade a esta proposta, mas destrói, igualmente, a credibilidade dessa alegado novo orçamento *requentado*.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Outra falsidade que tem sido transmitida a várias vozes e à boca pequena junto de empresários, investidores e trabalhadores açorianos, é que sem a aprovação destes documentos, os fundos e o investimento previsto no PRR e no PO20/30

ficará irremediavelmente prejudicado ou atrasado no âmbito do regime duodecimal aplicável.

Nada mais leviano! Nada mais falso!

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo, e os partidos que ainda o suportam, não só têm obrigação de saber, como sabem, de facto, que de acordo com a Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas referentes a prestações sociais, devidas a beneficiários dos sistemas de proteção social, os direitos dos trabalhadores, as aplicações financeiras e encargos da dívida, as despesas associadas à execução de fundos europeus...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso é mentira!

O Orador: ... bem como a despesas destinadas ao pagamento de compromissos já assumidos e autorizados, relativos a projetos de investimento não cofinanciados, constituem exceções às regra de funcionamento por duodécimos. E, portanto, não são prejudicados, não é posta em causa a execução destes fundos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas também sabem, e todos sabemos, que sempre que há eleições e um novo Governo Regional é eleito, ele até cerca de 8 meses depois da sua entrada em funções, não tem orçamento próprio. Ele funciona, desde o início do ano civil, económico e fiscal, imediatamente subsequente à sua tomada de posse, com o orçamento do ano anterior e em regime de duodécimos, com todas as exceções.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O maior mentiroso nesta Sala é o senhor!

O Orador: Este é, pois, mais um exemplo da irresponsabilidade política com que este processo está a ser conduzido e que pode, isso sim, prejudicar gravemente as ainda poucas expectativas de investimento que esta desastrosa governação ainda não desbaratou.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Oh é preciso ter lata!

O Orador: Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desmascarada aquela que consideramos ter sido, ou ser ainda, veremos, uma tentativa de condicionar este Parlamento, avancemos, pois, na análise destas propostas, cumprindo a nossa função e assumindo a nossa responsabilidade. Uma responsabilidade que temos, não para com o Governo nem para com qualquer partido, uma responsabilidade que temos para com os Açores e para com os Açorianos.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Tão baixo nível já não via há muito tempo!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Vou direto ao assunto. Não tenho tempo regimental para *rodriguinhos* e *latinismos*.

Dirijo-me ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro e aos respetivos camaradas do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e da Iniciativa Liberal.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Nunca ouvi nesta Câmara um discurso tão desesperado! Tão desesperado!!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Sem dúvida! Que exagero!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sabe uma coisa, Sr. Deputado?

O Sr. Deputado no seu discurso teve muitos insultos, mas não teve uma coisa fundamental, não teve uma única proposta para os açorianos e para o progresso dos Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E quanto aos funcionários públicos que já podiam progredir, que já era assim, eu pergunto aos senhores funcionários públicos quantos é que progrediram nos 8 anos de governos do Sr. Deputado Vasco Cordeiro?!

Se era possível, porque é que nunca o fez?!

Mas vamos a outra temática.

Pretendem V. Exas., ficou evidente, derrubar o Governo dos Açores pela via do chumbo do Plano e Orçamento.

Lamento dizer-vos, mas não é isso que está escrito e previsto no Estatuto e na Constituição. O chumbo do Orçamento não implica a demissão do Governo e a dissolução do Parlamento.

As leis, o Estatuto e a Constituição são assuntos demasiado sérios para serem rabiscados e adulterados por voluntariosos!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Tiago Branco (PS): Quem é que está desesperado afinal?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O que diz a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores é que, no caso de não ser aprovada a proposta de orçamento, “o Governo Regional deverá apresentar à Assembleia Legislativa uma nova Proposta de Orçamento para o respetivo ano económico no prazo de 90 dias sobre a data da rejeição”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E não vale a pena, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vir com o exemplo da dissolução da Assembleia da República em 2022, exatamente devido à não aprovação do Orçamento nesse ano. A Lei de Enquadramento Orçamental vigente para o Orçamento de Estado, não contempla a possibilidade do Governo da República apresentar uma nova proposta de orçamento.

É, neste aspeto, diferente. A dos Açores que prevê que o Governo Regional deverá - e sublinho a palavra deverá - apresentar uma nova proposta de orçamento.

Pelos vistos, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não concorda com esta previsão da lei?

Estranho essa atitude, uma vez que ela nasceu de uma proposta apresentada pelo Governo Regional minoritário do Partido Socialista em 1998, que tinha

então o apoio de 24 deputados socialistas quando à oposição de 27 do PSD e do CDS/PP.

Como na altura - vejam bem as ironias da história - o Deputado Vasco Cordeiro defendeu neste mesmo local a aprovação da lei, coisa que fez nos seguintes termos:

“Em relação a esta Anteproposta sobre o Enquadramento do Orçamento Regional, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta matéria. Assim, conforme já referimos, partilhamos do entendimento segundo o qual esta matéria da disciplina da elaboração do orçamento regional é o caminho a seguir”.

(Risos do Vice-Presidente do Governo Regional)

Vasco Cordeiro sabia bem do que é que estava a falar, na medida em que a sua dissertação, no âmbito da pós-graduação em direito regional que realizou em 1998, tem o seguinte título:

“A dissolução dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas”.

Trata-se, por isso, de uma ideia antiga que continua a perseguir o seu espírito.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nunca como agora, me pareceram mais apropriadas as palavras de um velho sábio grego:

Ninguém tem obrigação mais sagrada de obedecer à lei, do que aquele que a fez.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Diz também o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que este Orçamento é uma moção de confiança.

Está enganado, Sr. Deputado. O que vamos votar é um orçamento e não uma moção de confiança.

É ao Presidente do Governo que cabe apresentar a moção de confiança e creio que o Sr. Deputado sabe que já não é Presidente do Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Graças a Deus!

O Orador: Não preciso de lhe dizer o resto. Deixo esse trabalho para o Deputado Francisco Coelho que se exprimiu no dia 25 de novembro de 1998 na olímpica oratória que o caracteriza nos seguintes termos:

“V. Exa. desafiou este Governo a apresentar uma moção de confiança. Esquece-se que este Governo tem a confiança porque ela foi dada na altura certa, pela forma certa, pelo formalismo exigido pelo Regimento e pelo Estatuto desta Assembleia, através da aprovação do Programa do Governo”.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas disse mais:

“Isso não se revoga, Sr. Deputado” - foi o senhor que disse – “...há uma forma democrática e formal de manifestar isso, o incómodo, através de uma moção de censura”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A citação já vai longa, mas eu não resisto, porque o que vem a seguir é um *tesourinho*:

“Enquanto ela não existir, este Governo sente-se nesta Assembleia como Deus entre os anjos.

Temos a confiança dos açorianos e aqui estamos. Quem se sentir mal que dê um passo em frente, não vale a pena meter-se atrás das autoridades”.

E termina a citação:

Deputado Francisco Coelho (PS): E viva a democracia!

O Orador: “Digo-lhes, então, na esteira do Sr. Deputado Francisco Coelho, que aqui se mantém de pé como as velhas Pirâmides do Egito, que também este Governo se sente como *Deus entre os anjos*.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A este respeito, tenha-se em conta que das 58 propostas do Governo aqui votadas, apenas uma não foi aprovada ao longo dos 3 anos de vigência da atual Legislatura.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas o mais importante de tudo, é que sentimos a confiança e o apoio do Povo dos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sem moção de confiança, sem demissão por modo próprio do Presidente do Governo e sem que da não aprovação do Orçamento possa resultar a demissão do Governo Regional, restam

a V. Exa. dois mecanismos para derrubar o Governo, como é o seu ardente desejo: a apresentação de uma moção de censura, ou então apelar ao Presidente da República que faça o que o Sr. Deputado não tem a coragem de fazer.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O jovem Francisco Coelho de 1998 – peço desculpa por tantas citações, Sr. Deputado Francisco Coelho - não tinha dúvidas e exibia coragem e peito com a agora icónica frase *não vale a pena meter-se atrás das autoridades*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: V. Exa. faz exatamente o contrário, Sr. Deputado Vasco Cordeiro: meteu-se atrás, bem atrás, do Presidente da República.

Compreendo agora Shakespeare quando escreveu:

“O que tenho medo, é do teu medo”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Presta V. Exa. um péssimo serviço à autonomia dos Açores, quando implora a intervenção do Presidente da República para que o mesmo proceda à dissolução da Assembleia Legislativa.

Se resultar, V. Exa. ficará conhecido na História dos Açores como o homem que transportou para o interior das muralhas da autonomia dos Açores o Cavalo de Troia da nossa destruição.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em 47 anos de autonomia, é a primeira vez que tal sucederá. E se vier a acontecer tal intervenção, será absolutamente ilegítima do ponto de vista político, na medida em que não estão esgotados os trâmites parlamentares que o nosso sistema parlamentar ainda dispõe.

A votação de um segundo orçamento e a apresentação de uma moção de censura por parte da oposição.

Presidente e Vice-Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):
Muito bem! Muito bem!

O Orador: Na dissolução da Assembleia da República de 2022, o Governo da República não se demitiu nem foi demitido. Mas o nosso sistema parlamentar funciona de maneira diferente. Aqui uma eventual dissolução da Assembleia Legislativa Regional, contrariamente ao que sucede em caso de dissolução da Assembleia da República, acarreta a demissão do governo Regional que ficará em gestão até à posse de um novo governo, refletindo este efeito político, a natureza parlamentar do sistema de governo das Regiões Autónomas. A verificar-se a intervenção presidencial, vamos ficar com um Governo de gestão durante muitos meses e sem orçamento durante grande parte de 2024. Isto numa conjuntura de enorme exigência em termos de execução de 400 milhões de fundos europeus, uma oportunidade que não se pode perder.

Vozes dos Deputados da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Vejam que o Partido Socialista, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o próprio Sr. Carlos César, defenderam a necessidade da dissolução da Assembleia da República só ocorrer após a aprovação do Orçamento de Estado, para - imaginem bem - *proteger os portugueses*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: E os açorianos?!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não são portugueses!

O Orador: E os açorianos são *carne para canhão* das ambições pessoais do Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Que irresponsabilidade, meus senhores!

Que suicídio político para os Açores!!

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não é o único, mas é o maior responsável pelo que vier a suceder!

Peço-lhe que se lembre ao menos deste aviso de Hemingway:

“Um homem nunca deve pôr-se em posição de perder o que não pode dar-se ao luxo de perder”.

Meus senhores:

Os Açores estão a viver um período de crescimento económico e de emprego histórico. Nunca crescemos tanto e de forma tão rápida.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Esse é que é o problema!

O Orador: Precisamos dum orçamento aprovado e dum governo no uso de todas as suas competências.

Não deem tudo a perder!

Se o fizerem, estarão a cometer um dos maiores erros da nossa história, a penalizar gravemente os açorianos.

Não o façam, não o façam!

Não coloquem interesses pessoais e políticos acima dos interesses dos Açores!

Estamos a poucos meses de disputar as próximas eleições em total normalidade.

É bom que quem ganhar, nós ou quem se opõe a este Governo, tenha todas as condições orçamentais e de governo para prosseguir este impulso histórico de crescimento e de criação de riqueza. Todos somos Açores.

Todos temos o dever de colocar os interesses dos Açores acima de tudo o resto.

Viva os Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para o mesmo efeito, tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, uma boa tarde.

Quando para cá viemos, viemos obviamente em nome dos açorianos, em nome daquilo que consideramos valores essenciais: a verdade, a humildade, o compromisso e o diálogo. Isto é fundamental em qualquer sociedade, em qualquer democracia.

Somos um partido democrático, apesar de alguns nos apelidarem de *antidemocrata*. Mas permita-me Sr. Presidente - as baboseiras ficam com quem as diz.

A verdade é que no último Orçamento, viemos aqui em nome de estabilidade, achámos que era importante e fundamental dar um sinal de estabilidade aos Açores.

Satisfeitos? Não. Insatisfeitos com muita falta de diálogo, com muita falta de respeito, com muita falta de compromisso.

No entanto, achámos que em nome dos açorianos, tínhamos este dever e assim o fizemos. E daquela tribuna assim o disse.

Aqui estamos um ano depois.

Aqui estamos com um novo orçamento, um novo documento e, como se costuma dizer, é que o papel aceita tudo. O problema é quando chegamos ao final do ano e esse papel desvaneceu-se nalgumas coisas.

Se querem um bom exemplo, eu dou-vos um bom exemplo da falta de compromisso e de diálogo que houve com um parceiro da Coligação, que foi o CHEGA ter trazido a esta Assembleia para votação o cheque-saúde, algo que estava orçamentado, algo que era um compromisso e que não foi cumprido. E eu, enquanto representante do CHEGA, tive que o trazer e aprová-lo e votá-lo nesta Assembleia.

A verdade é que o dinheiro não se gastou e está na mesma quantia – 250 mil euros - para o próximo ano. Isto é que é realidade.

A realidade é que nós não batemos à porta de ninguém. Foram os senhores que bateram à nossa porta e foram os senhores que nos pediram esta viabilização. Foram os senhores que assim o quiseram. Não fomos nós. Nós estávamos confortáveis no nosso canto, no início dum percurso e dum caminho que queremos continuar.

É verdade que o CHEGA não é aqui o enganado. Não é o CHEGA que se sente traído. É verdade que são, sim, os açorianos, aqueles que aspiravam por uma das grandes bandeiras que nós tínhamos que é a habitação e que continuam à espera.

É verdade que nem tudo é mau.

É verdade que este Governo tem feito algumas coisas boas e nós temo-lo dito.

Nós temos tido a humildade democrática de dizer, quando está bem, que está bem. Mas quando está mal, também dizemos que está mal. Há uma coisa que eu não encontro, mas encontrei num outdoor: o avião

cargueiro. Está num outdoor. E tentei arrancar do outdoor, mas não consegui. Eu tanto ouvi falar do tão afamado avião cargueiro e, na verdade, quem o defende, nem agora com o poder na mão o consegue executar. Isto é um sinal muito claro aos açorianos.

Uma outra coisa que também estranho, é que numa região que vai para os níveis da Baviera – isto foi dito por um partido do Governo – ou seja, uma região que vai ser rica, acabo de ouvir o Sr. Presidente do Governo orgulhar-se de 5% de aumento no complemento de pensão, ou seja, para que as pessoas percebam, um aumento no “cheque pequenino”.

Os senhores quando quiserem fazer uma mudança, façam como fizemos em 2021, em que aumentámos 50% no “cheque pequenino” no 1º patamar. Isto é que é uma alteração, mas foi o CHEGA.

Quando os senhores acharam que o CHEGA só servia para *criadagem* e para votar orçamentos, foi o dia em que se enganaram e voltaram aos 5% de que tanto se orgulham!

A *Maria dos Anjos* que está em casa, 5% para ela é para comprar papo secos, porque para resolver a vida dela seria isto que aqui está:

- Retirar os idosos da pobreza, isto é que é importante, retirar da pobreza uma série de pessoas que lutam a trabalhar e não conseguem, face ao aumento das taxas de juro, dos produtos alimentares e dos combustíveis. Isto é que é tirar da pobreza.

Agora também digo aos açorianos: acham que se deve pagar a quem não quer trabalhar e acabar com a pobreza ou é continuar a alimentar a pobreza da pior forma que temos visto durante décadas?

Esta é a pergunta que nós devemos fazer todos. É esta a pergunta que devemos fazer todos os dias: o que é que nós estamos a fazer para acabar com a pobreza?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muita coisa!

O Orador: O que é que nós estamos a fazer para tirar os açorianos da pobreza?

De intenções está o inferno cheio e aqui dentro, que eu saiba, não é um inferno nem queremos que seja.

Quanto às intenções temos que as deitar para o lixo e temos que passar à ação que é coisa que o CHEGA não tem visto. E uma das ações que não temos visto, é o diálogo que leva ao compromisso, através da humildade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a paalavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começamos hoje o debate da proposta do Governo Regional de Plano e Orçamento para o ano de 2024, para os Açores, uma região pobre, marcada pela precariedade no trabalho, pelos baixos salários praticados - onde o ordenado mínimo é quase a regra - uma região marcada por uma enorme desigualdade de género, com uma grande incidência de pobreza feminina, uma região que tem a mais alta taxa de incidência de violência doméstica do país e que tem uma alta taxa de insucesso e abandono escolar precoce.

Durante os últimos três anos, o Governo Regional da coligação de direita não teve capacidade para debelar esta realidade.

Esta é a quarta proposta de orçamento deste Governo de coligação PSD, CDS e PPM, que contou sempre com o apoio da Iniciativa Liberal e do CHEGA.

Estes são os partidos responsáveis pelo atual estado dos Açores.

Com esta proposta de Plano e Orçamento, a coligação pretende passar a ideia de que vai fazer num ano aquilo que não conseguiu fazer em três. Mas ninguém acredita nesta fantasia, nem mesmo o Governo, que nos últimos meses abdicou de governar para se dedicar exclusivamente a ações de campanha eleitoral.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

A Oradora: Nas últimas semanas, o governo apostou tudo na chantagem emocional, tentando passar a ideia de que, sem a aprovação do Orçamento, não seria possível aumentar os rendimentos dos funcionários públicos nem aumentar os apoios sociais.

Nada mais falso. Porque, como todos sabemos, a maioria das medidas está à distância de uma resolução do governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ah e a centralidade do Parlamento?

A Oradora: O governo só não o fará se não quiser.

No que diz respeito ao aumento dos rendimentos dos funcionários públicos, não posso deixar de assinalar que os partidos da coligação, muito recentemente, votaram contra uma proposta do Bloco que aumentava a abrangência da remuneração complementar. Agora colocam no Orçamento uma medida que vai no mesmo sentido, mas que fica aquém.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade, Infraestruturas (Berta Cabral): É na altura certa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que diria Montesquieu?!

A Oradora: Estes ziguezagues demonstram que o Governo está em campanha eleitoral e necessita de manipular cirurgicamente para angariar votos.

Por outro lado, e para que fique registado, as alterações à Progressão na carreira da Função Pública que estão na proposta de Orçamento, resultam de um processo negocial que está a decorrer a nível nacional e não de uma vontade espontânea do Governo Regional.

Outra das hipocrisias deste Orçamento é a integração dos precários com contratos COVID, que a direita chumbou quando o Bloco de Esquerda a propôs. Mais uma vez, o Governo está agora a usar as pessoas como reféns para tentar manter-se agarrado ao poder.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O governo apresenta este Plano e Orçamento, não a pensar na Região, mas sim a pensar na sua sobrevivência política.

O custo da habitação é um dos principais problemas que milhares de famílias enfrentam. Mas, para isso, este Orçamento não dá qualquer resposta.

Ainda na passada semana ficámos a saber que as rendas praticadas nos Açores tiveram o segundo maior aumento do país, superior ao aumento verificado nas Regiões do Algarve, Centro, Madeira e até da cidade de Lisboa.

Há falta de casas e as que estão disponíveis têm preços altíssimos resultantes da especulação imobiliária. Os jovens não conseguem sair de casa dos pais e há pessoas a perder as suas casas por não conseguirem pagar os seus empréstimos ou a renda.

Num período em que ainda nos deparamos com as consequências sociais e económicas da Pandemia, com a subida exponencial do custo de vida e com duas guerras em curso, o que fez o governo para mitigar os aumentos nas rendas, que se verificam nos últimos meses? Nada! Absolutamente nada!

Deputado Flávio Soares (PSD): Não é verdade!

A Oradora: Pelo contrário, o Governo apenas agrava estas dificuldades, porque durante três anos não foi capaz de construir casas que se vejam, porque não toma nenhuma medida para regular o licenciamento de alojamentos locais que em determinadas zonas faz disparar os preços do arrendamento e porque insiste numa luta desenfreada pela manutenção dos Vistos Gold.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Robles!

A Oradora: Este é também um orçamento que não acautela os serviços públicos essenciais. O investimento real na Saúde e na Educação plasmado neste Plano e Orçamento é praticamente inexistente.

Em vez de investir no Serviço Regional de Saúde, o governo faz tudo para o degradar como forma de fortalecer o setor privado.

Na Educação, que é um dos pilares da nossa democracia e garante de igualdade, que deve servir a todas e a todos, a falta de professores e de assistentes operacionais são a marca deste governo, que insiste em velhas receitas para não resolver os problemas.

No que diz respeito à Cultura, este governo conseguiu piorar aquilo que já funcionava com falhas. Estamos no fim do mês de novembro, praticamente a um mês do fim do ano, e o Governo Regional continua sem pagar os apoios ao abrigo do Regime Jurídico de Apoio à Atividade Cultural. E nem vale a pena dizer que há um aumento nas verbas do RJAAC neste orçamento, porque é evidente que o aumento será para pagar os apoios relativos a 2023.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa Região merece muito mais e muito melhor.

Não nos escondemos atrás do pré-anunciado chumbo deste Plano e Orçamento. Queremos clareza. E por isso, responsabilmente, apresentamos um conjunto de propostas de alteração que assinalam diferenças significativas em relação a este governo, para que todos saibam o caminho que queremos fazer.

Com o Bloco de Esquerda, o combate à precariedade é para levar a sério. Por isso, além da integração dos trabalhadores com ‘contratos covid’ propomos a integração nos quadros de todos os trabalhadores precários, com contratos a prazo, falsos recibos verdes e programas ocupacionais que estejam a desempenhar funções que correspondem a necessidades permanentes há pelo menos dois anos na administração pública regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E aprova o orçamento?

A Oradora: E queremos que no futuro não se voltem a amontoar estas situações de abuso laboral no sector público.

Com o Bloco de Esquerda, o aumento de salários é para levar a sério, por isso, propomos o aumento do valor da remuneração complementar e o alargamento da sua abrangência e propomos o aumento do salário mínimo regional.

Na Saúde, a fixação de médicos é para levar a sério, por isso, todos os médicos têm de receber. Só assim será possível trazer mais médicos e, ao mesmo tempo, manter os que já cá estão.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Estamos de acordo e está a ser negociado com os sindicatos.

A Oradora: Com o Bloco, a Educação é para levar a sério. Por isso, defendemos uma resposta pública – que garante a igualdade de oportunidades – desde a creche até ao Ensino Superior, e propomos a atribuição de incentivos à fixação de professores na Região.

Com o Bloco de Esquerda, a defesa do direito à Habitação é para levar a sério, por isso, propomos a implementação de um limite ao aumento das rendas e a criação de uma Bolsa Regional de Habitação Pública.

O Bloco de Esquerda leva a emergência social a sério. Sabemos que há muitas famílias a passar por enormes dificuldades, por isso, propomos o aumento do valor do complemento ao abono de família e o alargamento da sua atribuição a todas as crianças e jovens, um aumento significativo das pensões mais baixas e o alargamento da abrangência do Compamid.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): A senhora não leu o plano e orçamento!

A Oradora: Para o Bloco de Esquerda, é urgente que se pare de brincar com o futuro da SATA. A mobilidade das açorianas e dos açorianos é para levar a sério. Por isso propomos a anulação do processo de privatização da SATA. E basta recordar o recente episódio com a Ryanair para perceber os perigos da privatização: A Região teve de pagar milhões de euros à Ryanair, para – imaginem só – termos uma redução do número de voos e o encerramento da sua base em Ponta Delgada.

A missão da SATA é garantir a mobilidade das açorianas e dos açorianos. E nenhuma companhia privada terá este objetivo como prioridade. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A governação da direita – que juntou PSD, CDS, PPM, Iniciativa Liberal e CHEGA – conduziu os Açores a um beco sem saída: temos um governo gasto, sem ideias para resolver os problemas da Região, e um governo sem futuro.

A responsabilidade da crise política anunciada é da direita. De toda a direita: dos partidos que governaram, e dos partidos que os deixaram governar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Ah e a nível nacional era da esquerda!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dirijo uma palavra a todos os açorianos que nos acompanham, pois sabem que hoje iniciamos o debate do futuro para os Açores. Enfrentamos tempos difíceis, desafiantes, com a confiança de quem tem um foco da sua ação política nas pessoas. Este plano e orçamento faz mais uma vez, cumprir o Programa do Governo e as orientações a médio prazo, aprovadas há 3 anos nesta Casa.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Estes documentos orçamentais são os últimos desta Legislatura de um ciclo governativo de 4 anos, que termina em 2024 e que se deve pautar pela estabilidade.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: Como sempre, apesar dos pré-anúncios públicos de alguns partidos, o grupo parlamentar do CDS está aqui para realizar a análise e debate destes documentos, aqui nesta câmara, **afirmando a centralidade do**

parlamento, como sempre o fizemos de forma **convicta, consistente e construtiva**.

Deputados Rui Martins e Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Estes documentos irão ditar o caminho dos Açores e são decisivos para a vida dos Açorianos!

Vivemos tempos desafiantes, uma conjuntura sem paralelo, de um cenário decorrente da pandemia, aos reflexos, não de uma, mas de duas guerras, à crise inflacionária e de juros galopantes, e agora a crise política e de confiança que atravessamos a nível nacional.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Todo este cenário de incerteza e instabilidade obriga a responsabilidade acrescida!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ainda assim, o Governo de coligação, desde a primeira hora, desde o primeiro Plano e Orçamento deu resposta às dificuldades e aos desafios, mas também implementou políticas e medidas inovadoras e impactantes para as pessoas e para a economia, como,

- A diminuição da carga fiscal às famílias e empresas;
- A mobilidade dos açorianos com a Tarifa Açores;
- O fim dos rateios nos apoios aos agricultores;
- O roteiro para a neutralidade carbónica;
- A aposta forte na qualificação dos nossos jovens, aumentando o prémio de mérito, o programa de atribuição de bolsas de estudo ou o programa de apoio ao pagamento de propinas.

Estas foram opções políticas deste Governo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Cientes dos desafios sociais que atravessamos, o Governo de coligação apresenta o maior investimento de sempre na área social.

Sim, este é o nosso legado!

O projeto Novos Idosos, programa pioneiro que promove o envelhecimento ativo no seio das suas famílias e que se quer alargado em 2024 a todos os concelhos;

A aposta firme nas diversas respostas sociais, registando-se um aumento histórico de cerca de 25%, no valor padrão da resposta ERPI.

Criação do programa Nascer Mais, projeto piloto que agora se pretende alargado a todos os concelhos da Região;

Vice-Presidente do Governo Regional(*Artur Lima*): Mas eles no início não queriam.

A Oradora: As creches gratuitas – medida social de enorme impacto e que já beneficia cerca de 3 mil crianças;

Isto são conquistas desta governação para todos os Açorianos! É isso é que nos move!

Deputados Rui Martins e Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: É ter a capacidade de perceber o muito que já foi feito e o tanto que falta fazer! Na política como na vida, não há soluções instantâneas, não há varinhas mágicas que resolvam tudo de uma só vez, há sim um trabalho contínuo, diário, mantendo sempre o foco nas pessoas, nas famílias, nas empresas e nas instituições.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As propostas de Plano e Orçamento são a consolidação deste percurso, de muitas das medidas já implementadas e outras até recentemente aprovadas nesta Casa, convictos de que o desenvolvimento sustentável só se alcança com opções políticas que privilegiam as **pessoas**, que estimulem a criação de riqueza e que combatam as **desigualdades sociais**.

Este Governo, tem uma inegável marca social, humanista e personalista e colocou as pessoas no centro da sua ação política.

Reforçam esta marca, a valorização de várias carreiras profissionais na área da saúde, como enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica, ou na educação com maior estabilidade para os assistentes operacionais e professores.

Mas também, os aumentos no complemento regional de pensão – o chamado cheque pequenino, que nas pensões mais baixas era de 54€ (governação socialista) e para o ano de 2024 será de 102€.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Bem lembrado!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os aumentos de 15% na diária dos doentes deslocados e no CEDO, ou o alargamento da abrangência do COMPAMID que beneficia 20.000 idosos, quando em 2019 eram apenas 5 mil.

Está tudo feito? Não. Mas há, sem dúvida, uma melhoria e isso não pode ser negado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É neste sentido que o Governo de coligação continua a consolidar a sua ação política, no cumprimento do programa do governo e das orientações a médio prazo aprovadas nesta Casa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Com vontade de fazer diferente, pois só assim se podem esperar resultados também diferentes, propõe para 2024 a redução em 40% do tempo necessário na progressão na carreira dos funcionários públicos, reforçando a aposta na **valorização dos nossos recursos humanos**, porque esse é o caminho!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E por mais que a oposição o queira desmentir, esta é uma opção política deste Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados:

Agora, até parece que andámos durante anos equivocados e que afinal, não é preciso orçamento para nada.

Estes são tempos de enormes desafios, em que a estabilidade nunca foi tão necessária como agora.

Responsabilidade é o que os Açorianos esperam de nós!

Responsabilidade social e responsabilidade política!

Os Açorianos estão a contar connosco!

Os pré-anúncios não nos fazem hesitar nem abalam a confiança neste caminho. Estamos aqui, hoje, com a mesma convicção de que esta coligação está a ser benéfica para a vida dos açorianos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este Governo Regional, que viu **98 % das suas iniciativas aprovadas** no Parlamento dos Açores, tem a força e a validação necessárias para conduzir o povo dos Açores nestes tempos que tanto têm de difícil como de desafiantes!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os sucessos já alcançados são motivo de orgulho deste Governo, mas também desta Coligação e dos seus parceiros de incidência parlamentar. Os indicadores económicos são prova inegável disso, não é o momento de atirar a toalha ao chão.

É por isso que com **convicção, determinação e responsabilidade** os deputados do CDS estão hoje aqui a afirmar um novo paradigma de políticas públicas, colocando os Açores e o superior interesse dos Açorianos no centro da nossa ação política.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos

Membros do Governo Regional: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Senhor Presidente e Srs. Membros do Governo: A Iniciativa Liberal veio perante os açorianos, em 2020, prometer fazer mais e melhor pelas nossas comunidades, mais e melhor pelas nossas empresas, mais e melhor pela vida de todos os açorianos. Viemos com sentido de responsabilidade e viemos com sentido construtivo. Foi isso que fizemos com a aprovação do primeiro orçamento que também com sentido de responsabilidade, impusemos ao Governo Regional a diminuição de impostos, mas que em sede de IRS, apenas fosse aplicada em 2022, porque se aplicássemos em 2021, aí sim, estaríamos a criar grandes constrangimentos. Mas em 2021 fizemos baixar o IRC, fizemos baixar o IVA.

Foi com este sentido de responsabilidade que olhámos para o plano e o orçamento que agora vamos debater.

Este Plano tem, por exemplo, inscritas novamente obras que tinham sido negociadas com a Iniciativa Liberal para o Plano de 2021. Ficou para as calendas gregas.

Não, este não é um documento bom, ao contrário do que aqui já foi dito nem é um documento de mudança e muito menos é um documento de Esperança para os açorianos. E o que os açorianos precisam é de Esperança. O que os açorianos precisam é de um caminho novo, um rumo novo para as suas vidas e para as vidas dos seus filhos.

A dívida aumenta.

Os cargos políticos aumentam.

Os Açores mingam.

A economia dos Açores falece.

Tudo isso que acabo de dizer é verdade. E também disse em 2020, aqui desta tribuna, que era importante essa mudança de estratégia política, no sentido de se dizer a verdade aos açorianos. Não mentir aos açorianos é não os manter numa Esperança vã, mas sim dizer-lhes ao que vimos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor é que está a mentir!

O Orador: Ainda há dias, só dois exemplos muito claros sobre este Plano e Orçamento, o Sr. Presidente do Governo em duas visitas na cidade de Ponta Delgada, sem mudar dois passos, disse aos açorianos que ia fazer um investimento de 3 milhões de euros na escola Antero de Quental. Neste Plano estão 50 mil euros.

Isto é mentir aos açorianos!

Isto é mentir a todos nós!

Disse também que o Conservatório Regional de Ponta Delgada ia receber obras no valor de 4 milhões de euros. Neste Plano e Orçamento estão 50 mil euros.

Isto é mentir aos açorianos!

Isto é mentir a esta Casa, com documentos que não revelam aquilo que se quer fazer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se dissesse que tinha esse dinheiro todo é que seria mentir!

O Orador: Viemos em 2020 com um sentido de responsabilidade prometer aos açorianos mais liberdade. Estamos aqui para garantir essa liberdade e não para garantir a manutenção de um Governo que oprime a vida dos açorianos, querendo condicionar o trabalho da comunicação social através do pagamento de despesas correntes.

Deputado Manuel Ramos (PS): É verdade, silenciam!

O Orador: Viemos para reduzir o peso da dívida para as gerações futuras. Sim, é preciso dizer às mães e às avós açorianas que veem os seus filhos partir para estudar e que não regressam, que eles não regressam porque não têm

oportunidades. Porque ao regressar, vão ter que pagar *ad aeternum* os seus impostos, as dívidas que este Governo e os Governos anteriores andaram a constituir em seu nome, andaram a constituir em nome de uma quimera, de uma economia que ia crescer e que depois não cresce ao ritmo que é preciso para garantir que esses rapazes e essas raparigas regressem à sua terra, para poderem aqui desenvolver a sua atividade profissional.

Às mães e às avós das nossas ilhas, é preciso dizer que andam a mentir -vos, porque cada euro de dívida que constituem agora é um euro de impostos que vão ter que cobrar aos vossos filhos e aos vossos netos.

Sim, viemos para fazer a diferença e para fazer diferente, não para fazer mais do mesmo e para meter em cima daquilo que já existia, mais um percentual de apoios sociais.

Viemos para combater a pobreza, não para mitigar a pobreza.

Deputado Gustavo Alves (PPM): E a conjuntura?!

O Orador: A pobreza aumentou nos Açores nos últimos anos. Quase 30 em cada 100 açorianos está a entrar na pobreza.

Na República a percentagem é de 19.4%; na Região é de 29.6%, quase mais 10 pontos percentuais.

Um orçamento com reforço do assistencialismo e eleitoralistas no último ano de Legislatura, não serve os Açores, não serve os Açorianos, não potencia a criação de riqueza, constitui, ao invés, uma assunção de que tudo correu mal e, por isso, é preciso mitigar esses problemas que se criaram.

Desesperados estão, sim, estão desesperados!

Estão desesperados e agarrados ao Governo e à sua maioria, a maioria que os suporta, sem confiança, porque se tivessem confiança, devolviam amanhã a voz aos Açorianos!

Esta que é a questão!

Quem sabe que não cumpriu é quem tem medo de ir a votos!

Quem sabe que não cumpriu é quem tem medo de devolver a voz aos Açorianos!

Quem sabe que não cumpriu é quem vem aqui falar de governação em vez dos documentos provisionais que nos apresentou!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Mas nós teríamos feito diferente.

Nós teríamos feito muito diferente.

Nós teríamos, por exemplo, pago aos fornecedores a tempo e a horas, em vez de deslocar comitivas enormes com os seus *staffs* todos atrás, para onde vai qualquer Membro do Governo.

Nós estaríamos reformulado o setor público empresarial regional, como aqui trouxemos uma proposta que eles chumbaram – os senhores também chumbaram!

Nós teríamos dotado os gabinetes técnicos de análise de candidaturas com capacidade de resposta, em vez de terem estado todos parados nas Secretarias competentes.

Nós teríamos revisto, por exemplo, a programação do PRR feita pelo anterior Governo, em vez de ter retirado à economia regional, a possibilidade de se candidatar aos 117 milhões de euros das agendas mobilizadoras – e é bom não falar disso!

Teríamos mudado de facto o paradigma das ligações aéreas às ilhas sem *gateway*, liberalizadas para abrir o leque de mais companhias poderem voar para elas, em vez de nos perdermos em enredos de politiquice com o Governo da República.

Sim, nós já teríamos integrado os 536 contratados covid no Serviço Regional de Saúde, em vez de os ter mantido até agora em *stand by* para lhes dar uma esperança em ano de eleições. Esta é que é a verdade!

Nós teríamos elaborado um plano/cronograma de obras para aproveitamento dos fundos do PRR principalmente na área da habitação...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então aprove o Orçamento!

O Orador: ... para evitar as graves lacunas que o povo dos Açores enfrenta neste momento. Mas ao invés, não teríamos guardado para o ano das eleições, todos esses anúncios sem soluções.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Não é verdade!

O Orador: Sim, nós teríamos canalizado verbas para a reabilitação da rede viária regional, mais do que buracos, sinalização vertical e horizontal, foi dando uma manicure, em vez de andar a prometer variantes que vão delapidar, nalguns casos até terrenos de grande importância agrícola, e que mais tarde não vão servir para coisa nenhuma.

Sim, nós teríamos canalizado as verbas despendidas em estudos de ampliação de aeroportos que não são da responsabilidade da Região, para garantir melhores acessibilidades aéreas e novos fluxos para operadores para outras *gateways*.

Sim, nós teríamos trabalhado num renovado, eficiente e eficaz sistema de avaliação de desempenho da função pública, em vez de deixar esses trabalhadores 3 anos à espera de promessas eleitorais, agora feitas em vésperas de eleições, numa miserável utilização dos funcionários públicos da Região, como ferramentas de chantagem política.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Chantagem é o que o senhor está a fazer!

O Orador: Sim, nós teríamos implementado uma revisão de fundo e uma reforma estrutural no combate às novas dependências e à indigência, em vez de ter atirado para as gavetas os estudos científicos do passado, copiado mal os planos que vinham de anteriores governos e atacado os técnicos da área e das IPSS.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Estudos científicos?!

O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: E mais, por último, até porque os últimos são os primeiros, nós teríamos olhado mais e melhor às aspirações de todos os Açorianos e a todas as suas necessidades.

Viva os Açores!

Viva a liberdade!

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Isso! Onde é que estão as propostas?!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos o debate do Orçamento e do Plano, daquele que é o último ano da Legislatura e que é nesta quarta Sessão Legislativa, a consagração da nossa determinação em mudar o rumo daquele que era o percurso socialista de precariedade e assistencialismo eleitoral que nunca é demais lembrar, para que não volte a troco de promessas fáceis e de memórias curtas.

Ouvimos aqui ainda há pouco, o espelho das promessas fáceis e das memórias curtas. Promessas fáceis: para que é preciso um orçamento?

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Para que é que precisamos deste orçamento ou de outro orçamento qualquer?!

O Governo pode muito bem fazer resoluções e resolveu os problemas todos da Região. Para que é um orçamento?!

Cá estão as promessas fáceis do Deputado Vasco Cordeiro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Memória curta, Sr. Deputado!

Aquilo que disse que o Governo pode fazer, dispensando este Parlamento, o senhor não o fez em 8 anos de governação e em 24 anos de Partido Socialista no poder! Memória curta, Sr. Deputado, memória curta a sua!

O Plano e o Orçamento para 2024 cumprem o seu desígnio de darem consequência ao Programa do Governo e Orientações a Médio Prazo, não obstante aquela que foi a necessidade de ser dada resposta a desafios que decorreram da pandemia, confinamentos, guerra, inflação, crise energética, acrescidos da transição de quadros ou de programas comunitários e de uma maioria absoluta socialista na República que ao invés de seguir os nossos exemplos, quis sempre atrapalhar o nosso percurso, o que apenas confere ainda mais mérito aos sucessos que já alcançámos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Olhamos para essa realidade que vive o país continental e compreendemos o significado da mudança que estamos a empreender no pós-socialismo insular, onde tudo funcionava em torno da máquina partidária e na criação de dependências.

Os desafios que os Açores enfrentavam em resposta às famílias e empresas, aos profissionais da educação e da saúde, aos funcionários públicos e em nome da libertação das garras do poder que tudo condicionava, iniciámos a mudança que

se prolonga com estes documentos que o Governo da Coligação aqui apresenta e submete a votação.

A mudança que os Açores enfrentavam na política e nas políticas é evidente e tem resultados que se distinguem daquilo que vemos a nível nacional, na República, e o que seria estarmos entregues a mais uma maioria absoluta socialista, da política da mais elevada carga fiscal, da exploração de quem trabalha, do condicionamento das liberdades e da precariedade.

Nós fizemos diferente. E as atuais conquistas não são apenas deste Governo e desta Coligação, são deste Parlamento. São também conquistas deste Parlamento e dos partidos que aqui aprovaram sucessivos planos e orçamentos e também o programa do Governo que é materializado nesses planos e orçamentos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós aqui investimos no capital humano, nas pessoas, nas açorianas e açorianos que na Administração Pública Regional educam os nossos filhos e as nossas crianças; que prestam cuidados de saúde aos açorianos e a quem nos visita; que cuidam de aplicar devidamente os impostos dos açorianos e que estão mais motivados a melhor servir. Não era difícil, só tinha de ser opção.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Para nós foi opção. Para o senhor foram sempre esquecidos.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Os resultados são notórios e alimentam esta ansiedade da oposição, e também da extrema-esquerda...

(Risos da Deputada Alexandra Manes)

... que questionam como é que se conseguiu o maior emprego de sempre? Ou o número de desempregados inscritos mais baixo dos últimos 14 anos?

O menor número de programas ocupacionais dos últimos 10 anos? A economia a crescer há 28 meses?

A redução em 40% dos beneficiários do RSI, o número de beneficiários mais baixo de há quase 20 anos? E ao mesmo tempo, reduzimos impostos ao limite do que nos é permitido, devolvendo às famílias e às empresas dos Açores no final das Legislativas 200 milhões de euros, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Aumentámos apoios de miséria para valores que dão mais autonomia.

Criámos a Tarifa Açores e regularizámos carreiras, repondo direitos com este Orçamento para 2024, melhorar substancialmente as progressões. Sim, agora, este Orçamento a melhorar as progressões.

Implementámos o Nascer Mais, as Creches Gratuitas e os Novos Idosos, cuidando daqueles que são prioritários...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Nunca antes visto!

O Orador: ...os idosos e as crianças, sobretudo os mais pobres, de gerações deixadas à sua sorte por duas décadas de socialismo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E olhamos para o início deste percurso, lembramo-nos onde os Açores estavam com outros no nosso lugar, e o que já fizemos em cumprimento do programa do Governo, implementando uma alternativa não socialista na governação dos Açores e percebemos que com estes resultados, podemos ainda mais e queremos ainda mais. E é também por isso, que este Orçamento passa para o dobro do que era no início da Legislatura, o complemento regional de pensão. O cheque que deixa de ser *pequenino*, como os socialistas gostavam e que esta maioria parlamentar está a mudar.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não queremos interromper o progresso no combate à precariedade laboral de que os socialistas abusavam sem outro objetivo que não o de manter as pessoas, na convicção de que lhes faziam um grande favor.

Era a política de *estender a mão*, para obter uma *mão estendida*. Hoje, com os programas destinados a empresas e ao emprego estável, com o suprimento sustentável das necessidades permanentes e efetivas da Administração Pública Regional e com este Orçamento e a regularização da integração de mais de 500 contratos covid, estamos em cumprimento com o programa do Governo nesta Legislatura, com um Governo de diálogo e compromisso, a devolver liberdade aos açorianos. A devolver dignidade e brio no exercício de uma profissão de serviço ao público, aos seus conterrâneos e aos que nos visitam e a si próprios, enquanto cidadãos e enquanto empreendedores.

E quanto a crescer e a empreender, este é também o Orçamento que cumpre com o programa do Governo numa nova filosofia de relação com a sociedade e com aqueles que estão na base e na criação de riqueza e de emprego, como são o nosso setor primário. Por isso, a nossa prioridade nestes documentos é o aumento do rendimento dos profissionais da pesca e dos agricultores, com uma nova política de valorização do produto Açores e estamos a ter sucesso também pela política do fim dos rateios que queremos manter e que levou a mais e melhor produção e a um renovado entusiasmo, pelas oportunidades que esta mudança de política está a criar, possibilitando a diversificação e a reconversão de explorações e atividades, tendo por premissa o essencial da nossa relação com o território: a sustentabilidade e a melhoria de rendimentos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: São também estes documentos que dão continuidade a mais uma nova forma de encarar a relação com os parceiros sociais, parceiros no compromisso e parceiros a favor do nosso desenvolvimento coletivo. E a prova disso é que, pela primeira vez, foi celebrado um acordo histórico de parceria com a Comissão Permanente de Concertação Social e a que também estes documentos respondem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É também assim com o setor social, uma nova era de valorização da essencialidade que o terceiro setor significa para a transformação dos Açores, numa sociedade desenvolvida e previdente.

Este Plano e Orçamento dão continuidade e alargam a esse que é um compromisso do programa do Governo: estabelecer condições para um melhor cuidado com os mais desfavorecidos, combatendo a exclusão e a desigualdade.

Por isso, também estes documentos prosseguem uma política de qualificação e capacitação dos açorianos, já com indicadores positivos na empregabilidade e também, aqui, numa política não socialista de combate às desigualdades e no acesso ao elevador social.

Deputado Carlos Silva (PS): As desigualdades aumentaram!

O Orador: É que para nós, o objetivo é uma cidadania ativa, informada e livre. Para os socialistas, o objetivo era apenas maior dependência e maior precariedade.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: É muito importante que se saiba que aprovar este Orçamento e também pôr em prática propostas de diferentes partidos que aqui este ano foram aprovadas.

Aprovar este Orçamento é efetivamente concretizar o fim das quotas na avaliação do desempenho da administração pública, uma proposta do PAN que só entra em vigor com o Orçamento para 2024. Essa é que é a verdade e não convém mentir aos açorianos.

Não, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nós não queremos que um orçamento para novembro faça retroativos.

Nós não queremos adiar os Açores.

Nós não adiamos os açorianos, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É para aprovar já o mais depressa possível.

Aprovar este Orçamento significa melhorar o apoio aos doentes Machado Joseph, uma proposta da Iniciativa Liberal, do PSD, do CDS e do PPM que aqui foi aprovada por unanimidade e que só pode ser posta em prática com a aprovação do Orçamento para 2024.

Aprovar este Orçamento é efetivamente consagrar a criação dos passes de mobilidade para transportes públicos coletivos, uma proposta do Bloco de Esquerda que só se concretiza com a entrada em vigor do Orçamento para 2024, Srs. Deputados.

Vozes de alguns deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aprovar este Orçamento é executar o que este Parlamento decidiu ver implementado por maioria democrática, que levou muitas horas de debate e de trabalho parlamentar e de compromisso com estes destinatários destas iniciativas.

Sras. e Srs. Deputados:

Todos sabemos das metas que temos para executar os fundos do PRR.

Todos sabemos do enorme desafio e todos devemos assumir esse facto, não como um elemento de divisão, mas como um fator de motivação, um fator de

ambição e de união em torno de uma matéria que os açorianos não compreenderiam que os seus representantes, aqui nesta Casa, deitassem a perder a troco de uma necessária e útil crise política para o Deputado Vasco Cordeiro!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é um ataque pessoal ao Deputado Vasco Cordeiro! É uma vergonha!

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Não faria sentido que isso acontecesse.

São 300 milhões que fazem falta aos Açores, que ajudam a nossa economia a fortalecer-se e a salvaguardar o nosso futuro. Não é coisa pouca, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Iniciámos a apreciação destes documentos confiantes de que estamos perante bons documentos propostos pelo Governo e as intervenções que aqui me antecederam, demonstraram que não existem críticas válidas e fortes relativamente a este Orçamento, mas sim apenas a oportunidade política do Deputado Vasco Cordeiro aqui transformar este debate na oportunidade dele fazer alguma coisa pelo seu futuro político e não se preocupar verdadeiramente com o futuro dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Estamos perante bons documentos e não é a desclassificação que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro aqui fez da sociedade açoriana que os tornam menos bons documentos.

Estes são os documentos que têm o apoio generalizado da sociedade açoriana.

Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, isto é uma realidade. São documentos que têm o apoio generalizado da realidade açoriana que dão continuidade ao que construímos nesta Legislatura, com esta maioria parlamentar não socialista.

Estes documentos respondem aos desafios, projetam o nosso futuro acima daquilo que alguns poderiam esperar e asseguram conquistas essenciais para cumprir com esta estratégia de engrandecimento dos Açores, de desenvolvimento do seu povo, melhoria das condições de vida e, de forma determinada, preservando a palavra dada, num percurso consistente, responsável e cumpridor do programa do Governo.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está, assim, encerrada esta ronda.

Pergunto à Câmara se há inscrições no âmbito desta primeira ronda de apresentação dos documentos, antes de iniciarmos a apresentação da primeira área setorial?

Não havendo vamos, então, encerrá-la e vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Regressamos às 17h15.

Eram 17 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 19 minutos.

Continuamos com o debate do Plano e Orçamento para 2024, iniciando agora o debate mais nas áreas setoriais.

Tem a palavra para o efeito o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, faça favor.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Senhoras e Senhores que nos ouvem lá em casa:

No dia em que se inicia a discussão do quarto e último Plano e Orçamento Regional desta Legislatura, subo a esta tribuna para prestar contas do trabalho já realizado por este Governo e para elencar os nossos compromissos na área da Vice-Presidência. Prestar contas aos açorianos.

Como estes três anos demonstram, trouxemos à governação dos Açores uma marca de inovação e substituímos intenções por concretizações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Apesar do difícil legado com que tivemos de lidar e da conjuntura política desafiante que resultou das eleições de 2020, mudámos esta Região para melhor em tão pouco tempo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Quando chegámos ao poder, as creches não eram gratuitas, não havia nenhum apoio direto ao declínio demográfico, não se atribuíam bolsas de estudo aos estudantes, não havia um programa para envelhecer em casa.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: E o valor do ‘cheque-pequenino’ estava congelado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: As IPSS mendigavam por dinheiro e os valores-padrão das respostas sociais não correspondiam às necessidades das instituições. Os cuidadores informais não eram considerados e recebiam apoios irrisórios e até insultuosos. Mas em tão pouco tempo, o atual Governo já conseguiu melhorar a resposta às famílias açorianas, dignificar o trabalho das IPSS e valorizar a classe média, teimosamente esquecida e entregue à sua sorte com os governos do Partido Socialista.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Açorianas e Açorianos, Povo dos Açores:

Senão, vejamos juntos estes exemplos.

Já conseguimos apoiar, em apenas 3 anos – ou 2 anos e meio se assim quiserem - mais de 3 mil crianças com a política de creches gratuitas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Já apoiámos 742 famílias com 1.500 euros no Programa “Nascer Mais”. Já protocolámos 670 vagas na valência de creche e 630 na resposta do centro de atividades de tempos livres.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Já atribuímos 450 bolsas de estudo a alunos carenciados do ensino superior, para que possam prosseguir e aceder ao ensino superior, coisa que não conseguiam no passado. Já conseguimos que mais de 1.000 alunos fossem abrangidos com o programa de apoio às propinas. Tudo isso é uma ajuda para qualificar a geração de jovem açoriana.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Simplificámos os procedimentos de atribuição do COMPAMID. Quem está lá em casa e recebe este complemento, sabe que é simples, que é tão simples hoje ir à farmácia buscar os seus medicamentos. As açorianas e açorianos que estão em casa, sabem que demos um passo para facilitar a sua vida, mas sobretudo, aumentámos o ‘plafond’ que passou – imagine-se bem – minhas Senhoras e meus Senhores, Sras. e Srs. Deputados, de 315 euros em 2019, para 579 euros, em 2023.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A isto se chama aumentámos significativamente os valores-padrão das respostas sociais das IPSS, destacando-se o aumento de mais de 25% em ERPI.

Dos investimentos do PRR que tanta aflição dão a determinadas franjas, já lançámos concursos de empreitada para a construção de 72 habitações (em apenas 2 anos, nem tanto!) e para a reabilitação de 132 moradias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sendo que já atribuímos nestes 2 anos e meio (quase 3) mais de 42 milhões em apoios para o acesso à habitação. Esta é que é a realidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas eu queria dizer às açorianas e açorianos que nos ouvem lá em casa, sobretudo aos nossos idosos, que há uma nova forma de envelhecer nos Açores, há uma nova forma de envelhecer em casa.

Minhas Senhoras e meus Senhores, já assegurámos que 157 idosos estejam na sua casa, a beneficiar dos serviços do programa “Novos Idosos”, sendo que hoje mesmo foi publicado o despacho de colocação dos idosos de Vila Franca do Campo, último concelho desta fase do projeto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta mudança de paradigma é que nos dá força e a vontade de continuar a fazer mais e melhor. Este projeto, inovador no contexto do país e até da Europa, mudou o paradigma do envelhecimento nos Açores, um envelhecimento ativo, saudável,

constituindo-se como uma das maiores reformas alguma vez feita na área dos cuidados às pessoas idosas. Isto é que é solidariedade social. Não se apregoa, pratica-se e nós praticamos todos os dias, transformando os Açores numa região modelo nessa matéria. Como modelo na solidariedade social. Os açorianos e as açorianas lá em casa sabem disso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E como se nota, ao invés de prometer, do *prometório* a que assistimos entre 2012 e 2020, um verdadeiro *prometório*...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e de falta à verdade e só de intenções, estamos a concretizar e estamos a tornar os Açores numa região para melhor se viver.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Com mais justiça social, mais qualidade de vida e menos desigualdades.

Um exemplo de sucesso e de inovação sem paralelo. Com mais respostas de apoio às famílias e com mais valorização da classe média que trabalha.

Estamos satisfeitos? Não estamos, por isso queremos a sua e a vossa confiança para continuarmos o nosso bom trabalho.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo e líder desta Coligação que, em boa hora, fizemos:

O contexto social e económico atual, marcado pela crise inflacionista, por uma guerra que permanece no leste europeu, por outra guerra no Médio Oriente e pelo aceleramento da execução de fundos comunitários, é de enorme exigência. Perante este quadro, o povo açoriano dispensa o despoletar de uma crise orçamental, que venha dificultar ainda mais as suas vidas e oportunidades diárias. O Plano e Orçamento para 2024 tem, pois, o propósito de criar condições para que os açorianos possam continuar a viver melhor, sem estarem reféns de cenários de instabilidade política, económica e social. Sim, porque um voto contra este Plano e Orçamento colocará os Açores num limbo. Numa situação de incerteza e de impasse político, com consequências imprevisíveis e nefastas para o desenvolvimento regional. Um voto contra este Orçamento, é um voto contra a política de habitação responsável e preocupada com o futuro das famílias açorianas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: É um voto contra a construção de 301 habitações e a reabilitação de 527 moradias com financiamento comunitário. É um voto contra habitação digna para a classe média e para os mais jovens. Não podemos esquecer, também, que um voto contra este Orçamento é um voto contra uma política de ciência vocacionada para dar uma resposta inovadora aos desafios sociais. É um voto contra o aumento de verbas para o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, que chegará, pela primeira vez, quase a um milhão de euros em 2024...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: ... o valor mais elevado que alguma vez algum governo regional concedeu à nossa Universidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É um voto contra, açorianas e açorianos, a atribuição de 600 bolsas a estudantes carenciados do ensino superior, com uma majoração de 10% para os estudantes com deficiência. É contra o reforço de verbas para o programa de apoio ao pagamento de propinas.

Mas um voto contra este Plano e Orçamento é, sobretudo, e acima de tudo, uma demonstração de insensibilidade social para com os mais vulneráveis e para com a classe média.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Minhas Senhoras e meus Senhores, açorianas e açorianos:

Infelizmente, tenho que continuar a esclarecer-vos o que é um voto contra.

É um voto contra a manutenção das creches gratuitas. É um voto contra as famílias.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: É um voto contra o alargamento do programa “Nascer Mais”. É um voto contra a natalidade. É um voto contra o despovoamento dos Açores. É um voto contra criação de mais sete pontos de apoio ao estudo dos 12 previstos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É um voto contra o aumento do COMPAMID para 609 euros, quase o dobro do que era atribuído em 2019. Isto é que é política social dum Governo da social-democracia cristã. Isto é que é política social. Não era a vossa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É um voto contra o novo aumento do ‘cheque-pequenino’ para cerca de 100 euros mensais para os idosos com pensões mais baixas, quando, em 2019, era pouco mais de 50 euros e os senhores congelaram-no durante 4 anos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe que não!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Aqueles senhores congelaram o cheque pequenino 4 anos! É uma insensibilidade social gritante!

Não recebemos lições daquele lado!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Acima de tudo, a reprovação do Plano e Orçamento para 2024 põe em causa a desejada expansão do projeto “Novos Idosos” a toda a Região, prejudicando inúmeros idosos que precisam de ficar na sua casa. O entendimento do Governo e da coligação que o suporta é de que este Plano de investimentos é necessário para continuar a desenvolver esta Região em termos sociais e económicos. Porém, quem discorda e vota contra, está a pôr em causa o futuro imediato das nossas famílias e das nossas ilhas.

Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com este Governo, açorianas e açorianos, os Açores dão um passo em frente no seu desenvolvimento.

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe que não!

O Orador: Num cenário de incerteza económica e social, esta solução governativa continuará a ser um garante de estabilidade e de compromisso com cada um de vós, com cada açoriano e com a sua família.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos sabem que podem continuar a contar com esta coligação. Sabem quais são os nossos compromissos e que os temos cumprido. E sabem que queremos continuar a cumpri-los.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Porque não, não estaremos contra o progresso social da nossa Região, nem seremos irresponsáveis ao ponto de colocar interesses partidários acima do interesse regional.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não seremos os obreiros da instabilidade política de que os Açores não precisam, não seremos os obreiros da instabilidade política que tantos ambicionam. Porque sim! A nossa responsabilidade é governar...

Deputado João Vasco Costa (PS): Então porque é que não governam?!

O Orador: ... e dar aos açorianos das nossas ilhas e às famílias açorianas as respostas de que precisam para viver melhor. Esta é a nossa responsabilidade e

estamos prontos para continuar a cumprir com os Açores. Com os açorianos, sempre com os açorianos.”

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Estão assim apresentadas as áreas sob a tutela do Senhor Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San Bento.

Deputado José San Bento (PS): Senhor Presidente Luís Garcia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Os Açores valem mais do que a soma das suas nove partes.

Um dos marcos dos governos do PS nos Açores foi a atenção conferida às políticas de coesão, visando um desenvolvimento equilibrado do nosso arquipélago.

Os governos do PS foram responsáveis por profundas transformações.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa não é a intervenção.

O Orador: Um desses marcos, fomos nós que estruturámos uma verdadeira política de coesão regional, implementando um verdadeiro desenvolvimento multipolar.

Esta visão do PS do desenvolvimento regional não pode, contudo, ignorar a componente de ilha na análise das opções assumidas pelos governos dos Açores.

A atividade política é marcada pelo conflito entre necessidades e anseios tendencialmente infinitos e recursos inevitavelmente limitados. Na governação é, por isso, necessário fazer escolhas e opções e é em nome de escolhas e opções que subo a esta tribuna em nome da ilha de S. Miguel.

A ilha de São Miguel está a ser esquecida e desvalorizada pelo atual Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!!

O Orador: A ação do executivo de coligação que ainda nos governa, está a adiar reiteradamente investimentos da maior importância para a ilha que conta com 57% da população do nosso arquipélago...

Deputado Joaquim Machado (PSD): 58!

O Orador: ... e com mais de 70% da atividade económica regional.

São Miguel sofreu no corrente ano um desinvestimento de 34% face a 2022.

Para o próximo ano o Governo procura recuperar mas, mesmo assim, há uma diminuição real de quase 20% face ao plano de investimentos de 2021, aquele onde se tinha atingido o maior valor.

Esta preocupante realidade não foi ignorada pelos seis presidentes de câmara de São Miguel, onde se incluem três do seu partido, Senhor Presidente.

Esses autarcas afirmaram em junho que o Governo devia proceder a uma “séria reflexão” sobre o desenvolvimento da ilha. Alertando para o fim dos programas ocupacionais e para os impactos que esse fim teve na pobreza”, bem como o adiamento de investimentos em infraestruturas e habitação. Em resposta o próprio Senhor Presidente do Governo deu razão às queixas dos autarcas. Só que ela não existe.

Secretária Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Então mais uma razão para votar a favor do orçamento!

O Orador: A maior ilha dos Açores é a maior vítima na Região mais desigual do país.

No plano social, o fracasso das políticas referentes ao combate à pobreza e exclusão, perfeitamente visíveis a olho nu no centro da maior cidade dos Açores, é representado por um aumento da taxa de pobreza de 15%; um aumento da desigualdade em 5%; um aumento da sobrelotação habitacional, agravada em 21%; e pelo aumento da taxa de privação severa em mais de 20%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai para aí uma misturada!

O Orador: Voltámos a ser os líderes nacionais dos piores indicadores de pobreza. Uma realidade que também resulta da irresponsabilidade do governo em suspender o Plano Regional de Combate à Pobreza e Exclusão elaborado pelos governos do PS, embora agora digam que afinal o Plano não estava suspenso, estava, imagine-se, a ser revisitado.

O experimentalismo do governo inverteu uma situação que era marcada pela recuperação dos números referentes à pobreza. A Situação grave quando surge em contraciclo com a grande diminuição da pobreza no plano nacional, em que o nosso país atingiu em 2022 a Taxa histórica de Risco Pobreza de 20,1%, pela primeira vez abaixo da média nacional.

Ou seja, o País avança e a Região regride!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lembra-se do Alto Tâmega?!

O Orador: Mas olhemos para os sectores produtivos da economia de São Miguel.

Na agricultura a estratégia do governo é um falhanço absoluto. É um insucesso comprovado! A grande aposta do Secretário Ventura de abate do efetivo bovino e redução da produção leiteira como solução para a valorização do preço do leite, é um desastre.

Produzimos menos, mas o preço do leite continua a baixar e o rendimento dos agricultores a diminuir, face ao grande aumento dos fatores de produção, o que já levou, aliás, a Associação de Jovens Agricultores Micaelenses a denunciar a

falta de estratégia para o sector e a preocupação com a sustentabilidade geracional da agricultura em São Miguel.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Que horror!

O Orador: O rendimento dos agricultores é ainda afetado pelos sucessivos atrasos de vários apoios. O governo apregoa o fim dos rateios no POSEI, mas a verdade é que atrasa esses pagamentos.

(Risos do Secretário Regional da Agricultura)

A isso soma-se a incapacidade do IROA em investir em caminhos de penetração e em abastecimento de água e luz às explorações, tal como acontecia no passado.

Nas pescas a situação é também de crise.

Entre novembro de 2022 e setembro de 2023, verificou-se uma redução superior a 20% no valor de primeira venda do pescado em lota. Desde janeiro de 2021 até ontem, os combustíveis aumentaram mais de 125% neste setor, o que prejudica brutalmente o rendimento dos pescadores.

Este governo está a encaminhar as Pescas para um beco sem saída. O setor continua a aguardar verbas do POSEI pescas que já somam quase 10 milhões de transferências referentes a atrasos de 2021 e 2022 e também ainda não pagaram o ano de 2023.

E a este quadro negro, o Senhor Presidente do Governo adiciona mais um problema ao precipitadamente anunciar a extensão das Áreas Marinhas Protegidas sem diálogo com os pescadores e sem articulação entre o setor das pescas e os cientistas.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Isso é falso!

O Orador: No comércio, na indústria e nos serviços, a situação também é preocupante. O governo que prometeu reduzir as dívidas a fornecedores, mas o ano passado aumentou esses encargos em 22%, passando de 200 milhões para 240 milhões de dívida a empresas privadas.

O endividamento zero é um logro!

O governo apregoa que não aumenta o endividamento, mas na prática, endivida-se financiando-se nas empresas que fornecem os serviços da Administração.

O governo responde com propaganda ao novo sistema de incentivos, o Construir 2030, um programa cujas expectativas estão a ser goradas pelo labirinto burocrático das candidaturas.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

A tudo isso se junta quase dois anos sem vigorar um sistema de incentivos e de apoio ao investimento nos Açores, o que muito prejudicou a economia de São Miguel.

No Turismo a situação é particularmente preocupante.

A grande derrota do governo na negociação realizada com a RYANAIR e as dúvidas quanto ao futuro da Azores Airlines, estão a afetar em muito a ilha com maior capacidade turística.

Regressamos aos anos 90 e aos tempos de acentuada sazonalidade turística.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Secretária Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso é que é especular!

O Orador: Segundo a Câmara de Comércio e Indústria de P. Delgada, já nesta operação de inverno teremos menos 150.000 dormidas em São Miguel e menos 300.000 refeições no sector da restauração e similares.

A juntar a tudo isso, na promoção externa do destino Açores, deixamos de ter uma entidade única a coordenar toda a promoção externa. Também aqui voltámos aos tempos dos governos do PSD do século passado.

E o que dizer da promoção de São Miguel e dos Açores por via de grandes eventos desportivos?

O que dizer do completo falhanço do governo em assegurar os apoios para manter o SATA Rally Açores no IRC, visto por mais de 250 milhões de espetadores na Europa, através de 59 canais em 20 línguas diferentes?

O que pensar do fim abrupto da prova do Red Bull Cliff Diving no Ilhéu de Vila Franca, uma prova que projetava São Miguel e a Região a nível planetário junto de um público de milhões de jovens, prósperos e com apetência para turismo de natureza e de aventura, um segmento absolutamente fundamental para o nosso desenvolvimento turístico?

E o que dizer da incerteza do Azores Pro Surf realizado numa praia da Ribeira Grande?

Vice-Presidente do Governo Regional (*José Manuel Boleiro*): Qual é a praia?

O senhor nem sequer sabe o nome!

O Orador: Mais um rude golpe provocado pela incompetência do Governo.

Até a Volta à Ilha de São Miguel de bicicleta foi cancelada este ano por falta de um apoio irrisório da parte do governo. Isto para não falar de terem posto a equipa B do Santa Clara com a casa às costas.

Que fique bem claro! O PS não está a pedir para São Miguel nem mais nem nada do que a ilha já teve. O PS está sim a exigir o que já tivemos e o que é fundamental para promover uma ilha e uma Região em que o Turismo é um sector fundamental da sua economia e central para a criação de empregos.

No sector da Saúde também se verifica uma evolução que nos preocupa. Atrasos nas transferências, sendo que para os hospitais, neste momento, as transferências servem apenas para cobrir os vencimentos. Há um aumento de listas de espera em consultas...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Não é verdade! O senhor fala no ar!

O Orador: ... em meios complementares de diagnóstico, em cirurgias, há falta de meios, enfim, há uma situação muito preocupante que também é verificada no domínio da habitação, onde a situação em S. Miguel, Sr. Vice-Presidente, é dramática. Sei que isso o preocupa, mas a situação é dramática.

O reforço do programa de apoio às rendas é insuficiente. implementado pelo PS é uma medida insuficiente. Ponta Delgada é a quinta cidade do país onde os preços da habitação mais subiram no primeiro trimestre de 2023, o preço médio das habitações subiu 5,5% e o resto dos concelhos seguem essa tendência.

O mesmo governo que criticou a insuficiência de verbas inscritas no PRR para a habitação, foi exatamente o mesmo que na reprogramação do PRR, diminuiu as verbas para a habitação, fazendo com que este setor tenha perdido peso relativo em termos de reprogramação do PRR.

Vice-Presidente do Governo (*José Manuel Bolieiro*): Isso é mentira. Falso!

O Orador: É verdade! O Senhor sabe que é verdade!

Perde S. Miguel, perdem os Açores e perdem os jovens de classe média que continuam sem uma resposta eficaz da parte do Governo.

No domínio das infraestruturas e obras públicas, a política do governo limita-se a uma prioridade: inaugurar e lançar obras adjudicadas ou planeadas pelos governos do PS.

(Risos do Vice-Presidente do Governo e de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Este governo é o governo dos concursos desertos e dos adiamentos sucessivos das obras e das infraestruturas na maior ilha dos Açores.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor devia ter vergonha!

O Orador: Há três dias, dando azo ao frenesim e à preocupação que o governo teve quando tomou consciência do abandono a que votou a ilha de S. Miguel, o Senhor Presidente do Governo começou a fazer roteiros para anunciar obras nesta ilha. Uma delas foi o novo Centro de Saúde da Ribeira Grande, anunciado como uma obra de 24 milhões de euros. Olhamos para o Plano e tem meio milhão de euros inscritos.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Oh Sr. Deputado!

O Orador: E ainda nem compraram os terrenos.

contudo, no Plano de Investimento para 2024 apenas consta meio milhão de euros e afinal ainda não foram adquiridos os terrenos para a sua construção.

Também disse que já tinham investido 1 milhão de euros na Escola Antero de Quental. Não é verdade, Senhor Presidente. Investiram 210 mil euros (37%) desse montante. Não lhe disseram a verdade na informação que lhe passaram.

Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito mais haveria a apontar sobre falhas em relação à ilha de S. Miguel da parte do Governo nos últimos 3 anos. S. Miguel está mesmo a ficar para trás.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Consigo a defendê-la, está!

O Orador: É por isso que o governo da coligação que ainda nos governa diz que vai fazer no próximo ano aquilo que não fez em 3 anos.

Parece que já ninguém acredita na propaganda do governo!

Secretária Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Só parece!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Ninguém acredita é em si!

O Orador: Para o PS é evidente que este governo de coligação que ainda nos governa não é solução para resolver os problemas nem de S. Miguel, nem dos Açores, nem de ilha nenhuma, Senhor Presidente!

Este governo não é solução!

Este governo é o problema!

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu quero fazer um esclarecimento sobre a condução dos trabalhos, para que todos tenhamos a mesma organização.

Eu abri inscrições para pedidos de esclarecimento à área sectorial do Sr. Vice-Presidente. Eu não estou a dizer que esta intervenção agora aqui feita não tem enquadramento, mas seria para uma fase posterior ao pedido de esclarecimento, para que a organização dos trabalhos pudesse ser de alguma forma mais uniforme e pudéssemos todos entender-nos sobre esta matéria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso para uma interpelação.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É naturalmente para interpelar a Mesa sobre a questão que o Sr. Presidente acaba de colocar e dar nota de que, aliás, como já tive a oportunidade de informar o Sr. Presidente, há precedentes nesta matéria. Ainda no plenário do ano passado, na discussão do Plano e Orçamento, após a intervenção do Sr. Secretário
Alonso
Miguel,
seguiu-se uma intervenção do Sr. Deputado Gustavo Alves, exatamente nos mesmos termos daquela que ocorreu agora.

Portanto, isto é exatamente verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não é verdade!

A Oradora: Eu sugiro ao Sr. Vice-Presidente do Governo que releia o debate que ocorreu, nomeadamente da página 154 à 158, e poderá comprovar aquilo que eu estou aqui a dizer é exatamente aquilo que aconteceu. E já tive oportunidade de informar o Sr. Presidente da Assembleia.

Logo a seguir à intervenção do Sr. Secretário Alonso Miguel, ocorreu uma intervenção do Sr. Deputado Gustavo Alves, em nome da ilha das Flores, exatamente nos mesmos termos.

Estamos a falar de um debate que ocorre por tempos globais, cada um dos grupos parlamentares utiliza e gere o tempo da forma como entender. E, agora, durante a intervenção do Sr. Deputado José San Bento foram naturalmente colocadas questões que têm diretamente a ver com o Sr. Vice-Presidente do Governo, nomeadamente no que diz respeito à pobreza e à habitação.

Obrigada.

(Apartes impercetíveis trocados entre as bancadas da Coligação e do PS)

Presidente: Srs. Deputados ... posso falar?

Eu vou falar pouco durante este debate, portanto deem-me só 30 segundos. Sra. Deputada Andreia Cardoso, a senhora conhece o funcionamento destes debates, o Sr. Deputado José San Bento também e eu igualmente. E os debates sempre foram assim.

A Sra. Deputada foi encontrar uma situação para legitimar a sua estratégia.

Já esta semana, a senhora por diversas vezes me interpelou sobre aquela matéria, eu já vi a intervenção do Sr. Deputado Gustavo Alves que colocou diversas questões de ambiente sobre a ilha das Flores, nomeadamente sobre resíduos e outras questões de energia.

Eu não disse absolutamente nada sobre a possibilidade do Sr. Deputado José San Bento ter feito esta intervenção. O que eu acho que seria preferível para a nossa organização de trabalhos era o Governo apresenta a sua área, há pedidos de esclarecimento e, após isso, passamos às intervenções de tribuna e aí o Sr. Deputado José San Bento teria tempo de fazer a sua intervenção de tribuna.

Foi esta a minha interpretação da condução dos trabalhos que eu também tive oportunidade de lhe dizer as vezes que me contactou esta semana.

Pelos vistos, não fiz não a convenci disso.

Portanto, vamos prosseguir... Sra. Deputada Ana Luís para uma interpelação?

Tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para uma interpelação, porque está a ser colocado aqui, legitimamente por si, em causa a organização do debate desta forma. E, independentemente de se ter encontrado um exemplo que foi desta Legislatura – é legítimo, porque é nesta Legislatura que estamos a trabalhar - eu gostaria de recordar que, como o Sr. Presidente bem sabe, as intervenções de ilha sempre foram feitas em sede de plenário do Plano e Orçamento.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foram feitas, mas foi pelo PS.

A Oradora: E não há nada no Regimento nem na organização dos trabalhos que impeça que uma intervenção de ilha seja feita no princípio ou no fim do período.

Aliás, gostaria até de alertar – e peço desculpa de o fazer, mas penso que tenho legitimidade para o fazer - que quando ano passado o Sr. Deputado Gustavo Alves fez a sua intervenção logo de seguida, ninguém aqui pôs em causa essa

intervenção.

E quando o Sr. Presidente, logo de seguida, alertou a Câmara para a forma como o debate devia ser organizado, eu pensei que o Sr. Presidente ia efetivamente alertar os colegas Deputados de que aquilo que foi feito é legítimo, porque não interfere nem com organização do trabalho, pois por aquilo que eu sei, a Conferência de Líderes não estipulou nem definiu nenhuma regra para este tipo de intervenção.

Lembro-me, também, que em todas as legislaturas passadas, as intervenções de ilha sempre foram feitas por aqueles grupos parlamentares e representações parlamentares que assim entenderam fazer.

Daí que se o ano passado não houve surpresa por aquilo que aconteceu, lamento pelo facto do Partido Socialista ter feito uma intervenção de ilha agora e isso seja também por si, Sr. Presidente, colocado em causa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Oh Sra. Deputada Ana Luís, a Senhora conduziu os trabalhos desta Casa durante oito anos e eles foram exatamente na metodologia que eu aqui referi.

As intervenções de ilha sempre foram feitas, não neste momento, eram feitas daqui a bocadinho, porque isso tem a ver com a organização.

Eu não me estou a impedir que elas sejam feitas, porém perante a apresentação pelo Sr. Vice-Presidente dum conjunto de

investimentos, era natural que nós, para uma melhor organização dos trabalhos, lhe colocássemos as questões que temos a colocar a ele e depois passaríamos às intervenções tribuna as quais, recordo, no seu tempo, eram feitas chegar à Mesa por escrito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma interpelação.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, eu penso que se está a criar aqui um problema onde ele não existe, porque a intervenção feita pelo Sr. Deputado José San Bento colocou questões sobre a área do Sr. Vice-Presidente e colocou questões na perspetiva da ilha de São Miguel.

Se o Sr. Vice-Presidente entende responder a essa intervenção, tem oportunidade para o fazer.

Se o Sr. Vice-Presidente entende que não o deve fazer, não o faz e temos mais Deputados inscritos para colocar questões.

Porém, há uma coisa – e não creio o que o Sr. Presidente o conteste também: que haja a possibilidade de fazer intervenções de ilha e da parte de cada grupo parlamentar pode organizá-lo da mesma forma.

Se nós chegássemos aqui e fizéssemos só uma intervenção, neste momento, sem qualquer ligação com a área em causa e não tivéssemos mais intervenções sobre a área em causa, eu até poderia conceder. Mas não é isso que acontece. Julgo que o Senhor até já tem Deputados do PS inscritos para intervir quando chegar a nossa vez. E, portanto, eu acho que não há problema nenhum.

O Governo decidirá como e quando é que deve intervir.

Julgo que é ao Grupo Parlamentar do PS e a qualquer grupo parlamentar nesta Casa, que assiste o direito de colocar um determinado assunto.

Por isso, da nossa parte, não vemos drama nenhum no assunto. Há apenas esta questão: se o Governo entende responder muito bem, senão passa-se à frente.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, eu já disse que não vejo qualquer problema em a intervenção ser feita. O que lhe disse, foi o que era habitual nós fazermos. E o que era habitual fazermos, era *ipsis verbis* o que eu lhe estou a dizer. E desafio qualquer um dos senhores a encontrar um debate de plano orçamento, além daquela intervenção que o Sr. Deputado Gustavo Alves fez, outras que se tenham feito ao contrário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que a sua intervenção, Senhor Presidente, é no sentido de assegurar uma racionalidade do ponto de vista do funcionamento destes trabalhos parlamentares.

Deputada Ana Luis (PS): *É, é a racionalidade!*

O Orador: Todos percebem que estando um Secretário, neste caso, o Vice-Presidente, a ter uma intervenção no âmbito na área que tutela, é de racionalidade e de organização que as questões lhe sejam colocadas nessa área. E, em seguida, haverá outras questões setoriais para outros Membros do Governo.

V. Exa., Sr. Presidente, que tem muitos anos nesta Casa, sabe que sempre foi assim na esmagadora maioria dos casos. E é aquilo que indica qualquer racionalidade, do ponto de vista do desenvolvimento dos trabalhos nesta Assembleia.

O que era normal – e eu quero dar este testemunho, porque já estou aqui também há alguns anos - é que no final duma intervenção, e colocadas todas as questões setoriais, depois se fizesse uma intervenção de ilha. Era assim que decorria na maior parte das situações.

E, Sr. Presidente, termino só dizendo que este tipo de questões não se colocavam em relação às representações parlamentares, na medida em que só

tinham 5 ou 6 minutos e tinham que concentrar numa única intervenção, num qualquer setor, depois de ter colocado essas questões.

Sr. Presidente, é uma questão de racionalidade e, por isso, evidentemente revemo-nos naquela que é a sua opinião sobre esta matéria. E, de facto, sempre foi assim, porque é também a racionalidade que nos indica que os trabalhos devem decorrer desta forma.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado João da Costa, prescinde?

Até porque há uma razão prática para isto.

O Sr. Vice-Presidente, quando aqui vem a esta tribuna, é a intervenção dele que fica sujeita às questões. Agora, tendo o Sr. Deputado José San Bento vindo qui, qual é a interpretação que fica? Vão dar esclarecimentos a quem? Ao Sr. Deputado José São Bento. Esta é a minha interpretação.

Por isso, acho que a intervenção do Sr. Deputado José San Bento foi feita fora de tempo. É a minha interpretação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo Regional, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo de coligação que se proclama o de maior pendor social de sempre, apresenta uma visão assistencialista que não se coaduna com as dimensões e os desafios atuais da pobreza e exclusão social que, pela sua evolução e agravamento, exigem a criação e implementação de respostas sociais integradas, disruptivas e mais inovadoras. Estes três anos de governação revelam, apesar de dotações orçamentais em alta, uma baixa execução e investimento. Um investimento decrescente em domínios essenciais para quebrar os ciclos de pobreza estrutural da Região.

Três anos de muitos anúncios, de muitas promessas em que as bandeiras se repetem; bandeiras, na sua larga maioria, diga-se, criadas e implementadas pelo Partido Socialista durante a sua governação. E, portanto, medidas, Sras. e Srs. Deputados, que o Partido Socialista não desmerece nem põe em causa, porque colocamos sempre, sempre em primeiro lugar e acima de tudo, a defesa dos interesses das famílias, das empresas e dos açorianos. Inovamos de forma pioneira na criação e implementação de uma estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social em 2018. Mas estes três anos têm sido de contra ciclo e não de convergência com o País e com a União Europeia.

E, apesar dos repetidos anúncios de revisão e estudo de uma nova estratégia, o que é facto é que estamos sem estratégia, estamos sem planeamento, sem metas e sem indicadores que nos digam qual é o caminho que neste domínio devemos seguir e que orientações devemos cumprir.

Um desnorte evidente nos recentes dados publicados, quer pelo INE quer pelo Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, em que a Região Autónoma dos Açores volta a ser a região do País com a maior taxa de risco de pobreza ou exclusão social...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

A Oradora: divergindo do resto do país e interrompendo o processo de convergência alcançado durante os governos do Partido Socialista.

Veja-se que, em contraponto à tão apregoada redução do número de beneficiários do RSI, o que estes dados nos dizem é que a convergência com o País e com a União Europeia que vínhamos a fazer nos últimos anos se inverteu e estamos agora em contra ciclo e a piorar. E, portanto, apesar da redução do RSI, os açorianos e açorianas mais vulneráveis, ou seja, crianças, idosos e mulheres, estão agora mais produzidos ou apoiados?

Não nos parece. Não é isso que as evidências nos dizem.

Um desnorte tanto mais evidente no agravamento e degradação de fenómenos que tanto afligem os açorianos, como o aumento de pessoas sem abrigo e sem teto, o aumento de consumos de álcool e de substâncias psicoativas, o aumento da doença mental ou ainda o agravamento da precariedade e das dificuldades no acesso à habitação por parte dos jovens e das famílias açorianas por toda a Região e, em particular, de forma mais expressiva nos principais centros urbanos das nossas nove ilhas.

É cada vez mais evidente o retrocesso e o regresso a uma visão assistencialista que é, afinal, a nova ideia de sociedade e um novo paradigma de políticas públicas deste Governo de coligação.

Não, Sras. e Srs. Deputados, este não é o caminho. É um caminho de degradação da situação social nos Açores, é um caminho que hipoteca o futuro dos açorianos.

Muito bem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Governo e esta maioria absoluta de direita que o suportava falharam perante a crise da habitação.

Falharam na construção de habitação pública para responder esta mesma crise.

Ouvimos, ao longo dos últimos três anos, vezes sem conta os mesmos anúncios sobre os mesmos projetos.

É o projeto, o concurso, a consignação e o que falha, e o que tem falhado sempre, é a concretização.

O que podemos esperar deste Governo na habitação, como em tantas outras áreas, é propaganda, propaganda, propaganda.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade, Infraestruturas (Berta Cabral): Não senhora. É trabalho, trabalho, trabalho!

O Orador: Por isso, também no investimento na habitação, aquilo que tivemos foi propaganda durante três anos e o que temos neste Orçamento é propaganda novamente.

Imagine-se, por exemplo, os 60 milhões de euros que o Governo tinha (e tem) para construção de habitação financiados pelo PRR. Quantas vezes ouvimos neste Parlamento o Governo dizer - o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Presidente - que era pouco, que lhes tinham deixado *poucochinho* e que não dava.

Afinal, a sua ambição para melhorar o investimento na habitação eram 4,2 milhões de euros que foi o reforço que lá colocaram.

A concretização desses investimentos é próxima de zero.

Passara,-se três anos e. no terreno. não se vê nada.

Na resposta imediata que é preciso dar à emergência que as pessoas sentem, o Governo também está a falhar.

O apoio ao crédito da habitação, de quem está sufocado pelo aumento dos juros, não chega a praticamente ninguém.

O apoio às rendas que sobem brutalmente nos Açores e vão subir e muito para o ano, não teve qualquer revisão nos últimos anos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade!

O Orador: A crise da habitação exigia um Governo com respostas imediatas e respostas para o futuro.

Apoio às famílias, sim, de emergência para quem não consegue pagar a casa, seja a sua casa que paga ao banco, seja a casa arrendada. Ter a coragem de utilizar a autonomia para fazer com que o aumento das rendas no ano que vem não seja de 7% nos Açores e seja o valor que foi em 2021.

Na área social, este Governo também falhou e falha também este Orçamento. Inscrevem-se no Plano, por exemplo, construções de creches há três anos, mas que não saem do papel, Sr. Vice-Presidente. E, por isso, centenas de famílias desesperam por vaga nas creches, pela ausência de investimento e de concretização deste Governo. As creches são gratuitas, mas é só para alguns, porque o Governo falhou na concretização da universalização da creche gratuita. Em três anos, este Governo concretizou apenas 1 milhão e meio de euros dos 10 que tinha previsto.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade, Infraestruturas (*Berta Cabral*): Já muito se fez!

O Orador: Quem sofre com este falhanço deste Governo são as famílias, são os açorianos e açorianas.

Há muito que o Bloco de Esquerda propõe que haja uma rede pública gratuita de creches nos Açores.

Há muito que defendemos que essa emergência exige que seja garantida creche a todas as famílias, a todas as crianças. E é por isso que o voto contra neste Orçamento é a única posição que procura garantir, e que pode garantir, um outro caminho.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Garantir o quê?!

O Orador: ... porque esta política falhou totalmente.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando era miúdo, havia uma frase muito engraçada que tinha a ver com a nossa imigração e que era “se não fosse o barril da América, andavas com o rabinho de fora”. isso faz-me lembrar o PRR que é o tal *barril da América*. Eu só ouço falar no PRR, mas às vezes fico dúvidas.

É verdade que o Partido Socialista foi esquecendo a área da habitação, mas também é verdade que os bancos davam dinheiro de graça – agora, pagar é que está quieto.

Dava-se de graça o dinheiro a pessoas que nem sequer iam pagar e que não pagaram. Isto é tudo verdade. Acabaram-se com os programas da autoconstrução e agora vai-se tendo umas coisinhas timidamente.

Agora para os açorianos, tal como fez o Sr. Vice-Presidente - parece que já estamos todos em campanha, pelos vistos - eu gostava de saber e para poder responder ao Bruno e à Inês, que já foram à Secretaria n vezes, que já foram ao Banco n vezes e que não conseguem ter uma casa. O Bruno e a Inês são da classe média, recebem um ordenado mínimo os dois, mas não conseguem financiamento, porque não têm a taxa de esforço, não têm a capacidade, mas como trabalham, também não têm apoios nenhuns.

E a minha questão nesta área, Sr. Vice Presidente, é: quantas casas vão ser feitas para a classe média?

Quantas já foram feitas em três anos?

A gente está a falar aqui dum orçamento, mas são três anos. Quantas foram feitas e quantas foram apoiadas? Ou nós vamos continuar a usar os fundos europeus para dar rendas a quem não quer trabalhar e quer ter uma casa de graça?

É porque assim não é justo!

Assim é dizer aos açorianos “deixem de trabalhar”!

Já agora, quanto a creches, nós no CHEGA exigimos prioridade nas creches para quem trabalha – ponto!

Isto nem sequer é para discutir. Ponto final!

É para quem trabalha. E quem não trabalha há-de ter paciência e há-de criar os filhos, como outra mãe qualquer que está em casa.

Já agora, finalmente, porque o tempo também é pouco – e tenho questionado ao longo de três anos - gostava de saber quantos novos técnicos vão entrar para fiscalizar os abusos nos apoios sociais de que todos nós sabemos? E quem não quer falar neles, é porque quer escondê-los.

Quantos técnicos vão entrar?

Eu já ouvi falar em 6 ou em 8, mas ainda não vi nenhum e continuam a chegar-me os relatos de abusos e mais abusos, inclusive, cartas rasgadas na cara de quem lhes vai entregar para ter um emprego.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para pedidos de esclarecimento ao Sr. Vice-Presidente?

Tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira.

(*) **Deputada Vitória Pereira (PSD):** Muito obrigada Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Senhor Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero enaltecer o Governo Regional pelo investimento na área da habitação para o ano de 2024, um dos maiores investimentos de sempre na área da habitação que revela bem a prioridade e a importância que este Governo dá a este setor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Um problema de milhares de famílias, principalmente dos jovens casais, que estão a iniciar a sua vida e que perderam o sonho de comprar casa e construir família em condições condignas. Certo é que a carência habitacional não é um problema de hoje, não é um problema de ontem, mas sim um problema estrutural, de falta de planeamento, de falta de investimento no passado, principalmente na última década.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: O facto é que entre 2012 e 2020, o Governo Regional do PS do Vasco Cordeiro...

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo não é do Vasco Cordeiro!

A Oradora: ... construiu apenas 71 habitações nos Açores, o que corresponde a 8 moradias por ano, não chegando a uma moradia por ilha.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Foi, sem dúvida, a década do marasmo da habitação nos Açores. Hoje existe uma estratégia coerente, bem definida, com foco em criar mais habitação nos Açores, em prol da melhoria da qualidade de vida das famílias, dos jovens casais, sem esquecer a classe média.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Este Governo pretende criar 828 habitações, através da construção de novas habitações, de novas casas através da reabilitação, cumprindo com os prazos do PRR.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não foi o Sr. Deputado Francisco César. Fomos nós!

A Oradora: Serão 145 lotes infraestruturados para autoconstrução nas diversas ilhas, para as famílias que têm capacidade de ir à banca, mas que não conseguem comprar casa aos preços que são praticados no mercado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: É caso para dizer que voltar atrás é perder, enquanto que continuar é progredir.

Este Governo da coligação, em três anos, já fez mais do que o anterior Governo do Partido Socialista.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Nessa altura eras pequenina ainda, Vitória!

A Oradora: Passámos do passado da propaganda e da inação à realização e a concretizações.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Termina Vitória, termina!

A Oradora: Estamos no caminho do progresso.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Trás-os-Mosteiros na Ribeira Grande, Sr. Deputado Carlos Silva, estamos a falar de um empreendimento de 52 casas que ficou abandonado mais de 15 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Que o Partido Socialista foi incapaz de resolver no Concelho mais jovem dos Açores.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Foi este Governo da coligação que adquiriu por 924 mil euros, numa única prestação, o que permitiu à Região poupar 94 mil euros.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Já está pronto, então?!

A Oradora: Que avançou com todos os trâmites legais, fazendo justiça às famílias e ao Concelho da Ribeira Grande.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Fenais da Luz – Candeias, em Ponta Delgada.

O que foi que este Governo recebeu?!

Um terreno e uma placa que ainda está lá, colocada em 2008, em vésperas de eleições a anunciar a construção do loteamento. Um terreno que não tinha alvará.

Deputado Carlos Silva (PS): A placa então era boa!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): À boa maneira da SPRHI!

A Oradora: Estamos a falar um terreno que não tinha alvará, nem nunca teve o registo emitido.

Este Governo não deixa para amanhã o que pode fazer hoje e está a devolver a esperança à população dos Fenais da Luz em resultado de 24 habitações.

Foros Solmar em Vila Franca do Campo, São Brás - Bairro dos Americanos - Casteletes, são alguns exemplos do trabalho de consistência que está a ser feito por este Governo da coligação com responsabilidade e a bem dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Plano e Orçamento para o ano de 2024, vai permitir continuar a apoiar as famílias no arrendamento...

Deputado Carlos Silva (PS): E a Achadinha?

A Oradora: ... ou as famílias com crédito à habitação própria permanente a fundo perdido. Esta medida foi criada antes do Governo da República e é mais favorável nos Açores. No caso do continente, a taxa de juro acima de 3%, com limite anual de apoio de 800 euros; nos Açores, a taxa de juro acima de 1% com limite anual de 1200 euros. Estamos a falar em quase 3 vezes mais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em 2024 haverá duplicação da verba, passando para 2 milhões de euros. O crédito já beneficiou 8 centenas de famílias.

Deputada Andreia Cardoso e Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Não engane as pessoas!

A Oradora: Quem votou favoravelmente e deu contributos positivos nos anteriores, só tem motivos para estar ao lado deste Plano e Orçamento que é

bom para os Açores, são documentos de justiça social, responsabilidade, estabilidade e motivação.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado Senhor

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

Como tenho apenas 8 minutos para 3 dias, vou ter que ser muito sucinto. Não tenho tempo para a politiquice, mas sim para falar de situações claras e óbvias.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olha!

O Orador: Relativamente à ação que estamos a discutir – “desenvolvimento social, inovação” - devo dizer que há várias ações deste Plano e Orçamento com as quais não concordo e, por isso, vou apresentar propostas de alteração, nomeadamente à Ação 2.1 2.4 – “rede de amas”; ao programa de apoio à habitação própria a custos controlados; ao programa “casa renovada, casa habitada”; ao programa de apoio à autoconstrução; ao programa de “reabilitação, requalificação, ampliação de creches e centros de atividades de tempos livres”, porque acima de tudo, estamos aqui para criar soluções, não estamos aqui para *berreiros*, não estamos aqui numa seara de trigo a vigiar a praga.

Portanto, é a nossa função enquanto deputados, trabalhar ativamente para construir soluções...

Deputado José San-Bento (*PS*): Isso é um relato de futebol?!

O Orador: ... propondo as alterações que achamos pertinentes para que este documento, podendo não ser perfeito, tenha o contributo de cada um.

É isso que os açorianos, lá em casa, esperam de nós. Esperam um contributo sério, construtivo, na busca das melhores soluções.

É esse o trabalho de um deputado e não é a crítica pela crítica.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

(*) **Deputada Nídia Inácio** (*PS*): Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero partilhar com os açorianos uma história real, sendo apenas fictícios os nomes dos intervenientes.

Joana e Rui vivem em união há mais de 16 anos. Ambos são docentes, trabalham numa escola pública nos Açores. Os meus colegas professores - sim, porque eu sou educadora de infância desde 1986 - viveram uma situação precária; ao longo de 14 anos, foram sendo contratados para exercerem a atividade docente. Andaram vários anos com a casa às costas, por diferentes ilhas dos Açores, amparados nas suas deslocações por uma viatura oferecida pelos pais da *Joana*, já que eles não tinham possibilidade de adquirir tal bem nem tão pouco uma habitação.

Com este Governo de coligação, PSD, CDS-PP e PPM, a *Joana* e o *Rui* ficaram nos quadros de ilha e muito felizes por poderem concretizar um sonho que já andavam à procura há 14 anos: constituir uma família e adquirir habitação própria.

Compraram uma casa modesta numa freguesia rural, a precisar de intervenções, como foi o caso da substituição da cobertura devido à infestação de térmitas e, neste contexto, candidataram-se aos apoios à “recuperação de habitação – combate a térmitas” e, para vossa informação, foram contemplados.

Deputado Carlos Silva (PS): Só que não recebem! Não recebem!

A Oradora: A Joana, felizmente, sempre desejou e engravidou e nasceu a Rita. Entra novamente em ação, uma ferramenta criada pelo Governo de coligação, uma ferramenta inovadora, o programa inovador “Nascer Mais”.

Deputada Ana Luís (PS): Qual é mesmo o concelho deles?

A Oradora: E eles, este ano – porque sabem fazer contas muito bem, são docentes, são classe média - tiveram uma poupança mensal à volta de 150 euros. Sabem fazer contas.

Deputada Ana Luís (PS): Ah a história não é da Terceira?

A Oradora: É uma história.

Em janeiro de 2024, a Ritinha vai entrar na creche novamente e para espanto dos pais, devido a uma ferramenta do Governo de coligação, a creche é **gratuita para a classe média.**

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: No tempo da governação socialista, a creche abrangeu apenas 700 crianças, gastaram apenas 160 mil euros.

Este casal que é real, tem consciência de que com as medidas sociais justas para todos deste Governo de coligação, é possível ter qualidade de vida nos Açores. É diferente viver nos Açores do que viver em Portugal continental.

A Joana é uma docente distinta, ela tem uma relação excelente com a comunidade educativa. Ela constata que alguns dos seus alunos melhoraram o

seu desempenho com a frequência dos pontos de estudo – mais uma ferramenta criada por este Governo de coligação. Ela partilhou comigo o testemunho de uma criança que lhe disse que gostava de estar no ponto de estudo, porque era o único sítio onde tinha a possibilidade de rever e esclarecer as suas dúvidas escolares. Esta medida é uma mais-valia para quem não pode usufruir de explicações particulares.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Rui, o marido, é um docente que sabe ouvir os seus alunos e muito bem. Ele partilhou comigo o testemunho de um aluno que chegou à sala de aula muito satisfeito e disse, “o meu pai já tem trabalho”, porque assim já não era preciso o rendimento mínimo; e disse, ainda, “e o meu pai até gosta do trabalho, voltou a estudar e eu como sou grande, até consigo ajudar o meu pai no estudo. Assim, saímos todos de casa para trabalhar e eu para a escola”.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso tem a ver com a área do Sr. Vice-Presidente!

A Oradora: Mais uma medida social justa deste Governo de coligação, a redução do número de beneficiários do rendimento social de inserção; em 2020, o número era 14 mil 825 beneficiários, agora nesta altura, são 8 mil 951 beneficiários, uma redução de 40%. E ainda dizem que a gente não faz nada?!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E mais: a Joana e o Rui têm uma vizinha, a D. Marta, que faz parte de mais uma ferramenta criada pelo Governo de coligação – o programa “Novos Idosos”, um programa inovador que permite aos idosos ficarem na sua casa e na sua comunidade.

A Joana e o Rui agora aceitam que vivem melhor nos Açores, porque

beneficiam das medidas deste Governo Regional.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor do Governo Regional, Srs. Deputados:

o Governo de coligação PSD, CDS-PP e PPM, ao longo destes 3 anos de Legislatura, tem sido responsabilmente determinado, respondendo aos desafios presentes e mostrando ser capaz de estar ao nível dos desafios futuros.

De facto, inaugurou um novo ciclo de desenvolvimento social e económico, com condições para a sua manutenção no respeito dos valores democráticos.

Com este Governo de coligação, iniciou-se o ciclo de governação mais próximo dos açorianos, transparente nos procedimentos, com uma atitude democrática e assente na humildade.

Deputado José Ávila (PS): É isso que vamos ver, a transparência...!

A Oradora: Este Governo de coligação comprometeu-se com todas as ilhas, **todas as ilhas!**

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: A Região Autónoma dos Açores é formada por 9 ilhas, indissociáveis. Faltar para com uma ilha é faltar para com a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): E o Nordeste?

A Oradora: Faltar para com um açoriano, é faltar para com todos os açorianos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: As políticas sociais deste Governo de coligação têm sido orientadas por uma dignificação dos açorianos, favorecendo a sua plena integração numa sociedade onde assenta o primado da cidadania, promovendo-

se a participação e a igualdade de oportunidades.

O Governo de coligação está empenhado em responder com eficácia à pobreza, à exclusão social, ao desafio demográfico, ao envelhecimento progressivo das nossas populações.

São estes os requisitos, para que se possa percorrer um caminho de desenvolvimento sustentável.

Apenas para terminar, dizer que estamos ao serviço do povo açoriano, os interesses do povo açoriano estão à frente dos interesses partidários.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Confiamos no trabalho desenvolvido. Isto não é conversa. Os interesses dos Açores estão à frente dos interesses partidários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, esta Coligação está à frente das suas agendas partidárias. Estamos a trabalhar **para** os açorianos e **com** os açorianos.

Confiamos no trabalho desenvolvido.

Este é o momento de acreditar, unir e confiar em prol dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

Peço novamente para intervir neste debate para também, e completando a minha intervenção de há pouco, dizer que ainda sobre este Plano e Orçamento, mais concretamente o Orçamento, também vou apresentar uma proposta de alteração, no sentido de que se faça justiça para com as amas dos Açores, cujo atual regime remuneratório a que elas são aquelas estão sujeitas, não é adequado ao serviço que prestam.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor já disse isso antes!

O Orador: Por esta razão, vou apresentar uma proposta no sentido de corrigir esta matéria.

Dizer, ainda, que registo na proposta do Orçamento para este ano, que a tabela 1 do regime “casa renovada, casa habitada” foi revista, aproximando-se muito dos critérios dum projeto de resolução que apresentei aqui nesta Casa. Registo essa humildade por parte do Governo Regional, no sentido de, ainda antes da aprovação da minha iniciativa, fazer jus ao valor daquilo que eu propunha no meu diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente para eu elencar o tanto que ficou por fazer uma hora não chegava, Senhor Presidente. Da herança que nós recebemos, não tenho tempo para explicar tudo. No entanto, vou procurar dar resposta a algumas coisas.

De facto, Sra. Deputada Célia Pereira, nós estamos de acordo, a pobreza é um problema estrutural nos Açores e a habitação é um problema estrutural nos Açores. Mas um problema que é estrutural, nunca se cria em 3 anos, mas sim

em 25, que foi a vossa herança de 25 anos, que deixou os Açores com um problema estrutural na pobreza e na habitação, por vossa opção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os senhores é que optaram por não construir.

Sr. Deputado Carlos Silva, que estava aí a acenar com o caso de Trás-os-Monteiros, devia ter um pouco de decoro e respeito por aquela gente que precisava de casas, desde 2008 que aquilo ali está.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porquê?!

O Orador: Foi cedido um terreno pela Região Autónoma a um privado que depois...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que era de quem?!

O Orador: A senhora pode-me deixar falar? Acalme-se um bocadinho, não se enerve, esteja tranquila... não se enerve...poça!

Deputado João Vasco Costa (PS): E caladinha!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exato, *caladinha!*

O Orador: Eu estou a tentar explicar, mas se não quiserem não explico. Em 2008 o Governo cedeu aquele terreno a uma empresa privada que, como toda a gente sabe, depois faliu. E, posteriormente, o IHRU adquiriu aqueles terrenos a essa empresa privada, em 2008. Esteve parado esse tempo todo, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor sabe que não é verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor sabe que isso não é assim!

O Orador: Não fizeram rigorosamente nada. Nunca houve uma intenção de compra perante o IHRU, isto é rigorosamente verdade. Nós é que adquirimos ao

IHRU aquele empreendimento que os senhores deixaram ao abandono. E talvez, Sra. Deputada, não seja bom ir a mais pormenores sobre essa matéria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Porque é um terreno que foi cedido e que a Região depois compra esse terreno que tinha sido cedido a um privado para um determinada habitação, só que depois não foi usado para o fim a que foi cedido.

Esta é que é a realidade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é a realidade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Vamos à frente!

Trás-os-Mosteiros foi assim!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade! Pelo amor de Deus! Não é a realidade!

Deputado Carlos Silva (PS): Não é, não!

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: Sra. Deputada, acalme-se um bocadinho, inscreva-se a seguir e depois esclarece.

Sra. Deputada Célia Pereira, relativamente à pobreza, já concordámos que é estrutural, mas enquanto os senhores demoraram 20 anos a fazer uma estratégia contra a pobreza, nós ao fim de 2 anos, entendemos que tínhamos que fazer uma estratégia regional de combate à pobreza, porque a vossa não estava a dar resultados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que está a estratégia?

O Orador: E eu vou-lhe dizer porquê, Sra. Deputada e também respondo ao Sr. Deputado San Bento, cujas questões agradeço.

A vossa estratégia não previa uma única medida para a habitação e ao combate ao despovoamento. Uma única medida.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Vai-me me dizer então quais são as medidas.

Depois, o Plano Regional 2018/2019, não tinha uma única medida para as pessoas sem abrigo que são os mais vulneráveis de todos.

Nem uma única medida, Sra. Deputada Célia Pereira.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

O Orador: O Plano de Ação Bienal 2021 não foi realizado. Os senhores não o fizeram, logo nós não podíamos avaliá-lo. Mas, nós apresentámos uma revisão dessa estratégia que avaliará a vossa e que diz que a vossa não era eficaz.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O quê?!

O Orador: Falha, porque não tem objetivos; não prevê a redução da taxa de pobreza de X para Y; não prevê reduzir a percentagem de população (milhares de pessoas) em situação de pobreza e, portanto, não era uma estratégia, era uma *manta de retalhos*. A vossa estratégia era uma *manta de retalhos*, desagregada, com medidas já implementadas e outras que não seriam para implementar.

Quanto aos índices da população residente em risco de pobreza ou exclusão social, Sra. Deputada Célia Pereira: 2018 tínhamos 36,5%; 2019 registou-se 36,7%; 2021 tínhamos 27,5% - isto são números oficiais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque é que saltou 2020?

O Orador: Eu vou-lhe dizer porque é que saltei 2020.

Mas há aqui um fator que é estrutural na pobreza, Sra. Deputada Célia Pereira, e que é da vossa inteira responsabilidade, que é a baixa qualificação dos açorianos, porque o que conta, sobretudo, é o rendimento dos açorianos e os açorianos têm baixos rendimentos e, por isso, é que são pobres, porque a

senhora e o seu Governo nunca apostaram no aumento do rendimento dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Dou-lhe um exemplo: “abandono escolar precoce”, era em 2016 de 70,5%...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma vergonha!

Deputada Joana Pombo (PS): Não, está errado!

O Orador: ... ou melhor (enganei-me), 70% da população não concluiu o ensino secundário nesse ano, baixa qualificação. Isto é que é a raiz do problema, a baixa qualificação dos açorianos é a raiz da pobreza, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, portanto, os senhores falharam redondamente na educação, na qualificação e na proteção dos mais desprotegidos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o que é que os senhores estão a fazer?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas eu vou-lhe dizer outra coisa, Sra. Deputada: nesses itens avaliados da estratégia da pobreza ou exclusão social que agora são novos vem, por exemplo, uma família sem capacidade para pagar uma semana de férias fora de casa por ano, sem possibilidade de substituição mobiliário usado e, portanto, tudo isto obviamente conta.

Deputado António Lima (BE): É assim há muito tempo!

O Orador: Os senhores deixaram isto tudo, mas, sobretudo, nos últimos 8 anos, em média, executou-se mais nestes 3 anos, do que nos anos anteriores, ou seja, 39 milhões de euros contra 35 milhões em 2013 e 34 milhões entre 2016 e 2020.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Em quê?!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso está muito confuso!

O Orador: Isto são os números, não é a percentagem, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada fala em baixa execução?

Oh Sra. Deputada, em 2013, os senhores executaram 91% do orçamento nessa área social.

Sabe quanto é que foi em dinheiro – que é o que conta? 36 milhões 124 mil 557 euros.

Em 2021, nós só tivemos 83% de execução, mas investimos 46 milhões de euros em dinheiro, ou seja, mais 10 milhões daquilo que os senhores investiram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, está explicado, Sra. Deputada!

Não tenho mais nada para lhe dizer!

Sr. Deputado José Pacheco, as inspetoras passaram de 23 para 29. Em relação à habitação, temos concluídas 24 habitações.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quais são as 24?

O Orador: Casas que nós construímos, Sr. Deputado José Pacheco, temos 24 construídas no Bairro de Nossa Senhora de Fátima; temos infraestruturas de loteamento de Sta. Clara para 22 moradias; infraestruturas em São Vicente Ferreira para 17 moradias previstas; e infraestruturas para a Maia para 12 moradias.

Já no Tribunal de Contas, temos 45 habitações: 5 loteamentos nos Ginetes...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pelo amor de Deus!

O Orador: ...nos Foros Solmar...

Deputado José Pacheco (PS): Foros Solmar está parado!

O Orador: São Brás na Praia da Vitória e prestes em São Roque.

O Sr. Deputado sabe – porque já fez uma - que para fazer uma casa, demora pelo menos 2 anos para projetos e isso tudo. Nós aqui aceleramos extraordinariamente.

Quanto ao Bloco de Esquerda, vou-lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado, deu-me uma brilhante ideia. Já respondi às perguntas que o senhor colocou, mas há uma que talvez eu vou contratar o Robles para consultor da habitação nos Açores, porque ele deve dar uma brilhante solução para a habitação aqui.

Deputado António Lima (BE): Se calhar teria mais resultado, porque consigo não vamos longe!

O Orador: O Robles vai dar um grande contributo quer para o alojamento local quer para a habitação nos Açores. Já agora, pergunte àqueles senhores, aos seus camaradas, qual é a proposta que têm na AR relativamente ao alojamento local?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E para terminar, porque o tempo vai andando, Sr. Deputado Carlos Furtado, eu acho muito bem vir aqui com um espírito de apresentar propostas, discutir se serão chumbadas e depois decidir.

Quanto às amas, Sr. Deputado, quando eu disse... deu logo um frenesim de que o Vice-Presidente era prepotente e arrogante...

Deputado Carlos Silva (PS): Então as amas não podem dizer nada!

O Orador: ... e mais não sei quê, todos os nomes *delicados* que me chamaram, eu vou-lhe dizer uma coisa: eu não tenho realmente tempo para isso, porque já estava em execução tudo o que já foi publicado no Despacho um dia destes. Toda a gente já percebeu que as amas agora vão 1260 euros, Sr. Deputado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): A recibo verde!

O Orador: E há um problema que o Governo da República criou às amas, de que aquela portaria viola o Código do Trabalho - é tão simples quanto isso e, portanto, não pode ser executada, é ilegal.

Eu relembro que elas recebiam uma ninharia para suplemento alimentar, cerca de 40 e poucos euros, e agora vão receber 89. E a ama vai passar ganhar 1260 euros, quando ganhava 765 euros com o Partido Socialista. Esta é que é a verdade. Mas estamos disponíveis para melhorar essa questão.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Pese embora as melhorias já efetuadas previstas no orçamento do ano passado, estamos disponíveis para melhorar esse assunto, desde que seja legal e exequível e também desde que as IPSS também queiram. Mas há também uma coisa muito engraçada que se nota, é que foram sempre as mesmas 15 (amas) e é preciso saber quem elas são, porque as outras 27 não apareceram a reivindicar nada.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Vai perseguir as amas agora?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Estamos a discutir o setor tutelado pelo Sr. Vice-Presidente e, portanto, é fundamental, na nossa perspetiva, colocar-lhe também algumas questões e fazer uma abordagem relativamente a um dos setores que tutela, ou seja, a habitação, porque, como sabem, a habitação é um setor central na nossa Região e para muitas famílias. Mas não posso deixar de dizer que quem ouviu a intervenção do Sr. Vice-Presidente ressaltam quatro questões que me parecem fundamentais.

Nós já sabíamos que este é um Governo alheado da realidade, tem dado provas disso ao longo dos últimos tempos.

(Risos do Vice-Presidente do Governo Regional)

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é a sua opinião!

O Orador: Também já sabemos, tendo em conta o histórico das últimas semanas, que o Governo anda num frenesim *prometório* sem limites, em busca de daí retirar dividendos político-partidários, tendo em conta aquilo que o calendário eleitoral pode promover. E ficámos a saber que o Governo é também chantagista, estando aqui, enfim, a criar um *papão* de chantagem sobre aquelas que são as medidas que constam no Orçamento, fazendo chantagem com os

partidos que, curiosamente, este Governo de coligação não conseguiu manter enquanto parceiros.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já decidiram como é que vão votar?

O Orador: E das duas uma: ou o Governo encontrou um poço de petróleo ou o Governo, sabendo de antemão o destino da votação dos documentos previsionais que aqui trás, começa a encher de medidas estes documentos, sabendo que não as conseguirá cumprir para, desta forma, enganar as açorianas e os açorianos com aquilo que está prometido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E também dizer-lhe o seguinte, Sr. Vice-Presidente: é preciso ter lata para vir aqui falar a interesses político-partidários...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Lata?!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando o senhor e o seu partido perdeu deputados, perdeu votos e fez uma coligação com 5 partidos para derrubar o Partido Socialista e impedir que o PS chegasse ao governo. Portanto, lições suas de ter em conta os interesses partidários, em vez do superior interesse da Região, o Partido Socialista, naturalmente, não aceita!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só se for o seu Partido Socialista!

O Orador: E, Sr. Vice-Presidente, o senhor já tem um histórico na área da habitação, porque é importante que nos entendamos. O senhor, daquela tribuna, tem dito que tem um *novo paradigma* na habitação na nossa Região.

Oh Sr. Vice-Presidente, a Vice-Presidência na área da habitação manteve *ipsis verbis* todos os programas de apoio à habitação do tempo dos governos do

Partido Socialista, não apresentou absolutamente nada de novo, manteve todos os programas!

Deputado José Ávila (PS): É verdade

Deputada Ana Luís (PS): Sim, senhor!

O Orador: E, pior do que isso, manteve-os e não os soube potenciar e executar. Digo-lhe, por exemplo, olhando para o relatório da execução financeira de 2023, dados do seu Governo, tendo em conta os dados de janeiro a setembro, na Ação “promoção, reabilitação e renovação habitacional”, os senhores executaram 39% - falemos de números, como o senhor gosta!. Em 10 milhões de euros, os senhores executaram 4 milhões de euros; na Ação “arrendamento acessível e cooperação”, os senhores executaram de 14 milhões executaram 50%, ou seja, 7 milhões de euros. Ora, isto está muito aquém daquele que é o seu *novo paradigma* que o senhor anunciou ali daquela tribuna. O senhor mantém as medidas, mas não as sabe aplicar, nem as sabe potenciar.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Tendo em conta também aquele que é o problema conjuntural que infelizmente as famílias açorianas apresentam, e a Sra. Deputada Vitória trouxe aqui dados que não correspondem à verdade, temos a questão do crédito CREDITHAB que é tantas e tantas vezes referido pelos senhores, tem uma execução de 30%, isto é, numa dotação de cerca de 1 milhão de euros, os senhores executaram 325 mil euros.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e

Administração Pública (Duarte Freitas): Está atrasado.

O Orador: Portanto, isto é muito pouco para um Governo que se diz arauto de um *novo paradigma* nos apoios à habitação.

Sr. Vice-Presidente, como é que nós podemos acreditar naquilo que o senhor agora promete para 2024, quando o seu histórico de execução é este?!

E o PRR, Sr. Vice-Presidente...?

Porque o senhor fala das casas que o Governo do PS não fez, mas 2012 e 2013 sobravam casas! Agora não há casas!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E o Partido Socialista não tinha um PRR para executar.

O Sr. Vice-Presidente devia ter chegado ali e pedido desculpa aos açorianos - aos amigos da Sra. Deputada Nídia Inácio - à *Joana* e ao *Rui*, que não têm acesso à habitação, que não conseguem ter acesso à habitação cuja execução do PRR na área da habitação é de 8%, Sr. Vice-Presidente.

É este o seu histórico e é esse o seu legado: o Sr. Vice-Presidente, na área da habitação, é o Secretário das *casas de papel*, porque em termos de obras físicas, infelizmente, não podemos vislumbrar nada senão placas com anúncios e mais anúncios, mas que espremidas, dão absolutamente... zero!

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Espere para ver!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não vais gostar do que vais ouvir!

Mas também já estás habituado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui no início da discussão que vai durar praticamente uma semana, e estamos aqui já desde as 3 da tarde – são agora 7 horas da noite - e o facto é que ficamos cada vez mais confusos, porque tudo o que o Partido Socialista diz que quer que aconteça, está de facto plasmado no Orçamento de 2024.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Partido Socialista e também o Bloco de Esquerda, pois a Sra. Deputada fez ali um elenco de reivindicações e de propostas que seriam do Bloco de Esquerda, mas basta ler o Orçamento para saber que está e nem sei se não foi de lá que tirou as propostas que ali apresentou.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O facto é que chegamos a este ponto do debate, no que diz respeito à habitação propriamente dita, e ouvimos o Partido Socialista chamar este Governo de *chantagista*.

Deputado Carlos Silva (PS): É factual!

A Oradora: Dizendo que a partir do momento em que começa a ser um arauto da desgraça, vai pôr os outros partidos contra a parede... ó Sr. Deputado Berto Messias, eu sei que o senhor estava muito ocupado a defender aqui o Governo todo, porque deixavam-no sempre sozinho nesta bancada, mas nesse ano, foi o Partido Socialista a moda da geringonça em Portugal - é bom que não se esqueça disto.

Deputada Alexandra Manes (BE): Quem recuperou feriados?

E foi bom!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Foi mal feito!

A Oradora: E, neste momento, quem fica confusa com a confusão do Partido Socialista sou eu, porque eu não sei, e ainda não percebi com que Partido Socialista é que estamos a falar. Se com o PS de Vasco Cordeiro que diz que aprovar um orçamento não é importante, se com o PS...

Deputada Alexandra Manes (BE): Quem recuperou feriados?

E foi bom!

Quem recuperou direitos foi a geringonça!

A Oradora: Eu não gosto de gritar como a senhora, Sra. Deputada Alexandra Manes, por isso, por favor...

Deputada Alexandra Manes (BE): Os apartes são regimentais! Vai levar para trás!

A Oradora: Não se percebe, por isso, com quem estamos a falar.

Se com o Partido Socialista de Vasco Cordeiro que diz que este Orçamento não serve à Região e, portanto, tem que ser chumbado, se com o Partido Socialista da família César que na República diz que aprovar um orçamento é muito importante para o País.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Porque há dois Partidos Socialistas hoje. E, portanto, aconselhávamos os dois partidos a entenderem-se e a terem um discurso coerente.

Hoje importa, sim, que os açorianos percebam o que se passa em matéria de habitação nos Açores.

Este Governo está em funções há 3 anos e, como disse o Sr. Deputado Berto Messias, havia alguns programas ou algumas obras identificadas pelo Partido Socialista para serem feitas.

Sr. Deputado, este Governo é muito diferente do Partido Socialista, não deita abaixo só por deitar abaixo, só porque é de uma cor diferente. O que é bom é para manter e continuar e foi sempre assim, a política deste Governo.

Deputada Ana Luís (PS): As soluções têm que ser diferentes!

A Oradora: E o que está mal, de facto altera-se.

O problema em matéria de habitação é que não havia nem nada para continuar nem nada para alterar por esta Região fora...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Havia, havia! 60 milhões no PRR!

A Oradora: ... porque o Partido Socialista, a única coisa que nos deixou, foram anúncios atrás de anúncios. E eu vou dar um exemplo:

Estávamos em Vila Franca do Campo em julho de 2020, quando a Sra. Deputada Andreia Cardoso, então Secretária da Solidariedade Social, no cimo do edifício dos Foros Solmar, disse que a obra começava em agosto e a Região nem era proprietária ainda do edifício. É este exemplo que serve para todo o resto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E depois realmente chegamos aqui e ouvimos o Partido Socialista dizer que este Governo vive de propaganda, eu por acaso dei-me ao trabalho de ir buscar a célebre placa do Sr. Deputado José Contente que está aqui, não sei se se recorda.

Deputado Carlos Silva (PS): A Região já é proprietária do terreno? Ainda não é, Sra. Secretária!

A Oradora: Está aqui escrito: “Governo dos Açores, Aldeamento de Nossa Senhora das Candeias”. Foi colocada lá em 2008 e foi este Governo que além de ter que fazer o registo daquilo que dizia na placa, teve que pôr a obra andar, porque não existia absolutamente nada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, sobre propaganda também estamos conversados!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O facto é que, e para que os açorianos percebam... ah mas há uma coisa que já me esquecendo: é inadmissível, no meu entender, que o Partido Socialista diga que na crise de 2012 *sobravam casas!*

Como é que se diz isso às famílias que procuravam uma casa numa das mais difíceis crises que o país atravessou e que não tinham acesso a uma casa?!

Vice-Presidente do Governo: Não tinham, porque era proibido!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sobravam casas?!

A Oradora: Mas, por outro lado, de facto, o que existia e que este Governo também está a mudar, eram 13 e 14 pessoas num T2 sem identificação bem feita pelo Partido Socialista para que, de facto, lhes fosse dada dignidade e condições para morarem como deve ser!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, para que os açorianos percebam, durante 3 anos, este Governo teve que começar no que diz respeito à habitação, do zero.

Deputado João Vasco Costa (PS): Falso! E Sta. Maria?!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Zero! Zero!

Santa Maria, é quando a Câmara autorizar!

A Oradora: Adquirindo o que era para adquirir, projetando o que era para projetar e, mais importante do que tudo isto, sujeitando os projetos aos vistos do Tribunal de Contas, coisa que nunca foi uma preocupação do Partido Socialista que é cumprir a lei.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Para Sempre me calarei, nem a partes responderei.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é uma boa notícia!

O Orador: Obrigado, Sr. Deputado Barata!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dado que a Sra. Deputada Sabrina já respondeu a todas as questões, eu vou só dar dois ou três dados.

Em relação ao programa de autoconstrução, respondendo ao Sr. Deputado Pacheco – que não está - o valor da média anual deste Governo, nestes 3 anos, é o dobro da média anual dos governos de Vasco Cordeiro.

O valor da média anual relativamente à aquisição de habitação, é o dobro dos governos de Vasco Cordeiro. É o dobro em apenas três anos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tomara que não fosse, com os preços que estão a ser praticados, quer dizer... qual é a novidade?!

O Orador: Quanto à execução do PRR, e quanto a *lata*, ó Sr. Deputado Berto Messias, *lata* é deixar ao abandono 400 habitações serem vandalizadas no Bairro Beira Mar e no Bairro Nascer do Sol que foram entregues a V. Exas. e que hoje são precisos milhões de euros para os reabilitar, por vossa culpa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Lá podiam estar 450 famílias terceirenses. Não estão, porque os senhores abandonaram aquilo ao vandalismo totalmente! E hoje é preciso milhões de euros para recuperar aquelas casas que foram totalmente abandonadas pelo vosso Governo, por um preito que nunca existiu, uma vergonha autêntica para os terceirenses, para a Terceira e para os açorianos, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sabe que não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso é que devia envergonhar o seu Governo, e o senhor particularmente, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que devia ter vergonha do que deixou fazer nos bairros dos americanos, o seu Governo!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Para terminar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não se fizeram mais casas, porque o senhor não quis que fizessem casas nos Açores!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não quis?!

O Orador: O senhor não quis que se fizessem casas nos Açores!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pronto, *eu não quis*.

O Orador: *Sobravam casas*, Sr. Deputado Roberto Messias?!

No tempo que me resta, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vou ler uma orientação sua, a n.º 6/2012, enquanto Presidente do Governo:

“No âmbito da execução dos orçamentos e dos planos regionais, determino com eficácia imediata...” – isto é de 27 de novembro de 2012 – “... é vedada à Administração Autónoma, direta e indireta e ao setor empresarial regional, pelo prazo de 3 anos, a construção de raiz de novos empreendimentos, quer sejam destinados a satisfazer a política de apoio de habitação social, quer sejam destinados à realização da política de equipamentos coletivos”.

Esta é uma orientação do seu Governo.

O senhor proibiu de fazer casas.

O último ponto diz assim:

“As exceções no ponto anterior, devem ser devidamente comprovadas e justificadas junto da Presidência do Governo...”, não é do Governo que o senhor não considerava, era do senhor e da sua Presidência do Governo!

Isto define bem que o senhor proibiu fazer casas nos Açores, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

Por isso é que elas faltaram!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu não tenho mais nada a dizer aos açorianos, senão pedir-lhes desculpa em nome do Governo, que é uma instituição, por aquele Governo do Partido Socialista ter vedado a construção de casas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é muito mau!

Deputada Ana Luís (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Está aqui, Sra. Deputada, a culpa não é minha e acabou a conversa! Não tenho mais nada a dizer sobre habitação!

Os açorianos sabem porque é que não se fizeram casas, porque é que ficaram ao abandono Sta. Maria, a Terra Chã na Terceira e o bairro dos americanos, o Bairro Beira Mar.

É verdadeiramente lamentável o que os senhores fizeram, verdadeiramente **lamentável!**

Deputada Ana Luís (PS): Sabe quantas casas foram atribuídas?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Zero casas foram construídas neste ano! Zero!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para uma interpelação ou para uma intervenção?

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo:

O *truque* que o senhor julga que fez agora perante esta Câmara e perante e perante as câmaras de televisão...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aí está uma bela defesa da honra!

O Orador: ...se quem lhe passou esse *papelinho*, tiver o cuidado de ir ver a comunicação social desse período, verá que isso que o senhor agora quis apresentar como uma *grande descoberta*, foi profundamente divulgado na altura. E sabe porquê?

Porque é fácil ajuizar essa orientação numa altura em que nós temos as cidades, e muitos e muitos imóveis por todos os Açores, recuperados para efeitos de turismo e de alojamento local.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O que o senhor não faz e que devia fazer, e que retira todo o contexto àquilo que disse, é ver o que se passava em 2012 e em 2013. E, portanto, Sr. Vice-Presidente do Governo, truques desses eu já os vi, confesso que não os esperava de si, mas pronto, vamos descobrindo isso.

Deputada Ana Luís (PS): Exatamente!

O Orador: Agora, esse suposto truque, não, porque a orientação foi dada e foi assinada por mim.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas então qual foi a ofensa?!

O Orador: Da mesma forma que foi assinada por mim uma orientação que dizia que se devia privilegiar os materiais endógenos da Região; da mesma forma que foi assinado e foram dadas orientações para se privilegiar a recuperação do já construído em vez de se construir novas edificações. E sou censurado hoje, 10 anos depois, com tudo aquilo que aconteceu, com o argumento de que “o senhor não quis fazer habitação”.

Não, Sr. Vice-Presidente, é mentira!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas não fez!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É inexistente!

O Orador: E a mentira é sua!

E lamento muito que o senhor tenha entrado por esse caminho, porque eu posso ter cometido muitos erros como Presidente do Governo e como Secretário – todos nós cometemos! – mas esse de,

Premeditadamente, ter dito e querer agora vender a minha atuação perante os açorianos, como “o senhor não quis que os açorianos tivessem casa”, é pura e simplesmente uma atitude miserável! Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eh que é isso?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pode dizer que não faz sentido, não pode é dizer que não se fez casas para os açorianos!

Presidente: Para dar explicações tem a palavra Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, eu não ponho em causa que V. Exa. tenha dado a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas eu não percebo onde é que ofendi a sua honra.

Deputada Ana Luis (PS): Porque induziu em erro.

O Orador: A ofensa da honra foi o senhor que acaba de me insultar miseravelmente.

O senhor perdeu a razão, perdeu o tino e insulta, parte para o insulto barato, baixo, chamando-me de *mentiroso* e de *miserável!*

Foi isso que o senhor acabou de fazer, mas eu não vou descer ao seu nível para pedir a defesa da honra.

Mas o seu nível já está muito baixo, porque o senhor foi Presidente deste Governo...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Desse Governo não!

O Orador: ... do Governo e devia estar um bocadinho acima de alguma linguagem das sete vezes que chamou mentiroso este Governo e mais sete vezes o insultou.

O senhor foi mais baixo do que aquilo que eu um dia julguei que o senhor podia ir!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nisso eu não posso competir consigo!

O Orador: Consegue, consegue.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, o senhor leva vantagem!

O Orador: Consegue e em mais outras coisas que um dia também lhe hei-de dizer fora deste Parlamento, mas lá chegará o tempo!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Diga aqui!

O Orador: O senhor competir comigo, compete nisto:

Eu li um documento, Sr. Presidente, um documento que diz “é vedada”, *vedar* quer dizer não construir...

Deputada Ana Luís (PS): O senhor nem conhecia a realidade dos Açores!

O Orador: ... por ordem do Senhor Presidente do Governo.

Eu não percebo, sinceramente, em que é que eu pus a honra em causa para ser insultado de miserável!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A atitude foi!

O Orador: O Senhor que foi Presidente do Governo, acaba de chamar a um membro do Governo, ao Vice-Presidente do Governo, *miserável!*

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O seu comportamento, a sua atitude é que foi miserável.

O Orador: Não. Conheço-o há muito tempo e sei bem a sua dialética de ... advogado não, mas talvez de político, diria eu, porque *miserável* foi o que toda esta Câmara ouviu e foi o que os açorianos ouviram em casa.

O senhor chamou-me *miserável* por eu ter dito a verdade!

O senhor chamou-me *mentiroso* por eu ter dito a verdade!

E vou fazer publicar este documento, eu vou pagar, para publicar nos jornais!

Deputadas Ana Luís e Andreia Cardoso (PS): Faça!

Deputada Ana Luís (PS): Esteja à vontade! Os açorianos sabem bem.

O Orador: Senhor Presidente, vou entregá-lo à Mesa para ser distribuído.

Não vou fazer uma placa para ela durar 20 anos, agora *miserável*, o senhor não me chama, porque eu não lhe reconheço nem estatuto, nem autoridade para isso!!

Não lhe reconheço!!

O senhor tenha, no mínimo, decoro!!

O senhor é ex-Presidente do Governo, é Presidente do Grupo Parlamentar, é Presidente do Comité das Regiões e não honra os lugares que ocupa com esse comportamento que teve aqui dentro!!

O senhor não honra nem tem estatuto para ocupar os lugares que ocupa!!

Ocupou-os, porque sempre lhos deram, mas não por mérito!!

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Menos Sr. Vice-Presidente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, eu alerto-vos para a linguagem que todos utilizamos, não estou a sublinhar ninguém.

Estamos a iniciar um debate, ainda temos pela frente de mais de três dias de trabalho e, portanto, convém que mantenhamos a dignidade deste Parlamento, que mantenhamos a urbanidade entre nós e o respeito, para que possamos efetivamente chegar a bom porto com este debate.

Vamos avançar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Eu vou apenas falar sobre a habitação, tenho pouco tempo e vou ter que o dividir por quase todas as Secretarias.

Falo apenas da habitação, porque todos sabemos – e basta verificar o PRR – temos 828 habitações que temos que construir ou reabilitar. E, à partida, se formos ao site dos fundos europeus dos Açores - convido todos os açorianos a visitar, porque tem um *layout* bem aprazível - vemos que só 24 construções é que foram feitas. De resto, temos a iniciação de várias empreitadas que poderão chegar às 90, mas mesmo assim, estamos a falar daquilo que foi realizado, não do início da empreitada, mas executado, temos apenas 8% dos 92% que faltam em 2 anos.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Sim, sim.

O Orador: E tendo em conta que a partir de 31 de dezembro de 2025 acabou para todos, eu pergunto como é que vamos conseguir construir ou reabilitar em dois anos quase 800 casas que ainda faltam, tendo em conta que temos grande falta de recursos humanos na construção civil?

O que é que o Governo irá fazer ou que soluções é que irá ter, para que consiga executar não a 100%, mas quase a 100%, aquilo que é o maior flagelo, neste momento e neste ano? Sendo que para o ano vai ser ainda maior, ou seja, o parque habitacional dos Açores?

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Ainda não é o senhor que decide quando é que se acaba a conversa.

Está ali o Senhor Presidente da Assembleia que é quem tem a função de dirigir os trabalhos.

O Sr. Vice-Presidente, de facto, tem sido muito lesto, ao longo das últimas semanas, a tentar reescrever a história na área da habitação. É isso que o senhor tem feito, porque ninguém no seu perfeito juízo pode pôr em causa aquele que foi o trabalho ao longo de muitos anos do Partido Socialista na habitação na nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Basta andar pelas nossas ilhas para perceber também a forma como em termos de políticas públicas de apoio à habitação, foi conferida dignidade a largas e largas centenas de famílias na nossa Região, para que isso seja uma evidência.

Sr. Vice-Presidente, de facto, é miserável.

A execução do PRR deste Governo na área da habitação, é miserável.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não é verdade!

O Orador: Nós estamos a falar de 8%, conforme nos diz a Comissão de Acompanhamento.

Deputado Gustavo Alves (PPM): E a conjuntura? E a construção civil?

O Orador: O Sr. Vice-Presidente está a falar ao telefone a dar instruções à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, mas eu tinha muito gosto em que me pudesse ouvir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é isto?

O Orador: O senhor é responsável por uma execução de 8% no Plano de Recuperação e Resiliência na área da habitação.

O senhor é responsável por execuções baixíssimas naquelas que são as medidas e as ações do Plano de Investimentos de apoio à habitação na nossa Região entre janeiro e setembro.

Como é que nós podemos acreditar naquilo que o senhor anuncia para 2024?!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sempre em cima das empresas de construção civil!

O Orador: É impossível. Não é o PS que o diz, é a Comissão de Acompanhamento da Execução do PRR na nossa Região e o Conselho Económico e Social.

Deputada Joana Pombo (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente vai ficar responsável pela perda duma oportunidade histórica, porque tem à sua disposição o maior pacote financeiro de que há memória nesta Região para a habitação...

Deputado Gustavo Alves (PPM): E a conjuntura?

O Orador: ... e tem uma execução miserável de 8% que fica muito aquém daquilo que as açorianas e os açorianos precisam nesta área.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E é por isso, Sr. Vice-Presidente, que fica aqui também um apelo, porque se nós quisermos discutir a área da habitação com seriedade, obviamente sabemos que não podemos comparar o que era o contexto do mercado habitacional na nossa Região em 2011, 2012 e 2013, fruto também da crise do supprime em 2008, das execuções dos acordos com o antigo INH, seguindo-se o IHRU, portanto, o senhor tutela a habitação na nossa Região e tem a obrigação de fazer uma discussão séria sobre estas matérias.

Volto a dizer: o senhor é responsável por baixíssimas execuções na área da habitação na nossa Região, quer do ponto de vista estrutural naquelas que são as ações do Plano, quer do ponto de vista conjuntural naquilo que tem que ver com o PRR e nos pouquíssimos apoios concedidos no âmbito dos apoios ao

pagamento de prestações mensais das famílias açorianas, naquilo que tem que ver com o CREDITHAB.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E, Sr. Vice-Presidente, fica infelizmente muito aquém daquilo que se exigiria que o Governo fizesse nesta fase, porque aquilo que o Governo nos apresenta em termos de habitação até agora são... *casas de papel*.

Devo também dizer o seguinte, já que o senhor gosta muito de falar da *herança*: o senhor falou da questão do bairro da junto à Base das Lajes, falou de São Brás e da Terra Chã, mas o senhor está a continuar os processos que a tal *herança* lhe deixou.

Vice-Presidente do Governo Regional: Não, não. Estavam todos parados!

O Orador: Está, está. Não está a começar de novo, não está a refazer, o senhor inaugurou aquilo que o PS lhe deixou, mantém os programas que o PS lhe deixou e está a continuar os processos que o PS lhe deixou.

Infelizmente, fica claro que a cópia é bem pior que o original!

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo e Membros do Governo:

Faço esta interpelação, Senhor Presidente, na sequência da sua última intervenção em relação à ordem de trabalhos e à forma como está a decorrer a discussão.

Eu tenho visto que quer a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro quer agora a intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, são absolutamente desadequadas do ponto de vista da civilidade que se deve ter neste Parlamento.

Deputada Ana Luís (PS): Sim, porque o senhor já tem muita experiência nesses *problemas!*

O Orador: E vejo, Sr. Presidente, que também se deixou passar – e eu acho que é a partir daí que as coisas começam a ficar mal, de acordo com a minha experiência - que o Sr. Deputado Berto Messias dirigisse-se sempre ao Sr. Vice-Presidente, como “o senhor”. Eu considero que é importante que se mantenha o grau de civilidade exigido nesta Casa que é “Senhor Vice-Presidente, Senhor Deputado” e que se use a palavra e o tratamento que nesta Assembleia sempre se utilizou, porque a partir daí é que começa tudo quando se perde um mínimo de civilidade que se deve ter nesta Casa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): É verdade, tem toda a razão. O senhor sabe bem do que é que fala!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias para uma interpelação.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós já percebemos que temos aqui alguns protagonistas da Coligação que estão a tentar criar incidentes logo no primeiro dia de trabalhos.

Tendo em conta esta interpelação sobre a condução dos trabalhos, Senhor Presidente, eu quero referir para que conste no Diário das Sessões, dado que fui visado pela interpelação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que em nenhum momento eu considero que tenha sido minimamente desrespeitoso para com o Sr. Vice-Presidente ou qualquer Membro do Governo.

Iniciei as minhas palavras com os termos regimentais e julgo que chamar “senhor” ao Sr. Vice-Presidente não é minimamente ofensivo. E, portanto, deixemo-nos de tentativas de criação de incidentes e vamos debater o futuro dos Açores que é para isso que aqui estamos.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É “Senhor Vice-Presidente”!

“Senhor Vice-Presidente” é o que o senhor deve dizer!

Deputado Carlos Silva (PS): Que sensibilidade que vai aí!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(* **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Berto Messias lançou-nos aqui um desafio para discutirmos a habitação com seriedade. Pronto, Sr. Deputado, eu aceito o desafio e então vamos à seriedade.

Ilha Terceira - bairro da Terra Chã 2023: os proprietários das casas ainda não são donos dos terrenos, havia uma empresa (SPRHI), não sei se é do seu conhecimento ou se conhecia algum administrador dessa empresa.

Deputada Ana Luís (PS): Já cá faltava!

O Orador: E, portanto, ainda hoje os donos das casas não são donos dos terrenos.

Relativamente à execução do PRR que o senhor acha que é muito baixa (8%), sabe qual é a execução do Governo, do seu camarada António Costa para habitação? 1,2%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quanto?!

O Orador: E portanto, Sr. Deputado, V. Exa. diz que o Governo já devia ter feito muito. Mas nós já percebemos que no tempo do Partido Socialista atropelavam-se as regras, atropelavam-se as leis. É a isso que V. Exa. está habituado e, portanto, o que queria era que se fizesse tábua rasa das leis, tal como faziam no vosso tempo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas já foi aqui explicado até à exaustão que há processos que demoram e há vários empreendimentos.

V. Exa. falou aí na *herança* do Partido Socialista, essa herança de que você fala sabe o que é?

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é ofensivo!

O Orador: Ah não, eu também tenho direito!

Deputado Berto Messias (PS): *Você?!*

Sr. Deputado, pode me tratar por tu, não há problema.

O Orador: A herança de que V. Exa. fala, são promessas atrás de promessas em campanha eleitoral, de vários empreendimentos que iriam arrancar a seguir às eleições, empreendimentos esses, que foram lançados em 2008, era o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Membro do Governo, depois disso foi Presidente do Governo por 8 anos e nada fez nesses empreendimentos.

O que nós temos agora é este Governo a andar com os processos para a frente, já avançou com os projetos, estão agora em fase de visto no Tribunal de Contas

– uma coisa que talvez os senhores já tenham ouvido falar - não sei se vos é familiar, porque as vossas contas nunca tiveram um parecer favorável do Tribunal de Contas, porque não cumpriam as regras.

Deputado Berto Messias (PS): Sim... sim... *casas de papel*.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Berto Messias, é de seriedade quer falar?

É que também do cumprimento das regras faz parte a seriedade.

O que V. Exa. Excelência deixou - porque começou a sua vida política profissional como chefe de gabinete do Presidente da Câmara da Praia da Vitória, em 2005...

Deputado Berto Messias (PS): Já cá faltava!

O Orador: ... o que V. Exa e os seus camaradas da Praia da Vitória, deixaram foi um Concelho falido, deixaram aqueles bairros abandonados à pilhagem.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é mentira!

O Orador: V. Exas. nem sequer ligaram os esgotos, a água ou a eletricidade. Está tudo sendo feito agora por este Governo e pela atual Câmara Municipal.

Deputado Berto Messias (PS): *Jesus Christ...!*

O Orador: Tudo demora o seu tempo, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, o que nós temos é um rasto de pobreza como herança do Partido Socialista e o Concelho da Praia da Vitória é um grande exemplo disso. Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Seja sério, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Senhor Presidente, é para um protesto.

Presidente: Faça o favor de fundamentar.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, nós estamos a iniciar uma semana longa, certamente do ponto de vista político-partidário muito efervescente, todos nós naturalmente temos as nossas posições...

Presidente: Sr. Deputado, quais foram as palavras que motivaram o seu protesto?

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, as palavras do Sr. Deputado Pedro Pinto quando refere que o PS só atropelava as leis e as regras.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, já percebemos que além de dalgumas tentativas de criar aqui incidentes e ruídos que interessam pouco, não posso permitir, em nome do Partido Socialista e desta bancada, que se possa fazer este tipo de afirmações, porque elas não correspondem de todo à verdade.

Como todos sabem, as políticas públicas regionais, seja na área da habitação seja em que área for, tem um fortíssimo escrutínio das entidades competentes. E, portanto, podem criticar a forma como os procedimentos avançaram ou não avançaram, se avançaram depressa ou devagar, deviam ter ido mais à frente, deviam ter ido mais atrás.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Agora não é aceitável numa sociedade democrática como a nossa, que se alie a tentativa de reescrever a história a estes ataques que são falsos, levianos e com os quais não podemos compactuar.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Não é aceitável que se diga que no tempo do PS se atropelavam as regras e as leis, porque isso pura e simplesmente não corresponde à verdade. E cá estaremos sempre para sinalizar em protesto essa afirmação falsa e mentirosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para um contra protesto tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu cingi a minha intervenção à ilha Terceira, mas o Sr. Deputado Berto Messias sentiu-se muito ofendido com a referência que eu fiz ao atropelo das regras, à violação das leis.

Sr. Deputado, a SPRHI deixou um rasto de ilegalidade.

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é que o senhor não reabilita agora as casas da Região?

O Orador: Aqui nesta ilha do Faial, há imensas casas, cujos proprietários estão passando por um calvário para as legalizarem, porque não são donos do terreno.

Deputado Berto Messias (PS): Não me obrigue a protestar outra vez!

O Orador: Tal como no Bairro da Terra Chã, no Bairro de Nossa Senhora de Fátima, que foi este Governo que legalizou e agora, finalmente as famílias conseguem ser proprietárias daquelas casas. Ou seja, V. Exa. sabe perfeitamente que isso é assim. Durante 24 anos conseguiram abafar e esse é o

vosso problema. O vosso problema é que os assuntos estão a vir ao de cima e é isso que vos incomoda.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh, sim!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E é mais um dos motivos pelos quais o Partido Socialista quer desesperadamente deitar este Governo abaixo!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não está em causa o Orçamento. Está em causa interesses político-partidários e eleitorais.

Deputada Joana Pombo (PS): Oh, senhor!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, exemplos sobre atropelo de regras e ilegalidades são mais que muitos. E, Sr. Deputado Berto Messias, V. Exa. pediu um debate honesto e eu expus aquela que é a verdade, verdade essa que para V. Exa. é inconveniente.

Temos pena!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma intervenção, Senhor Presidente.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Srs. Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente dizer que em relação ao debate, eu só quero aqui referenciar que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, disse na sua

intervenção 7 vezes a palavra **mentira**, 7 vezes a palavra **ameaça**, 7 vezes a palavra **chantagem**, 2 vezes a palavra **falsidade**, etc, etc.

Portanto, isto mostra bem quem é que quer provocar incidentes e que tipo de vocabulário é que está a ser utilizado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Em segundo lugar, quero aqui dizer que 71 casas, repito, 71 casas foi aquilo que foi construído em 8 anos de Governo do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade! Este Governo fez zero!

O Orador: Não tem legitimidade para vir aqui falar na habitação quem em 8 anos faz 71 casas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Em terceiro lugar, esta indicação é um erro que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem de admitir, porque a indicação que diz que deu no sentido de não se construir, estava errada, porque o que se verificou é que essas casas são uma necessidade. E os governos não estão aqui para fazer os problemas que já chegaram e que não se e que não se respondeu!

Os governos estão para antecipar os problemas, resolvê-los e evitar que a sociedade seja confrontada com eles!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que voltar a intervir, depois desta intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que é, enfim...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Daqui já não leva mais nada!

O Orador: ... rápida e que tem tenta descontextualizar o debate que tivemos aqui até agora, porque grita 71 casas e eu agora poderia gritar **zero casas**, são as casas que este Governo fez.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Zero, bola!

O Orador: Com uma grande diferença: Este Governo tem à sua disposição o maior envelope financeiro da história da autonomia democrática para investir em habitação...

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

Deputado Gustavo Alves (PPM): E as pessoas para trabalhar?

O Orador: ... ao contrário daquilo que o Governo Regional (anterior) que tinha que era através do orçamento regional e com as parcerias do Instituto Nacional de Habitação, que são factos muito diferentes.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

(*) Deputada Sandra Dias Faria (PS): Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar que este debate não frisasse aquela que é uma das áreas sob alçada do Senhor Vice-Presidente, a investigação científica - ciência nos Açores.

A investigação científica e o conhecimento apresentam-se como pilares de desenvolvimento de uma sociedade progressista, mais competitiva, mais sustentável e inovadora. A ciência é reconhecida como uma das forças motrizes para o avanço tecnológico, a inovação e o fortalecimento da economia.

Nas últimas décadas pela mão dos governos socialistas na Região, criaram-se instituições com pessoas de várias áreas do conhecimento, criaram-se condições para que os Açores pudessem atrair e fixar massa crítica.

Estas instituições demonstraram ser capazes de competir lá fora, lado a lado, com equipas de investigação de renome internacional. Definiu-se uma estratégia em setores de atividade inovadores, capazes de alavancar os retenção dos jovens açorianos e a atração de talentos para a nossa Região. No entanto, por detrás da inércia deste Governo, esconde-se uma realidade preocupante, a inovação deste Governo no que concerne a políticas públicas na área da ciência, está ao nível zero ou desinvestimento é alarmante. Limitaram-se, em alguns casos, apenas a concluir o que vinha de trás e, noutros casos, destruiu-se o que existia.

Veja-se, por exemplo, o caso da área do espaço ou a ausência de concursos para projetos de I&D ou de bolsas de doutoramento em áreas estratégicas, ou ainda o

caso da SDEA, onde se desmantelou a rede de promoção do desenvolvimento empresarial dos Açores, com áreas de atuação ligadas à ciência, com a potenciação da transferência de conhecimento, requisito indispensável à incorporação de inovação tão necessária à valorização dos produtos açorianos. Este Governo não só não inovou, como travou a estratégia implementada pelos anteriores governos. Não era aquele o caminho, então imponha-se a definição de novas áreas de aposta ou pelo menos de novas formas de potenciar o desenvolvimento I&D.

Mas não. Sem qualquer visão, rasgo de inovação ou adequação a uma realidade que entretanto, se alterou drasticamente. Hoje, os investigadores açorianos não sabem para onde vai a ciência na nossa Região.

O programa Açores 2030 já vai a meio do seu prazo de execução e ainda não se conhecem com clareza as linhas orientadoras para a investigação, nem quaisquer concursos ou avisos.

A política em ciência deve ser realizada de forma sustentável e com visão de longo prazo. Deixar terminar projetos de investigação sem que os investigadores possam sequer planear a sua continuidade, é colocar em causa o trabalho realizado, é hipotecar o nosso futuro.

O atraso no programa Açores 2030, resulta num vazio temporal que coloca em causa a continuidade de linhas de investigação estratégicas, a retenção de recursos humanos altamente

especializados e o desenvolvimento da Região.

Este Governo vive preso ao passado para desculpar o presente. No presente, pouco mais faz do que inaugurar ideias, ganhar tempo com encomenda de estudos e remeter a ação para o futuro que há-de chegar. Até lá, vivemos em suspenso com a promessa de que o tão apregoado mundo novo chega em 2024. Mas qual a credibilidade deste Governo que durante 3 anos demonstrou ser

incompetente para criar um rumo para os Açores, para executar o que propôs?
Nenhuma.

A proposta de Plano e Orçamento para 2024 até poderia ser um documento, mas não para os Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E é um bom documento!

A Oradora: Os desafios que a nossa Região enfrenta, não encontram resposta nestes documentos e a ambição de fazer tudo agora não será com este Governo com certeza. Se fossem capazes, que já o teriam feito.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(* Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi aqui referido várias vezes aquelas que foram as medidas e os apoios e o património do Partido Socialista no domínio da habitação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou a falta dele!

O Orador: Eu gostaria só de partilhar com a câmara, porque me parece que é importante para quem nos ouve para esclarecimento deste debate, que eu tenho apenas os dados entre 2013 e 2020.

Entre 2013 e 2020, foram atribuídos cerca de 118 milhões de euros em apoios que diretamente ou através da celebração de parcerias, permitirão melhorar as condições de vida de cerca de 9 mil açorianos em termos de habitação.

Esses apoios foram distribuídos da seguinte forma:

- Apoios à construção de habitação foram 795 mil euros;

- Apoios à aquisição de habitação foram 609 mil euros;
- Apoios à aquisição e construção de realojamento, renda apoiada e renda social, foram 46 milhões 953 mil euros;
- Apoios ao arrendamento e subarrendamento foram 12 milhões de euros.
- No incentivo ao arrendamento foram despendidos e apoiados 17 milhões de euros;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a construção de habitação?

O Orador: Na recuperação do parque habitacional social da Região foram despendidos 9 milhões de euros;

- No apoio às térmitas foram despendidos 1.3 milhões de euros;
- Na recuperação de habitação de particulares 23 milhões de euros;
- Na recuperação de habitação, incluindo protocolos e apoio a famílias, 5 milhões 514 mil euros.

Por ilhas, entre 2013 e 2020, foram atribuídos pelos governos do Partido Socialista nesse período, na ilha do Corvo 225 mil euros; na ilha do Faial 15 milhões e 900 mil euros; na ilha das Flores 1 milhão 620 mil euros; na ilha Graciosa 2 milhões 774 mil euros; na ilha do Pico 8 milhões 381 mil euros; na ilha de Sta. Maria 1 milhão 899 mil euros; na ilha de S. Jorge 5 milhões 473 mil euros; na ilha de S. Miguel 53 milhões de euros e na ilha Terceira 27.8 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora diga lá quanto por freguesia?

O Orador: Termine, como iniciei: nos governos do Partido Socialista, entre 2012 e 2020, foram investidos 118 milhões de euros que beneficiaram mais de 9 mil açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Srs. Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Berto Messias pediu-me números, eu vou lhos dar.

Deputado Berto Messias (PS): Eu não lhe pedi nada!

O Orador: Os seus números são 71 casas em 8 anos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

O Orador: Os nossos números, até ao final desta Legislatura, são 134 casas.

Deputada Ana Luís (PS): Quantas até agora?

O Orador: E é falso que não se tenha casas construídas. Até ao final, com os mesmos 8 anos, vamos ter 301 casas.

Deputada Ana Luís (PS): Quantas estão feitas?

O Orador: Em comparação com as suas 71 casas.

Mais do que isso, vamos ter 527 reabilitações.

Eu percebo que não se pode comparar o incomparável. Os senhores não fizeram nada, nós propomo-nos fazer muito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isso é a Coligação das Casas de Papel.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN)**: Obrigado Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente, não respondeu à única pergunta que eu fiz.

Sei que está a gerir bem o relógio do Governo, mas eu também estou a gerir o meu. E sei que a pergunta que fiz merece resposta para que os açorianos saibam à partida, e falo não da falta de execução relativamente à habitação ou ao nosso parque

habitacional, mas sim à falta de recursos humanos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mas estão a crescer!

O Orador: Não sou eu que digo, é a associação de construção civil que diz que tem grande falta de recursos humanos.

Como é que nós vamos conseguir executar 800 casas tanto para a construção como para a reabilitação?

Obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): É fácil, faça como o Sr. Secretário Ventura, vai ao futuro vê como é e volta para trás!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima)**: Muito rapidamente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda outro dia estive reunido com empresários da construção civil, que me dizem que têm o problema da falta de mão-de-obra, que estão a qualificar e que têm a esperança de conseguir realizar isso. Mas é fundamental que tenhamos o Plano e Orçamento aprovados para também termos verbas para acorrer às coisas. É tão simples quanto isso.

Quanto aos anúncios, devo dizer que como o Sr. Deputado, sabe, tivemos que legalizar os loteamentos...

Deputado Carlos Silva (PS): Para pagar as faturas, não é preciso o orçamento, basta autorizar o pagamento!

O Orador: ... as infraestruturas e isso demorou cerca de dois anos, entre processos de especialidade, licenciamentos camarários, etc. levou 2 anos e alguma coisa. Atrasou sim senhor o lançamento, devido à herança toda que trouxemos.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): O que seria de vós sem a herança do Governo do PS na habitação?!

O Orador: A falta de mão-de-obra é de facto um problema na construção civil, concordo consigo. Vamos fazer o melhor que é o que estamos a fazer. E para isso, precisamos dos instrumentos orçamentais. É só isso que eu tenho para lhe dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Srs. Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Berto Messias:

Pede números e eu tenho mais um número para lhe dar. É que na área da habitação, a execução na Região Autónoma dos Açores é 8 vezes superior à execução do Governo da República.

Deputadas Ana Luís e Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade!

O Orador: Dificuldades há sim, mas aqui vai mais um número para si: tínhamos 8 mil trabalhadores na construção civil no início desta Legislatura e no final da mesma vamos atingir quase 12 mil trabalhadores.

É por isso que os senhores querem acabar com este Governo, porque estamos em velocidade de cruzeiro a resolver muitos problemas que os senhores nos deixaram e não conseguiram resolver!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, pergunto se há alguma inscrição para intervenção de tribuna?

Parece que também não há.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra, creio eu, para uma interpelação?

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim Senhor Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 28 minutos.

Presidente: É regimental e está concedido.

Atendendo o nosso horário, vamos interromper os trabalhos por hoje. Regressamos amanhã.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 42 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias.

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A redatora: Ana Paula Lemos.

**CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 20 - 11 -
2023**

1- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que altera o Regime Geral da Gestão de Resíduos e o Regime de Deposição de Resíduos em Aterro – MAAC – (Reg. DL 199/XXIII/2023) - Audição n.º 153/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 11 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2023 – 11 – 23;

Assunto: Que aprova medidas de valorização dos trabalhadores que exercem funções públicas - PCM - (Reg. DL 457/XXIII/2023) - Audição n.º 154/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 11 – 03

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2023 – 11 – 20;

Assunto: Que procede à alteração do regime jurídico da proteção radiológica PCM (Reg. DL 460/XXIII/2023) - Audição n.º 155/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 11 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 11 – 17;

Assunto: Que estabelece o regime jurídico da formação desportiva – MAAP - (Reg. DL 394/XXIII/2023) - Audição n.º 156/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 11 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 11 – 21.

2- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 98/XII

Assunto: Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2023 – 11 – 30.

3- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 66/XII

Assunto: Plano Regional Anual para o ano de 2024

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 27

Comissão: Enviado à CAPADS, à CPG e à CAS para pareceres setoriais que deverão ser remetidos à CE até 6 de novembro de 2023. Enviado à Comissão de Economia para parecer até 14 de novembro de 2023

Data-Limite de Parecer: 2023 – 11 – 14;

N.º 67/XII

Assunto: Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 27

Comissão: Enviado à CAPADS, à CPG e à CAS para pareceres setoriais que deverão ser remetidos à CE até 6 de novembro de 2023. Enviado à Comissão de Economia para parecer até 14 de novembro de 2023

Data-Limite de Parecer: 2023 – 11 – 14;

N.º 68/XII

Assunto: Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 16

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2024 – 01 – 02;

N.º 69/XII

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2020/A, de 14 de outubro, que aprova o sistema de recolha e gestão de informação cadastral

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 16

Comissão: -----

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

4- Petição:

N.º 62/XII

Assunto: Áreas Marinhas Protegidas dos Açores - Implementação Urgente

Proveniência: José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: Em processo de admissão

5- Requerimentos:

Assunto: Alunos e atletas de São Jorge estão sem treinar e competir nas instalações do pavilhão da EBS da Calheta desde o início do ano letivo

Autora: Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 20

Referência: 54.02.05 – N.º 758/XII;

Assunto: As ilhas do Pico e do Corvo estão a ser discriminadas na promoção turística dos Açores

Autores: Mário Tomé, Marta Matos e Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 759/XII;

Assunto: Mais de 20 crianças aguardam no Faial por acompanhamento de terapia da fala

Autores: Ana Luís e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.02.07 – N.º 760/XII;

Assunto: Falésia instável na freguesia de Calhetas

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.09.02 – N.º 761/XII;

Assunto: Área protegida de gestão de recursos da Caloura - Ilhéu de Vila Franca do Campo

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 24

Referência: 54.09.02 – N.º 762/XII;

Assunto: Cópia das 16 análises custo-benefício efetuadas para investimentos em empreitadas de obras públicas

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 24

Referência: 54.10.00 – N.º 763/XII;

Assunto: Resultados da correção do juro de mora aplicado às dívidas da Região e dos Hospitais à EDA

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 25

Referência: 54.06.00 – N.º 764/XII;

Assunto: Porto do Topo

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 26

Referência: 54.01.05 – N.º 765/XII;

Assunto: Escola Básica Integrada da Vila do Topo

Autor: Paulo Silveira (PSD)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 27

Referência: 54.03.05 – N.º 766/XII;

Assunto: Serviços de Limpeza na Aerogare Civil das Lajes II

Autor: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 27

Referência: 54.06.03 – N.º 767/XII;

Assunto: Mau estado de gruas do Porto das Manadas e Porto da Calheta - São Jorge

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 30

Referência: 54.09.05 – N.º 768/XII;

Assunto: Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 30

Referência: 54.09.00 – N.º 769/XII;

Assunto: Atrasos no POSEI Pescas

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 11 – 02

Referência: 54.09.00 – N.º 770/XII;

Assunto: Atraso no pagamento de apoios Associação Marítima de Pesca e Aquicultura da Ilha Terceira (AMPA) – A Casa D’Elas

Autor: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 11 – 02

Referência: 54.06.03 – N.º 771/XII;

Assunto: Amas dos Açores

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 11 – 14

Referência: 54.09.00 – N.º 772/XII;

Assunto: Utilização dos fundos públicos nas IPSS’s e Misericórdias dos Açores

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 11 – 15

Referência: 54.09.00 – N.º 773/XII;

Assunto: Ações inspetivas da Inspeção Regional do Trabalho

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 11 – 16

Referência: 54.09.00 – N.º 774/XII;

Assunto: Terapia da fala e terapia ocupacional na ilha do Faial

Autores: Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (DS-PP)

Data de Entrada: 2023 – 11 – 17

Referência: 54.01.07 – N.º 775/XII.

6-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: Utentes do Serviço Regional de Saúde continuam sem saber a quem devem dirigir queixas ou reclamações

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 698/XII;

Assunto: Nomeações e cessação de funções de cargos dirigentes

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 707/XII;

Assunto: Os mal explicados despachos de exoneração da Secretária Regional dos Assuntos Culturais

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 708/XII;

Assunto: Recursos humanos e parque automóvel e de máquinas da administração pública na ilha das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.07.08 – N.º 718/XII;

Assunto: Obras no porto de pesca de Ponta Delgada das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.07.08 – N.º 719/XII;

Assunto: Análise custo-benefício dos investimentos em obras públicas de montante igual ou superior a 500 mil euros

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.10.00 – N.º 721/XII;

Assunto: Fim do Passe Mensal da 3.ª Idade, Pensionista e Invalidez?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.08.00 – N.º 723/XII;

Assunto: Produtos de plástico de utilização única em festas na ilha das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.06.08 – N.º 726/XII;

Assunto: Tempos de espera nas consultas externas no Hospital de Ponta Delgada

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.09.02 – N.º 729/XII;

Assunto: Florentinos desconhecem a versão final do projeto de execução do Porto das Lajes da Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.02.08 – N.º 730/XII;

Assunto: Obras paradas no Concelho da Lagoa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.09.02 – N.º 733/XII;

Assunto: Serviço de apoio ao doente deslocado inoperacional por responsabilidade do Governo Regional

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 735/XII;

Assunto: Falhas nas amostras de leite recolhidas pelo SERCLA estão a ter impacto negativo nas explorações de leite

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23

Referência: 54.02.02 – N.º 738/XII;

Assunto: Situação financeira das Unidades de Saúde de Ilha

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 704/XII;

Assunto: Proteção e bem-estar dos animais de companhia e animais errantes

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 24

Referência: 54.08.00 – N.º 731/XII;

Assunto: Um contrato ARAAL entre o Governo Regional e a Câmara de Ponta Delgada que surge tarde e em más condições

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Referência: 54.02.02 – N.º 695/XII;

Assunto: Número de ações inspetivas por parte da Inspeção Regional das Pescas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Referência: 54.10.00 – N.º 699/XII;

Assunto: Transportes aéreos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Referência: 54.01.00 – N.º 714/XII;

Assunto: Perfil dos Cuidadores Informais do Programa “Novos Idosos”

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 727/XII;

Assunto: Listas de espera em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 728/XII;

Assunto: Governo Regional arrecada as receitas das multas dos Açorianos e deixa de participar em investimentos das forças de segurança na Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 734/XII;

Assunto: Irregularidades no apoio aos antigos combatentes

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Referência: 54.09.00 – N.º 737/XII;

Assunto: Caminhos rurais/florestais do Pico com muitos anúncios, mas pouca manutenção

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Referência: 54.02.06 – N.º 740/XII;

Assunto: Entidades devedoras à Portos dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 745/XII;

Assunto: Residência para acolhimento para doentes deslocados dos Açores em Lisboa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 732/XII;

Assunto: Verbas do Fundo Regional de Transportes Terrestres

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 02

Referência: 54.09.00 – N.º 739/XII;

Assunto: Projetos para o cais comercial e para a baía de São Roque do Pico

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 02

Referência: 54.02.06 – N.º 741/XII;

Assunto: Encerramento dos Postos de Turismo é mais uma prova do abandono do sector na ilha de Santa Maria

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 02

Referência: 54.02.01 – N.º 746/XII;

Assunto: Governo continua sem resolver a situação dos bolseiros ocupacionais nas escolas prejudicando as famílias açorianas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 724/XII;

Assunto: Avaria de grua no Porto das Lajes das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 07

Referência: 54.09.08 – N.º 748/XII;

Assunto: Atrasos no POSEI PESCAS

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 08

Referência: 54.09.00 – N.º 770/XII;

Assunto: Falta de condições no Centro de Saúde da Madalena compromete cuidados de saúde prestados aos picarotos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 10

Referência: 54.02.06 – N.º 696/XII;

Assunto: Porto de Pescas das Capelas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 10

Referência: 54.09.02– N.º 709/XII;

Assunto: Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica e Secundária de Santa Maria

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 10

Referência: 54.09.01– N.º 736/XII;

Assunto: Assistentes operacionais das escolas alocados a atividades realizadas pelos serviços de desporto

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 10

Referência: 54.06.00– N.º 743/XII;

Assunto: As ilhas do Pico e do Corvo estão a ser discriminadas na promoção turística dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 10

Referência: 54.02.00– N.º 759/XII;

Assunto: Falésia instável na freguesia de Calhetas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 11 – 10

Referência: 54.09.02– N.º 761/XII.

7-

Informações:

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para apreciação e emissão de parecer do Projeto de Resolução n.º 183/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Participação financeira das obras do Furacão *Lorenzo*

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 10 – 20;

Assunto: Ofício ref.^a 56042402, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado José António Vieira da Silva Contente, possa ser ouvido em audição/depoimento como testemunha, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Singular), n.º 1137/20.5T9PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo Local Criminal da Ribeira Grande

Proveniência: Rui José Duarte de Sá Pereira, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2023 – 10 – 24;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado pelo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeia, com efeitos a partir do dia 2 de novembro de 2023, Emese Bándi para o cargo de Assistente da Representação Parlamentar do PAN, auferindo o vencimento base de 785,00 € (setecentos e oitenta e cinco euros)

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2023 – 10 – 25;

Assunto: Of._A 52, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2023, devidamente assinado, que foi enviado para publicação no Diário da República

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 10 – 27;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que proceda à designação de um representante, com conhecimento e experiência nos diferentes domínios afetados pelas alterações climáticas, para integrar o Conselho para a Ação Climática

Proveniência: Joana Drummond Borges, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 10 – 27;

Assunto: Ofício ref.^a 56058723 - insistência, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para levantamento de imunidade parlamentar, para que o Senhor Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão, possa ser constituído e interrogado na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito 472/23.5T9AGH, que corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção de Angra do Heroísmo

Proveniência: Dra. Sara Melo da Silveira, Procuradora da República

Data de Entrada: 2023 – 10 – 30;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30 dias, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XII (GOV) – Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores e da Petição n.º 57/XII - Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 10 – 30;

Assunto: ofício 1725-GP a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um exemplar do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2022, aprovado em sessão de 30 de outubro de 2023

Proveniência: José F. F. Tavares, Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31;

Assunto: ofício 1725-GP a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um exemplar do Parecer sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2022, aprovado em sessão de 30 de outubro de 2023

Proveniência: José F. F. Tavares, Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31;

Assunto: Ofício ref.^a 150.10.701/22 (30181) remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com Voto de Louvor, aprovado por unanimidade, pelos 25 Anos do Programa Escola Segura nos Açores

Proveniência: Carlos Manuel da Silveira Ferreira, Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31;

Assunto: ofício 1753-JC a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2022 que foi aprovado em sessão de 30 de outubro de 2023, se encontra disponível na página eletrónica do Tribunal de Contas na *Internet*, em www.tcontas.pt, na seguinte ligação:

Atos do Tribunal|Pareceres|Pareceres sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores|2022

Proveniência: Cristina Flora, Meritíssima Juíza Conselheira do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 11 – 02;

Assunto: Envio por correio eletrónico, de propostas de aditamento e de alteração da Representação Parlamentar do PAN (115C); do Grupo Parlamentar do CHEGA (165C, 171C, 219C, 240C, 241C, 264C, 267C, 268C); e do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (245C, 265C, 272C, 274C, 275C, 276C, 278C, 279C, 280C, 288C, 289C, 290C) à Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2024 - Audição n.º 221/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 11 – 07;

Assunto: Ofício ref.^a 56124767, insistência, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado José António Vieira da Silva Contente, possa ser ouvido em audição/depoimento como testemunha, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Singular), n.º 1137/20.5T9PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores

Proveniência: Lurdes Couto, Escrivã de Direito

Data de Entrada: 2023 – 11 – 08;

Assunto: Envio por correio eletrónico, de propostas de aditamento do Grupo Parlamentar do CHEGA (307C e 353C), à Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2024 - Audição n.º 221/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 11 – 08;

Assunto: Correio eletrónico com a referência P6196/2023 (SGD) a enviar cópia da Ata n.º 23 e respetivos anexos da 23.^a reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras

Proveniência: Natacha Cunha, Secretariado do CAPF

Data de Entrada: 2023 – 11 – 09;

Assunto: Correio eletrónico com a referência P6197/2023 (SGD) a enviar cópia da Ata n.º 24 e respetivos anexos da 24.^a reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras

Proveniência: Natacha Cunha, Secretariado do CAPF

Data de Entrada: 2023 – 11 – 09;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30 dias, das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 63/XII (GOV) – Adapta o sistema nacional de monitorização e comunicação de risco, de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores e 64/XII (GOV) - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico de Segurança

Contra Incêndio em Edifícios na Região Autónoma dos Açores e do Projeto de Resolução n.º 184/XII (BE)- Recomenda a construção de um semi-túnel na estrada de acesso à Fajã Grande e Fajãzinha nos termos propostos pelo LREC

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 11 – 09;

Assunto: Envio por correio eletrónico, de propostas de alteração e aditamento do Grupo Parlamentar do CHEGA (441C, 486C e 488C), à Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2024 - Audição n.º 221/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 11 – 10;

Assunto: Envio por correio eletrónico, de propostas de alteração e aditamento dos Deputados da ilha da Madeira na AR (2.ª Subst. 540C, 1.ª Subst. 541C, 542C e 546C), à Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2024 - Audição n.º 221/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 11 – 13;

Assunto: Ofício ref.ª 56119215 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da Procuradoria da República com pedido de informação e de autorização para que a Senhora Deputada Alexandra Patrícia Soares Manes, possa ser ouvida como testemunha, no âmbito do Processo n.º 398/23.2T9AGH, que corre termos na Procuradoria da República, Departamento de Investigação e Ação Penal de Angra do Heroísmo

Proveniência: Dra. Catarina Carloto, Procuradora da República

Data de Entrada: 2023 – 11 – 13;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório e Contas da RTP, SA relativo a 2022, analisado e emitido em reunião recente do Conselho de Opinião e ainda a solicitar que sejam enviados à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da RAA no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2023 – 11 – 13;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório do Cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico da RTP, SA relativo a 2022 analisado e emitido o respetivo Parecer em reunião recente do Conselho de Opinião e ainda a solicitar que sejam enviados à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da RAA no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2023 – 11 – 13;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Parecer do CO da RTP, SA sobre o Relatório e Contas de 2022, que contém matéria que diz respeito ao Centro Regional dos Açores e ainda a solicitar que sejam enviados à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da RAA no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2023 – 11 – 13;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Parecer do CO da RTP, SA sobre o Relatório do Cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico de 2022 e ainda a solicitar que sejam enviados à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da RAA no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2023 – 11 – 13;

Assunto: Correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de agradecimento pelo caloroso acolhimento que lhe foi reservado, bem como à delegação que o acompanhou, aquando da Visita Oficial à Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva

Data de Entrada: 2023 – 11 – 13;

Assunto: Entrega a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores do Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos para 2024

Proveniência: CGTP-IN/Açores Horta

Data de Entrada: 2023 – 11 – 14;

Assunto: Entrega a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de documentação sobre o Acordo entre o

Comandante da Zona Aérea dos Açores e o Comandante da 65th Air Base Group e do Acordo de atualização salarial para o ano de 2023

Proveniência: CGTP-IN/Açores Horta

Data de Entrada: 2023 – 11 – 14;

Assunto: Envio por correio eletrónico, de propostas de aditamento do Grupo Parlamentar do CHEGA (573C, 575C e 608C), dos Deputados da ilha da Madeira na AR (641C, 649C, 1108C, 1117C e 956C), do Grupo Parlamentar do PSD (761C, 877C, 896C, 898C, 900C, 903C, 1014C, 1040C e 1051C), do Grupo Parlamentar do BE (1083C, 1086C e 1138C) e da Representação Parlamentar do LIVRE (1185C), à Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2024 - Audição n.º 221/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 11 – 14;

Assunto: Envio por correio eletrónico, de propostas de alteração e aditamento dos Deputados da ilha da Madeira na AR (1.ª Subst. 1283C e 1481C, do Grupo Parlamentar do PCP (1289C), do Grupo Parlamentar do BE (1313C e 1584C), do Grupo Parlamentar do CHEGA (1372C) e do Grupo Parlamentar do PS (1680C, 1731C, 1738C, 1752C, 1754C e 1803C), à Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2024 - Audição n.º 221/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 11 – 15;

Assunto: Email remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com o ofício ref.ª 56141192 da Procuradoria da República com pedido de informação sobre a solicitação para

que o Senhor Deputado José Manuel Gregório de Ávila, possa ser ouvido presencialmente como testemunha, no âmbito do Processo n.º 53/21.8T9SCG, que corre termos na Procuradoria da República, Departamento de Investigação e Ação Penal de Santa Cruz da Graciosa

Proveniência: Bárbara Ferreira da Gama Silva, Oficial de Justiça, por ordem da Sra. Dra. Marta Caiado, Procuradora da República

Data de Entrada: 2023 – 11 – 15;

Assunto: Email remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com o ofício ref.^a 56139002 da Procuradoria da República com pedido de autorização do levantamento de imunidade parlamentar para que o Senhor Deputado Manuel José da Silva Ramos, possa ser constituído e interrogado na qualidade de arguido, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 72/20.1T9SCG, que corre termos na Procuradoria da República, Departamento de Investigação e Ação Penal de Santa Cruz da Graciosa

Proveniência: Dra. Maria Helena Paiva, Procuradora da República

Data de Entrada: 2023 – 11 – 16;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 69/XII (GOV) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2020/A, de 14 de outubro, que aprova o sistema de recolha e gestão de informação cadastral

Proveniência: Ricardo Madruga da Costa, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 11 – 16;

Assunto: Ofício ref.^a 56176447 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para levantamento de imunidade parlamentar, para que o Senhor Deputado Paulo Gomes, possa ser constituído e interrogado na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito 665/21.OPBAGH, que corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção de Angra do Heroísmo

Proveniência: Dr. Nuno Manuel Ferreira de Madureira, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2023 – 11 – 17.

8- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 11 – 20;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor – MAAC – (Reg. DL 225/XXIII/2023) - Audição n.º 150/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 10 – 30;

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado José António Vieira da Silva Contente, possa prestar

depoimento, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Singular)
1137/20.5T9PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 11 – 03;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 940/XV (IL) – Introduce um círculo de compensação nacional nas eleições legislativas - Audição n.º 222/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 11 – 06;

Assunto: Setorial sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII (GOV) – Plano Regional Anual para o ano de 2024 e sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII (GOV) – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 11 – 07;

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Autoriza o Governo a definir as condições para a prestação do serviço de televisão digital terrestre – PCM (MI) – (Reg. PL 228/XXIII/2023) - Audição n.º 151/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 11 – 09.

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 11 – 20;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 933/XV (PSD) – Assegura o atendimento presencial em todos os serviços e organismos da administração pública, alterando o Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio - Audição n.º 220/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 10 – 23;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 954/XV (PCP) – Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro) - Audição n.º 225/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 11 – 06;

Assunto: Setorial sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII (GOV) – Plano Regional Anual para o ano de 2024 e sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII (GOV) – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 11 – 07;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Aprova medidas de valorização dos trabalhadores que exercem funções públicas – PCM – (Reg. DL 457/XXIII/2023) - Audição n.º 154/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 11 – 17.

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 11 – 17;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 795/XV (PS) – Recomenda a realização de estudo multisectorial aprofundado com o objetivo de compreender as causas da maior prevalência de tráfico e consumo de Novas Substâncias Psicoativas (NSP) nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira - Audição n.º 223/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 11 – 02;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII (GOV) – Regime jurídico das instalações desportivas de uso público

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 11 – 02;

Assunto: Sobre a Petição n.º 58/XII – Pela constituição de duas turmas do 1.º ano em Santa Cruz das Flores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 11 – 03;

Assunto: Setorial sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII (GOV) – Plano Regional Anual para o ano de 2024 e sobre a Proposta de

Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII (GOV) – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 11 – 06;

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 16/XII (MESA) – Prémio Literário Vitorino Nemésio

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 11 – 15.

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Procede à alteração do regime jurídico da proteção radiológica PCM (Reg. DL 460/XXIII/2023) - Audição n.º 155/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 11 – 17.

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2024 - Audição n.º 221/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 10 – 27;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Transpõe diversas Diretivas da União Europeia relativas à utilização de chumbo, à propagação de plantas ornamentais e de fruteiras e à utilização de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos – MAAC/MAA – (Reg. DL 132/XXIII/2023) - Audição n.º 152/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 10 – 31;

Assunto: Sobre audições da Presidente do Conselho de Administração da SATA e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, com caráter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 03;

Assunto: Sobre audições da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e do Dr. António Jorge Costa, do Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (IPDT), com caráter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 03;

Assunto: Sobre audição do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, com caráter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 03;

Assunto: Sobre audição do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, com caráter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 03;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 952/XV (PS) – Combate ao desperdício alimentar- Audição n.º 224/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 13;

Assunto: Setorial sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII (GOV) – Plano Regional Anual para o ano de 2024 e sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII (GOV) – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 14;

Assunto: Final sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII (GOV) – Plano Regional Anual para o ano de 2024 e sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII (GOV) – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 14.

9- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 120, 121, 122, 123 e 127 e a Separata n.º 42/XII.